



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

FRANCIELE DA SILVA SANTOS

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DIREITOS DAS MULHERES: proposições das
parlamentares da Paraíba eleitas no pleito de 2014**

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

FRANCIELE DA SILVA SANTOS

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DIREITOS DAS MULHERES: proposições das
parlamentares da Paraíba eleitas no pleito de 2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Orientadora: Prof^a Dr^a Idalina Maria Freitas Lima Santiago

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237p Santos, Franciele da Silva.
Participação política e direitos das mulheres [manuscrito] :
proposições das parlamentares da Paraíba eleitas no pleito de
2014 / Franciele da Silva Santos. - 2017.
100 p.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade
Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,
2018.
"Orientação : Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima
Santiago, Departamento de Serviço Social - CCSA."
1. Participação política . 2. Mulher. 3. Direito político . 4.
Relação de poder. 5. Mulher na política.

21. ed. CDD 305.4

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DIREITOS DAS MULHERES: PROPOSIÇÕES
DAS PARLAMENTARES DA PARAÍBA ELEITAS NO PLEITO DE 2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Aprovada em: 24/11/2017.

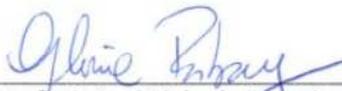
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Cristina de Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Dr^ª. Glória de Lourdes Freire Rabay
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”

Simone de Beauvoir

AGRADECIMENTOS

Ufa! Mais um ciclo que se encerra, no qual tive a “sorte” de, durante as voltas que o completou, contar com pessoas muito especiais, as quais passaram luz e leveza para minha caminhada ser amena.

Primeiramente, agradecer a Deus pela presença constante em todos os momentos, inclusive naqueles em que o desânimo e a solidão pensavam ser meus companheiros, mas Ele tratava nas formas mais sublimes demonstrar sua presença e fazer enxergar que eu não estava só, e o melhor de tudo, que iria passar, assim como outros momentos difíceis que passaram e deixaram ensinamentos.

Aos meus “velhos”, mamãe e papai, dona Neli e seu João, meus maiores exemplos de compromisso e perseverança. Meus primeiros mestres, que me ensinaram um dos maiores sentimentos que devemos ter pelas pessoas, o respeito, meu muito obrigada, por cada incentivo, pelas orações em meu favor e pela preocupação desmedida, a qual pode ser traduzida como amor maior.

Aos meus irmãos, primeiras referências do significado do que seja o amor e amizade. Mesmo distantes, a força deles me impulsionou para cada passo dessa caminhada. A minha irmã Francisca, minha Fran, pessoa que falta adjetivos para descrevê-la, vai meu agradecimento mais que especial, pela dedicação, amor, companheirismo, preocupação, enfim pela amizade. E mais: por abrir mão de seus sonhos em nome dos meus, isso não tem como mensurar e falar “obrigada”, nunca será suficiente.

Aos/as meus/as pequenos/as, meus/minhas sobrinhos/as, que sempre me energizaram com sua força e sinceridade de crianças fazendo acreditar que cada momento vale a pena.

A Ana e Geraldo, pela primeira oportunidade de seguir com meus estudos, o que era para mim, apenas um sonho.

Como dizia Vinicius de Moraes “Eu poderia suportar, embora não sem dor, que tivessem morrido todos os meus amores, mas enlouqueceria se morressem todos os meus amigos”. Pois bem, dizem que amigos são a família que a gente escolhe, e tive o privilégio de tê-los nesta caminhada. Uns chegaram e passaram, outros chegaram e ficaram. Aos que passaram, também meus agradecimentos, pois acredito não ter sido por acaso a passagem destes em minha vida. Aos que ficaram, obrigada por acreditarem que amizade vale a pena, independentemente, de qualquer circunstância. Obrigada a tod@s pelos momentos juntos, cada palavra de conforto, de puxão de orelha, de acolhida, pelas ligações nas madrugadas,

pelas brigas, às vezes necessárias, e por terem aceitado fazer parte desta minha segunda família.

A meus colegas e amigos da linha de pesquisa de gênero, Marcelo, Rose e Alcione, por dividir as angústias e os medos com vocês, deixou a trajetória mais leve e às vezes até engraçada.

Ao Grupo “Flor e Flor”: estudos de gênero, espaço que me proporcionou além da formação acadêmica, também a formação política com a inserção no movimento de mulheres na busca por direitos iguais para todos e todas e a luta por uma sociedade livre de violência contra as mulheres. Obrigada pelo empoderamento proporcionado. E pelas amigadas que foram para além dos estudos.

Ao CENTRAC, instituição que me acolheu com oportunidades que proporcionaram, além de grandes contribuições profissionais, conhecimentos para vida. Gratidão por ter contribuído para concretização desse ciclo. E as minhas coleguinhas de trabalho e de vida, Tatiana e Madalena(Madá) e em especial a Mary Alves, meu grudinho, por também segurar as pontas nos dias em que precisei me ausentar para trilhar os caminhos exigidos neste percurso.

A minha terna orientadora, Idalina Santiago, gratidão pela paciência, compreensão e ensinamentos em todo este percurso.

A banca examinadora, composta por Gloria Rabay, através da qual tive aproximação com os estudos acerca da participação política da mulher na Paraíba e que muito contribuiu para estudo da entrada das mulheres paraibanas na política. A Patrícia Aragão, exemplo de humildade e simplicidade, pessoa que teve um importante papel na minha trajetória acadêmica, mas principalmente por ensinar a acreditar nos sonhos, seja individuais ou coletivos, estar em minha banca não foi por acaso.

Gratidão ao professor Cícero, pelo trabalho de revisão desta dissertação, trabalho que denominou de “presente de cearense para cearense”, que Deus o abençoe sempre.

Agradecer também às deputadas que, em meio as suas agendas, se disponibilizaram a contribuir com o conhecimento acerca da participação política e direitos das mulheres.

Não poderia deixar de agradecer a todas as mulheres que, no percurso histórico, lutaram para que nós mulheres pudéssemos estar em espaços antes inimaginável, a exemplo da academia e no parlamento, pautando nossos direitos, a elas, muito obrigada.

Por fim, obrigada a tod@s que, mesmo não estando diretamente citados aqui, tanto contribuíram para a conclusão deste ciclo de estudo e para a Franciele que sou hoje...

RESUMO

A participação política partidária das mulheres no Brasil tem sido uma luta assumida pelas mulheres com vistas a garantir a inserção dessas nos espaços de poder e decisão, como forma de assegurar a representatividade desse segmento que se configura em mais de 50% da população brasileira. No sentido de contribuir com a temática acerca da atuação das mulheres na política partidária e no debate sobre a defesa dos seus direitos, nos propusemos, por meio deste trabalho, a analisar como a atuação das deputadas estaduais da Paraíba, eleitas no pleito de 2014, têm através de suas proposições, contribuído para garantia e defesa dos direitos das mulheres no Estado. Para tanto, conhecemos a trajetória política das parlamentares, verificando as possíveis articulações com os movimentos sociais, em específico com o de mulheres e feminista; avaliamos como se deu a inserção das deputadas na política partidária na Paraíba; analisamos as proposições das deputadas estaduais, eleitas no pleito de 2014, direcionadas para defesa e garantia dos direitos das mulheres e relacioná-las às demandas pautadas no I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM). Como forma de subsidiar a temática em discussão, dentre as referências encontram-se, AVELAR(2001;20017); COSTA(1998;2005); FERREIRA(2006); RABAY e CARVALHO(2010); LIMA(2014;2016); PETINELLI(2010) e SANTIAGO *et al* (2012 e 2013). A pesquisa teve como eixo metodológico a abordagem qualitativa. A proposta foi desenvolvida com dois tipos de pesquisa: na primeira, de cunho documental, com consulta a documentos no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba acerca das proposições das parlamentares referentes aos três primeiros semestres de mandato, ou seja, o ano de 2015, e primeiro semestre de 2016; e ainda, a análise do I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, como forma de articular as proposições das deputadas com as demandas postas neste. O segundo tipo de pesquisa foi por meio da obtenção dos dados, através de entrevista com as deputadas, guiadas por um roteiro semiestruturado. A partir de nosso estudo, os resultados apontaram a incipiente atuação das deputadas, por meio das suas proposições, voltada para defesa e garantia dos direitos das mulheres na Paraíba, pois das 605 proposições apresentadas apenas 50 foram direcionadas para mulheres, destas, 23 foram de homenagens e as demais em sua maioria com direcionamentos que não atendiam às demandas postas no I PEPM.

Palavras-chave: Participação Política Partidária. Mulheres. Direitos.

ABSTRACT

POLITICAL PARTICIPATION AND WOMEN'S RIGHTS: proposals of the parliamentarians of Paraíba elected in the 2014 election

The political party participation of women's in Brazil has been a struggle assumed by women with the objective to ensure their insertion on a space of power and decision as a way to secure the representativeness on this segment, that constitutes more than 50% of the Brazilian population. In order to contribute on the thematic about the role of women in political party's, and in the debate on the defense of their rights, we propose, through this work, to analyze the performance of the female representatives in the state of Paraíba, elected in the 2014 election, how their propositions, contributed to guarantee and defend women's right in the State. For this, we searched the political trajectory of the parliamentarians verifying the possible articulations with the social movements, in specific with the one of women and feminist; we evaluated how the insertion of the deputies in party politics in Paraíba occurred; We analyzed the proposals of the state representatives elected in the 2014 election, aimed at defending and guaranteeing women's rights and relating them to the demands on The First State Policy Plan for Women (PEPM). As a way of subsidizing the subject under discussion, among the references are, AVELAR(2001;20017); COSTA(1998;2005); FERREIRA(2006); RABAY e CARVALHO(2010); LIMA(2014;2016); PETINELLI(2010) e SANTIAGO et al (2012 e 2013). The research had as a methodological axis the qualitative approach. The proposal was developed with two types of research: first, documentary, with consultation of documents in the Legislative Assembly Support System (SAPL) of the Legislative Assembly of the State of Paraíba on the proposals of the parliamentarians referring to the first three semesters of mandate, i.e. the year of 2015, and the first half of 2016; And, as well, the analysis on the First State Plan of Public Policies for Women as a way of articulating the proposals of the deputies with the demands placed on this. The second type of research was through obtaining the data through an interview with the deputies, guided by a semi-structured script. From our study, the results pointed to an incipient performance of the deputies, through their proposals, focused on the defense and guarantee of women's rights in Paraíba, because of the 605 proposals presented only 50 were directed to women, out of these 23 were honors and the others mostly with directions that do not meet the demands placed on the First PEPM.

Key words: Political Party Participation. Women. Rights.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Projetos de Leis Ordinárias apresentados pela deputada Camila Toscano.....	51
Gráfico 02- Requerimentos de indicação apresentados pela deputada Camila Toscano.....	53
Gráfico 03- Pedidos de Informação apresentados pela deputada Camila Toscano	54
Gráfico 04- Projetos de Leis Ordinárias apresentados pela deputada Daniella Ribeiro.....	56
Gráfico 05- Requerimentos de indicação apresentados por Daniella Ribeiro.....	58
Gráfico 06- Pedidos de Informação apresentados pela deputada Daniella Ribeiro.....	60
Gráfico 07- Projetos de Leis Ordinárias apresentados pela deputada Estela Bezerra.....	63
Gráfico 08- Requerimentos de indicação apresentados por Estela Bezerra.....	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO BRASIL.....	19
2.1 Do movimento sufragista à Lei de Cotas.....	19
2.3 O movimento pela Reforma Política e seus desdobramentos.....	23
3 MOVIMENTO DE MULHERES/FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS: INTERLOCUÇÃO COM O ESTADO.....	29
3.1 Os primeiros caminhos de articulação com o Estado.....	29
3.2 Avanços e retrocessos: de Lula a Temer.....	31
4 TRAJETÓRIA DAS DEPUTADAS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA DA PARAÍBA.....	35
4.1 Biografia Política e Partidária.....	35
4.2 Inserções e aceitabilidade na política partidária.....	37
5 PROPOSIÇÕES DAS DEPUTADAS ESTADUAIS ELEITAS NO PLEITO DE 2014 NA PARAÍBA.....	47
5.1 Deputadas da Paraíba e suas proposições gerais.....	47
5.2 Proposições voltadas para defesa e garantia dos direitos das mulheres na Paraíba	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	92

APÊNDICE

1 INTRODUÇÃO

A entrada das mulheres nos espaços públicos da sociedade brasileira mostra-se, a partir do início do século XX, como um avanço singular graças às suas incessantes lutas e através destas conseguiram galgar várias conquistas no campo da cidadania, inserindo-se em espaços antes não permitidos a elas, a exemplo da educação formal, do mercado de trabalho, dos esportes, etc. Contudo, o campo da política partidária tem se mostrado bastante resistente à introdução das mulheres. Associada a isso é notória a ausência de políticas efetivas que possibilitem tal inserção, de maneira a permitir a representação da maioria da população. E no contexto das mulheres que conseguem estar nesses espaços, é difícil perceber a real representatividade das mulheres em suas pautas e agendas políticas.

Neste sentido, a proposta ora apresentada parte da inquietação em refletir a atuação das parlamentares da Paraíba no que diz respeito à defesa e a garantia dos direitos das mulheres, analisando como está sendo a contribuição das Deputadas Estaduais, eleitas no pleito de 2014, em suas proposições na Assembleia Legislativa para garantir as demandas postas pelas mulheres paraibanas na III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres em 2011, que resultou no I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. Para tanto, esboçamos os seguintes questionamentos: como tem sido a atuação das Deputadas para defesa e garantia dos direitos das mulheres? As Deputadas têm contemplado em suas proposições propostas que defendam e garantam os direitos das mulheres? As vinculações das Deputadas aos movimentos sociais, em suas trajetórias de vida, em especial, ao movimento feminista e de mulheres, as capacitaram para atuarem em defesa dos direitos das mulheres? As parlamentares efetivamente são representantes das mulheres na medida em que defendem seus direitos?

Com vistas a responder à tais indagações, ou colocá-las em discussão no campo da participação política e dos direitos das mulheres, nossa pesquisa objetiva analisar como a atuação das Deputadas Estaduais eleitas no pleito de 2014 na Paraíba tem, através de suas proposições, contribuído para garantia e defesa dos direitos das mulheres no Estado. Dessa forma, são arrolados os seguintes objetivos específicos: conhecer a trajetória política das parlamentares, verificando as possíveis articulações com os movimentos sociais, em específico com o de mulheres e feminista; identificar como se deu a inserção das Deputadas na política partidária na Paraíba; analisar as proposições das Deputadas Estaduais, eleitas no pleito de 2014, direcionadas para defesa e garantia dos direitos das mulheres; e relacionar as propostas legislativas das referidas Deputadas com as pautas/demandas apontadas no I Plano

Estadual de Políticas para as Mulheres, fruto da III Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres. O referido Plano aponta ações a serem executadas pelo Estado.

As conferências de políticas públicas para as mulheres convocadas pelo Governo nos três níveis federativos vêm sendo realizadas desde 2004 no Brasil, constituem-se como espaços de construção coletiva, envolvendo gestores/as públicos/as e a sociedade civil, destacando-se aí os diferentes movimentos de mulheres e feminista. Nesse sentido, foram realizadas quatro conferências nacionais de políticas para mulheres, nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2016. As três primeiras tiveram como frutos três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM). Quanto a última, até então não foi sinalizado o direcionamento a ser dado com as demandas postas pelas mulheres. Ainda não foram sistematizados os resultados dessa conferência. Consideramos que os PNPM, fruto dessas conferências, têm impacto direto na vida das mulheres, pois têm possibilitado políticas específicas voltadas para as mesmas, a exemplo das políticas no campo de enfrentamento das diversas formas de violência contra as mulheres e no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

O interesse em desenvolver a proposta de pesquisa despertou a partir da militância no movimento feminista por meio do Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero da Universidade Estadual da Paraíba, através do qual possibilitou aproximações com as pautas as quais o movimento defende, dentre elas, a participação política das mulheres. Assim sendo, em 2010 integrei a coordenação estadual da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, representando o Grupo “Flor e Flor”, momento que possibilitou nos aproximar das diversas temáticas que o movimento feminista pauta em nível de Estado, como também nacional. Por meio da Rede, participamos de momentos nacionais da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), rede nacional que articula diversas redes, grupos e entidades de mulheres e feministas do Brasil, além de feministas ditas autônomas, ou seja, aquelas que não estão ligadas a grupo e/ou entidade, mas que estão no movimento social por também defenderem uma sociedade livre de opressão para com as mulheres.

Estar nesse espaço de militância possibilitou a presença em alguns momentos de discussão sobre a temática da participação política das mulheres, a exemplo da Plenária Nacional da AMB em 2011, a qual aconteceu em Brasília, com pautas sobre diversos eixos, que iam da violência contra a mulher à participação política. Em 2013, tivemos a oportunidade de participar do curso de formação sobre o Plebiscito para Reforma do Sistema Político, ocorrido em São Paulo na Escola Florestan Fernandes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), momento em que foi discutido a representatividade no sistema político vigente em que as mulheres aparecem no campo da sub

representatividade. Ainda em 2013, participamos do curso “Reflexões Feministas sobre o Sistema Político” ofertado pela Universidade Livre Feminista, além de momentos em nível estadual que possibilitaram a reflexão acerca do ser mulher nos espaços de poder e decisão e a representação do segmento nesses espaços.

Através do Grupo Flor e Flor, enquanto bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cotas 2010/2011 e 2011/2012, participamos nos projetos intitulados “Gênero, participação política e novas sociabilidades das mulheres jovens no poder local” e “Gênero, participação política e mulheres jovens”. No primeiro tecemos discussões acerca da participação de jovens mulheres em Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais e no segundo em partidos políticos. Este último foi motivador para o trabalho de conclusão da graduação em Serviço Social na UEPB, no qual discutimos a percepção das jovens mulheres inseridas nos setores de juventude e/ou de mulheres dos partidos políticos de João Pessoa e Campina Grande – PB acerca da participação política de homens e mulheres na sociedade.

Ressalto que tenho domicílio eleitoral no Ceará, no município de Porteiras, não mantendo vínculos eleitorais na circunscrição no Estado da Paraíba. Todavia por residir, no mesmo, ter estudado em universidade pública, assim como por sempre ter mantido militância nas questões referentes aos direitos das mulheres, sinto-me no dever de contribuir com questões que subsidiem o aprofundamento das discussões acerca da participação política das mulheres e a defesa dos direitos para o segmento.

Com o intuito de nos aprofundar na temática da participação política das mulheres e atuação destas para defesa e garantia dos direitos das mulheres, buscamos nas produções em nível de Nordeste, alguns estudos que subsidiassem nossa proposta de pesquisa e com isso realizamos um breve estado da arte de parte da literatura encontrada. Vale dizer que não esgotamos a temática, pois nos debruçamos nas produções que se aproximavam de alguma forma do objeto proposto neste trabalho.

Trabalhamos com textos das seguintes autoras: Costa (1998); Ferreira (2006); Lima (2014 e 2016); Rabay e Carvalho (2010); Santiago *et ali* (2012 e 2013).

Quando nos reportamos à participação da mulher na política partidária, percebemos que os estudos de Lima (2014 e 2016), Ferreira (2006) e Santiago *et ali* (2012 e 2013) circundam sobre a persistência da baixa inserção da mulher nos espaços de representação político partidária que, mesmo com a política de cotas, há um descompasso entre o número de candidatas e o número de eleitas nos pleitos eleitorais, fator que leva a sub-representação das

mulheres nos espaços de representação. Nesse sentido, Ferreira (2006) reflete que as cotas possibilitaram que as mulheres acessassem os espaços de disputas eleitorais, proporcionando a discussão, tanto nos partidos por estarem em espaços antes interditados para elas, como também na sociedade e dá margem para dirimir as desigualdades nas relações de gênero, ampliar o número de mulheres e instigá-las a participar dos processos eleitorais, possibilitando maior inserção das mesmas nos espaços de poder.

Ferreira (2006) busca analisar a invisibilidade da presença da mulher no legislativo, no Estado do Maranhão, e a forma como as parlamentares estão produzindo, nos seus discursos e nas práticas, modelos preestabelecidos para participação política partidária. Destaca o que as mulheres estão fazendo na política e como estão legislando. A autora reflete que a Lei das Cotas não é garantia do real acesso das mulheres ao poder. No entanto, reconhece que as cotas demonstram o reconhecimento da disparidade entre os gêneros, dando visibilidade à histórica exclusão das mulheres na política partidária. Reflete ainda, a divisão de posicionamentos sobre as cotas que permeiam o movimento feminista, posicionamentos esses que se pautam no quantitativo de porcentagem das cotas de 50% ou 30%.

Na Paraíba, através da Universidade Estadual da Paraíba, duas pesquisas de iniciação científica foram realizadas com vistas a investigar a temática de gênero e participação política em Campina Grande e João Pessoa. A primeira (Santiago *et al*, 2012) analisou as ações e plataformas dos partidos políticos direcionadas para a juventude e mulheres, verificando a existência e atuação de setores de juventude e mulheres nas estruturas partidárias. Além disso, identificou a inserção de jovens mulheres nestes setores, conhecendo suas auto avaliações, acerca de suas participações políticas. Constatou a pouquíssima existência de setores de juventude e de mulheres nas instâncias partidárias, havendo mais investimentos para os setores de juventude. Comprovou a ínfima inserção de jovens mulheres nos setores analisados, destacando a posição militante dessas mulheres no fazer político dentro dos partidos. A segunda, (Santiago *et al*, 2013) com objetivo de analisar a inserção das jovens mulheres enquanto candidatas nas eleições municipais de 2008 e 2012 em João Pessoa e Campina Grande, demonstrou que foi considerável o aumento de mulheres jovens candidatas nas eleições municipais dos citados anos. No entanto, não houve mulheres jovens eleitas para os cargos de vereança em nenhum município, culminando na não representatividade desse segmento.

Lima (2011), ligada à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), vem contribuindo com a temática de gênero e participação política partidária das mulheres paraibanas na contemporaneidade. Na coletânea “Ensaio de Antropologia da Política” de

2011, composta por seis artigos, resultado de pesquisas vinculadas ao PIBIC e diversos processos de estudos que compõem seu percurso acadêmico, discute a política no campo cultural e como esta é permeada pelas práticas em sociedade que influenciam as relações e “[...] sobressaem os laços de amizade, as adesões às facções políticas, o lugar social da mulher e a reatualização das rivalidades políticas” (LIMA, 2011, p. 12).

Ainda no âmbito de Paraíba, o livro *“Mulher e Política na Paraíba”*, de autoria de Rabay e Carvalho (2010), vinculadas à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), trata da trajetória de vida das mulheres mais votadas nas eleições estaduais e federais de 1998, como também das que participaram das legislaturas iniciadas entre 1999 e 2007, na Assembleia Legislativa Paraibana. Por meio das histórias de vida captam dados de inserção dessas mulheres nos espaços institucionais de representação, como nas câmaras municipais e assembleias. É possível perceber que, mesmo não sendo seu objetivo principal, as autoras sinalizam questões como a defesa por parte de algumas mulheres pesquisadas de temas que dizem respeito aos direitos das mulheres, a exemplo da defesa pelos direitos sexuais e reprodutivos, o enfrentamento à violência e do incentivo à participação política das mulheres.

Em nível de Bahia, temos Costa (1998) vinculada a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que aponta as discussões acerca da participação política da mulher, dando enfoque para o poder local, destacando as relações partidárias e o contexto vivenciado pelas vereadoras baianas, estudos que vêm desde a década de 80 e foram motivadores para sua tese de doutorado que resultou no livro *“As donas do poder: mulher e política na Bahia”*. Este livro teve como objetivo resgatar o passado político da mulher baiana e apontar as características da atuação feminina na política formal e a maneira como as mulheres baianas se relacionam com o poder, com a família e com o feminismo. O estudo concluiu que, mesmo algumas mulheres baianas conseguindo romper com estruturas de poder demarcadas para homens, suas participações ainda são embrionárias, pois as estruturas dos partidos ainda permanecem excludentes e sexistas.

A partir das aproximações com os estudos anteriormente mencionados, podemos destacar que as reflexões sobre a temática da participação política partidária das mulheres caminham muitas vezes para destacar os impasses que as impedem de se inserirem na política institucional e acerca da eficácia das ações afirmativas para a inserção das mulheres nas disputas eleitorais. Poucos estudos estão voltados para refletir as práticas políticas no sentido de compreender ou problematizar em que medida as mulheres, enquanto protagonistas nos espaços de representação da política partidária têm contribuído para garantia e defesa dos direitos das mulheres, objeto de nossa análise. Neste sentido, demarcamos a contribuição de

nosso estudo para se somar às relevantes produções acerca da participação política das mulheres em nível de Paraíba, trazendo um recorte específico ainda pouco explorado.

A pesquisa teve, como eixo metodológico, a abordagem qualitativa, a qual, segundo Minayo (1993), possibilita trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes e com um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos apenas a dados numéricos.

A proposta foi desenvolvida utilizando dois tipos de pesquisa: uma documental e outra, estudo de campo. A de cunho documental foi realizada, através de consulta a documentos do banco de dados *online* da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba acerca das proposições das parlamentares, a exemplo de Projetos de Leis Ordinárias, Projetos de Resolução e Requerimentos, seja de solicitação de Sessão Especial ou de pedido e esclarecimento sobre alguma temática, referentes aos três primeiros semestres de mandato, ou seja, o ano de 2015 e primeiro semestre de 2016. Ainda, com relação à pesquisa documental, foi realizada análise do I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres com vistas a checar em que medida as proposições das parlamentares se conectam com as demandas postas no citado documento.

A pesquisa de campo busca a obtenção dos dados, através de entrevista com as 04 deputadas, levantando informações acerca da trajetória política e do processo de inserção das deputadas na política partidária, suas articulações e proximidades com o movimento feminista e de mulheres e suas proposições e atuações enquanto parlamentares vinculadas à garantia dos direitos das mulheres. Para composição desses dados, as entrevistas foram gravadas e transcritas, guiadas por um roteiro semiestruturado, o qual segue em apêndice.

O universo da pesquisa é composto pelas quatro (04) Deputadas Estaduais eleitas no pleito de 2014 em exercício na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. A saber: Camila Toscano ligada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Daniela Ribeiro do Partido Progressista (PP), Estela Bezerra do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Olenka Maranhão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em relação à inserção das Deputadas na coleta de dados, tomamos o critério intencional, que incluiu o total das Deputadas em exercício no período proposto para a pesquisa. As entrevistas foram realizadas no período de junho a julho de 2017.

Em conformidade com a Resolução 510/2016 acerca das normas que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos, foram tomados como compromisso o respeito e autonomia das participantes da pesquisa, garantindo-lhes esclarecimentos acerca do procedimento da pesquisa e dos resultados obtidos na mesma. Para garantir a legitimidade das

informações coletadas, apresentamos as participantes do processo investigativo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para referendar suas participações na pesquisa.

A análise do material coletado, nos dois momentos da pesquisa, foi feita através da análise de conteúdo que, conforme demonstra Bauer (2002), é um método de análise de texto que faz uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa do material. Neste sentido, procuramos verificar as significações, a partir da abordagem quanti-qualitativa das categorias arroladas no estudo, captando a presença de determinados termos que denotem os valores de referência presentes nos documentos analisados e nas falas das Deputadas.

Este trabalho contribuirá com a discussão acerca da participação política das mulheres na política institucional, a partir de sua atuação em espaços de representação, tão significativo, como o parlamento. Contribuirá também, para o movimento de mulheres e feminista na medida em que pauta a discussão acerca das proposições apontadas no I PEPM e seus possíveis encaminhamentos via Assembleia Legislativa.

Realizadas tais considerações, apresentamos a estrutura deste trabalho que se organizará em quatro capítulos.

No primeiro capítulo trataremos da trajetória das mulheres em nível de Brasil na busca pelo direito à participação política com destaque para a partidária. Abordaremos considerações direcionadas ao movimento sufragista do século XX, depois abordaremos reflexões acerca das políticas afirmativas, no campo partidário (Lei de Cotas das décadas de 80 e 90) e finalizaremos com os dados relacionados ao movimento pela reforma política, a partir de 2004.

No segundo capítulo, apresentaremos uma reflexão acerca dos tensionamentos e articulações do movimento feminista com o Estado, a partir da década de 70, quando se passou a exigir, mais enfaticamente, da gestão pública a garantia dos direitos das mulheres através da implantação e efetivação de políticas públicas. No entorno dessa reflexão, situaremos a inserção das demandas das mulheres nos ciclos de conferências de políticas públicas previstas pela Constituição Cidadã de 1988.

No terceiro capítulo trataremos a trajetória das Deputadas no campo da participação política partidária. Primeiro abordaremos a biografia política das deputadas e segundo as considerações delas acerca da inserção na política partidária e como visualizam a aceitabilidade por parte da sociedade de tal processo de inserção.

No quarto, e último capítulo, apontaremos as proposições das parlamentares expostas no site da Assembleia Legislativa, durante o período de janeiro de 2015 a junho de 2016. Para tanto, sistematizamos as análises em dois momentos distintos: primeiramente, voltamos nossa

atenção para as proposições que consideramos de cunho “gerais”, que não possuem as mulheres como público-alvo. Posteriormente, direcionamos as reflexões para as propostas voltadas especificamente à garantia dos direitos para as mulheres, procurando perceber possíveis conexões dessas propostas com as demandas expostas no I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Vale destacar que não está sendo analisado o andamento e conclusão das propostas das deputadas, pois demandaria um tempo para além do que o cronograma do mestrado delimita, tendo em vista ter propostas que levam cerca de dois anos de duração para chegarem a serem concluídas.

Por fim, teceremos nossas considerações a título de inquietações acerca da análise das proposições das deputadas, como estas têm contemplado em suas pautas a defesa dos direitos das mulheres e se têm tomado o I PEPM como base para sua atuação política em defesa das demandas postas pelas mulheres paraibanas.

Compreendemos que o resultado de análise em uma pesquisa, e o confronto desse com a abordagem teórica, configura-se em um processo nunca conclusivo, pois, conforme Minayo (1995), ao mesmo tempo em que produz conhecimentos afirmativos sobre determinada realidade, provoca questionamentos que demandam o aprofundamento em outro momento. Nesse sentido, ainda que não conclusivas, porém de modo aproximativo, apresentaremos algumas considerações no sentido de contribuirmos para dar continuidade às reflexões sobre a temática analisada.

2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA DAS MULHERES NO BRASIL

2.1 Do movimento sufragista à lei de cotas

A história das mulheres no Brasil para conquista de espaços de participação é marcada, desde o descobrimento até a república, por lutas contra uma cultura posta pelos colonizadores; de início, contra a imposição do homem, seja pai, irmão ou marido, sobre a vida das mulheres e depois a luta pela garantia dos direitos políticos e sociais, seja pela conquista da educação formal, pela inserção no mercado de trabalho e pelo direito de votar e ser votada (CARMO; SILVA, 2008). Neste capítulo nos deteremos na luta das mulheres pelos direitos de participação política partidária.

Neste campo da política partidária, a luta pelo voto feminino data de finais do século XIX, com o advento do movimento feminista no país, pelo sufragismo, encampando a luta pelo direito das mulheres de participar dos processos eleitorais, através das escolhas dos/as representantes. Com essa efervescência de luta, não apenas pelo sufrágio, mas pela emancipação e liberdade das mulheres, no início do século XX cria-se o Partido Republicano Feminino (PRF), liderado por Leolinda Daltro (COUTO, 2012), fato que marca a luta pelo sufrágio feminino no Brasil que segue por diversos momentos até a conquista de políticas afirmativas que possibilitam a inserção das mulheres nos espaços políticos antes delegados apenas aos homens.

Curiosamente no Brasil, segundo estudiosas, como Avelar (2001), Pinto (2003) e Couto (2012), a princípio foi bem mais tímida a luta das mulheres pelo direito ao voto, iniciada em 1890 por um homem, o intelectual César Zama, que em setembro de 1890, propôs o sufrágio universal, incluindo o feminino, durante a elaboração da primeira constituição da República. Em 1891, Almeida Nogueira, outro constituinte, voltou a defender o voto feminino. Em janeiro daquele ano, 31 constituintes assinaram uma emenda ao projeto de Constituição, concedendo o voto à mulher. A rejeição à emenda foi imediata, tão violenta, que foi retirada. Se aprovada, o Brasil teria sido o primeiro país do mundo a conceder o voto feminino, antecipando-se à Nova Zelândia que o fez em 1893. Contudo, somente em 1932, o Brasil foi o primeiro na América Latina a garantir às suas mulheres o direito ao voto e à candidatura de forma irrestrita, antecipando-se a diversos países mais desenvolvidos, a exemplo de França, Itália, entre outros (COSTA, 2008).

Na década de 20, Bertha Lutz, recém-chegada de Paris e com os ideais apreendidos no movimento feminista em efervescência na Europa, encampa também a luta pelo voto feminino no Brasil. Então, em 1922, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

(FBPF) com intuito de reunir feministas e sufragistas para fortalecer a luta por conquistas no campo político e social para as mulheres. Segundo Avelar (2001), as sufragistas brasileiras que compunham a FBPF advinham da elite brasileira, entre elas, médicas, funcionárias públicas, parentes de políticos, dentistas e artistas.

A participação político partidária da mulher no Brasil foi uma das grandes conquistas do movimento feminista através do movimento sufragista, em início do século XX, o que lhes proporcionou o direito ao voto e inserção na política partidária. Foi conquistado, então, na década de 1920, o direito ao voto para as mulheres com algumas restrições. Dentre essas restrições estavam as mulheres serem casadas e, no caso de solteiras ou viúvas, terem renda própria. A partir dessas restrições, as feministas, conhecidas como sufragistas, intensificaram a luta exigindo que um novo código eleitoral fosse elaborado no qual se incluísse as mulheres, até que, em 1932, veio a promulgação pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, do novo Código Eleitoral, que determinava o voto secreto, facultando-o às mulheres que exercessem uma função pública remunerada. Com a Constituição de 1946, revitalizada pelo processo de redemocratização, após quase dez anos de ditadura, Vargas eliminou o direito seletivo do voto feminino tornando-se extensivo a todas as mulheres (ÁLVARES, s/d).

A partir do golpe militar de 1964, o movimento de mulheres, assim como os demais movimentos sociais da época, passou por um arrefecimento de sua força, retomando na década de 70 com a luta pela anistia política. Neste período, vários grupos buscavam enfrentar a repressão política que tomava os espaços da sociedade brasileira (COSTA, 2005).

Com isso, “poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização” (COSTA, 2005, p. 05).

Conforme Godinho (2004), as décadas de 70 e 80 representaram momentos de significativa participação política das mulheres no Brasil dos movimentos urbanos populares aos partidários, mesmo estes sendo de menor expressão.

Como marco importante, no contexto de redemocratização, ainda na década de 80, foi garantida, graças às reivindicações das mulheres que estiveram pautando a igualdade de direitos entre homens e mulheres, na Constituição de 1988 em seu artigo 5º, inciso I, a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, o que dá, a partir de então, legitimidade à luta das mulheres por igualdade em diversos espaços da sociedade, inclusive na política partidária (BORBA, 1998).

Mesmo com direitos conquistados na nova Constituição, e tendo a organização das mulheres para lutar com vistas a garanti-los, não houve significativa representação das mulheres em espaços de poder, já que a luta não era mais apenas do voto, mas também poder representar no parlamento. Em virtude do lento crescimento da inserção das mulheres nos espaços de representação no fim da década de 80 a meados de 90, as mulheres mudaram as estratégias, não se limitando apenas ao movimento nas ruas, mas também de intervenção em espaços legislativos (COUTO, 2012).

De acordo com Gonçalves (2009), neste mesmo período, a crescente visibilidade das mulheres na agenda política se constituiu em um fenômeno considerável nas suas conquistas. Contudo, Gonçalves (2009) ressalta a dificuldade que as mulheres tiveram para se inserir nos espaços políticos de decisão, apontando alguns fatores que interferiram na participação política das mesmas.

Muitos são os fatores que dificultam sua participação política, por exemplo: a sua socialização política que não as motivam a se candidatar para cargos políticos; ambivalência feminina acerca do êxito; a não distribuição de tarefas domésticas com o parceiro; falta de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres; uma divisão social de trabalho que as reafirmam como reprodutoras e cuidadoras; a sistemática exclusão da esfera pública que as colocam no âmbito do privado e, conseqüentemente, limita a sua participação na esfera política e em âmbitos de tomada de decisões (GONÇALVES, 2009, p. 3).

Diante dessas questões, apontadas por Gonçalves (2009), por pressão do movimento de mulheres, as quais recém-chegadas da IV Conferência Mundial sobre a Mulher¹, a bancada feminina no Congresso Nacional liderada pela deputada Marta Suplicy (PT-SP), influenciada pelas experiências exitosas de outros países e pelos debates acerca do acesso ao poder pelas mulheres, se articula e propõe a inclusão na legislação brasileira de cota das vagas de cada partido ou coligação para as candidaturas de mulheres (MIGUEL; GROSSI, 2001; AVELAR, 2001). Com vistas a diminuir as dessemelhanças entre a inserção de homens e mulheres na disputa eleitoral, em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei nº 9.100, que estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte e determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres, o que podemos apontar um resultado concreto do esforço das mulheres em busca da participação em espaços de decisão e representatividade política. Neste sentido:

¹Realizada em setembro de 1995 em Beijing, China, juntamente com o fórum das organizações não governamentais. Foi discutido o desenvolvimento de uma economia alternativa à de mercado, de forma que fosse igualitária para homens e mulheres. Resultou em encaminhamentos para o combate da pobreza entre as mulheres, buscando a redistribuição de custos e rendimentos de forma igualitária, bem como o acesso igual à tomada de decisões.

[...] a primeira lei (9.100/95) estabelecia 20% de mulheres nas listas partidárias para as eleições do ano de 1996. Em 1997 foi votada a lei eleitoral no 9.504 que aumentou o percentual para 30% a partir do ano 2000, estabelecendo o percentual intermediário de 25% para as eleições de 1998. A existência da lei não mudou substancialmente a participação das mulheres, mas provocou movimentos no sentido de trazer as mulheres para dentro dos partidos e instrumentalizá-las para a vida política: são muitos os diretórios partidários em todo o Brasil que promovem cursos para mulheres candidatas a cargos eletivos (PINTO, 2001, p. 102).

Em 1997, a Lei nº 9.504 estende a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital e altera o texto do artigo, assegurando, não mais uma cota mínima para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70%, para qualquer um dos sexos (MIGUEL; GROSSI, 2001). Esta lei é tida como a principal medida adotada pelo Estado Brasileiro para promover uma participação política maior das mulheres (LOPES; NÓBREGA, s/d).

A política de cotas, agrupada no contexto mais amplo das ações afirmativas, é a medida que visa a modificar situações de dessemelhanças, sejam elas racial, étnica, sexual e/ou social, a partir do reconhecimento das discriminações existentes com vistas a agir no sentido de evitar o perpetuamento das mesmas. No que toca às cotas eleitorais por gênero, busca indicar condições de equilibrar a representação política entre homens e mulheres, primeiro como medida compensatória com objetivo de possibilitar a inserção das mulheres nos espaços de poder e decisão e segundo como forma de assegurar a igualdade entre homens e mulheres (MIGUEL; GROSSI, 2001).

A Lei de Cotas é, na maioria das vezes, interpretada de maneira equivocada, em especial pelos partidos, que por vezes a colocam como benesse dos partidos para possibilitar a participação das mulheres. Sabe-se que a Lei de Cotas foi conquista de mulheres que não se acomodaram apenas em ter o direito de votar, mas também queriam estar inseridas nos espaços de decisões e concorrer a representatividade parlamentar em igualdade de condições dos homens.

Graças às lutas do movimento feminista, a inserção política das mulheres é algo que já pode ser notado. Prova disso, são os dados apontados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2013), demonstrando maior interesse das mesmas em estarem em espaços de poder e decisão, mesmo com algumas condições adversas a sua participação, ou seja, por ser um espaço que ainda prevalece a participação do homem e a valorização desta em detrimento das mulheres. Mas, ainda é preciso que haja o reconhecimento da capacidade das mesmas de contribuir com

a política não sendo apenas um número no universo das cotas, mas que possa de fato ter uma participação efetiva.

Segundo Montecchi (2012), a legislação acerca da política de cotas voltada para inserção das mulheres na política partidária só pecou, quando não trouxe expressa a consequência ou sanção aos partidos que não a cumprisse, deixando a punição a cargo dos Tribunais Eleitorais o que pode gerar graves incoerências e insegurança jurídica, o que nos faz refletir que mesmo com a existência da lei não se garante, de fato, a inserção das mulheres, haja vista que, se não há uma obrigação para que isto ocorra, muito menos uma punição eficaz aos partidos que não cumprirem, significa que sempre haverá brechas para execução das antigas práticas, ou seja, a construção de espaços marcados predominantemente por homens enquanto representantes políticos. E complementando o pensamento de Montecchi (2012), a política de cotas não pecou apenas por não punir os partidos, pois o problema da pouca participação não está associada exclusivamente a esse fator, mas a uma estrutura maior que é o sistema político brasileiro que não permite que a eleição de mulheres seja equitativa a dos homens.

2.3 O movimento pela Reforma Política e seus desdobramentos

Em virtude do Brasil ter um sistema político que historicamente não permite a representatividade de todas e todos, em 2004 os movimentos sociais, redes, fóruns e organizações da sociedade civil reivindicaram uma reforma política capaz de incluir mulheres, negros e outros setores sociais excluídos do poder, de modo a eliminar as relações de dominação e as discriminações que estruturam o sistema político brasileiro. Como fruto desse movimento, cria-se a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular (SEPPIR, s/d).

A proposta de reforma apresentada pela Plataforma estava guiada em cinco eixos: fortalecimento da democracia direta; fortalecimento da democracia participativa; aprimoramento da democracia representativa, sistema eleitoral e partidos políticos; democratização da informação e da comunicação; e a transparência no poder judiciário (PLATAFORMA PELA REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO, 2013).

Como pontos propostos no sentido de contemplar na plataforma a participação política institucional das mulheres de forma paritária, o movimento de mulheres referendou questões como: a adoção da alternância de sexo em listas fechadas, o que possibilitaria a diminuição do individualismo e altos custos de campanha e competição intrapartidária; o financiamento

público das campanhas eleitorais, como forma de combater a corrupção e o cunho privatista das campanhas; a reserva de tempo de propaganda política para mulheres; a destinação de um percentual do fundo partidário para as mulheres realizarem atividades que fortaleçam suas candidaturas (SEPPIR, s/d).

Nesse contexto, também foi formada uma Comissão Tripartite formada por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil para revisão da Lei de Cotas, e essa comissão apresentou ao Congresso Nacional diversas propostas para promover a representação feminina no Parlamento, tais como:

[...] aprimorar o mecanismo de cotas, eliminando a chamada “cláusula de escape” presente na Lei 9.504/97, que autoriza os partidos a elevar o número de candidaturas, de modo a neutralizar os efeitos das cotas de gênero; garantir a aplicação das cotas, estabelecendo uma punição aos partidos que não preenchem o percentual de candidaturas femininas. Atualmente, a única sanção para o não cumprimento da lei é o impedimento de substituir as vagas reservadas para um sexo por candidatos de outro; incluir o quesito raça/cor nas fichas de candidatura do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para gerar dados estatísticos sobre a participação comparativa de negras, negros e indígenas nas eleições; e incorporar outras ações afirmativas, reservando tempo de propaganda eleitoral e parte do fundo partidário para ações de incentivo às candidaturas femininas (SEPPIR, s/d, p. 29-30).

Em 2009, aconteceu a chamada minirreforma eleitoral, quando foi promulgada a Lei 12.034/2009 que estabelece novas regras e ações afirmativas voltadas para as mulheres. A citada lei apresenta os seguintes aspectos: obrigação dos partidos preencherem as vagas destinadas às candidaturas femininas, a destinação obrigatória de 5% do Fundo Partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres; o partido que não cumprir com o valor obrigatório a ser destinado para incentivo de campanha das mulheres na política no ano subsequente arcará com mais 2,5% para tal destinação; e obrigação de reservar 10% do tempo da propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina. Segundo o TSE (2013) a aplicação dessa lei já refletiu de forma significativa nas eleições de 2010 no que diz respeito ao número de candidaturas. E ainda, a nova lei tornou mais explícita a obrigatoriedade do preenchimento das chapas de candidatos com no mínimo 30% de mulheres. No entanto, ainda segue a disparidade entre homens e mulheres nas disputas eleitorais, mesmo com todo aparato das ações afirmativas, como aponta as autoras como Grossi e Miguel (2001), Avelar(2001) e Ferreira (2006), na medida em que não há punição para os partidos que não cumprem o previsto na lei.

As ações afirmativas propostas na Lei de 2009 contribuíram para que as mulheres acessassem as candidaturas. No entanto, ainda não contribuiu em sua plenitude a elegibilidade das mulheres, exemplo disso são os números da última eleição, tanto em nível nacional como no Estado da Paraíba.

Quando nos reportamos aos números como se apresenta a representatividade das mulheres no parlamento em nível nacional, baseados em dados do TSE sobre as eleições de 2014 para Deputado/a Federal, no que diz respeito a candidatos homens, tivemos um número de 11.244, equivalente a 70,89%, e em relação às mulheres 4.617, correspondente a 29,11%. Quanto aos/as eleitos/as foram 462 homens, equivalente a 90,1%, e 51 mulheres, o que corresponde a 9,9%.

Em âmbito de Paraíba, tivemos 235 homens candidatos, o equivalente a 63,44%, e 98 mulheres o que corresponde 36,56%. No tocante aos/as eleitos/as foram eleitos 33 homens, o que equivale a 91,66%, e 3 mulheres o que corresponde a 8,34%.

Segundo análises realizadas pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a configuração do Parlamento após as eleições de outubro de 2014, em que foram eleitas 51 mulheres, apresenta um pequeno aumento de mulheres em relação a 2010 que contou com 45 Deputadas Federais eleitas. Dados que evidenciam o quanto o sistema político eleitoral brasileiro se mostra pouco capaz de proporcionar a promoção da representação política de forma mais democrática, de maneira que contemple a diversidade existente na sociedade brasileira (BRASIL, 2014).

Estes dados demonstram o quanto as ações afirmativas postas para possibilitar o acesso das mulheres à política institucional precisam avançar, pois a questão não é apenas participar do momento da disputa, mas ter o capital político e financeiro necessário que possibilite a eleição dessas mulheres. E ainda nos fazem refletir sobre os prejuízos que a baixa representatividade das mulheres pode causar a esse segmento da sociedade, tendo em vista que, os parlamentos são espaços de tomada de decisões, as quais rebatem indireta e diretamente nas vidas das pessoas e, se a população brasileira em sua maioria é composta por mulheres, muitas vezes as decisões que podem ser tomadas nesses espaços de representação, por vezes, ocasiona de não refletir as necessidades específicas das mulheres. Como afirma Luciana Ramos, pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), em entrevista à Revista Carta Capital em julho de 2015,

A sociedade brasileira e seu eleitorado são compostos por uma maioria de mulheres e existir apenas 10% de representantes delas no Parlamento denota uma discrepância enorme. Se as pessoas sub-representadas têm presença nos

processos de decisão, elas têm chances maiores de assegurar as demandas e necessidades deste grupo. O que mais importa é que os espaços de tomada de decisão precisam ser compostos por pessoas com diferentes perspectivas sociais. A sub-representação feminina no Congresso afeta direitos sociais da mulher. Certamente uma maior presença feminina na política impactaria muito na formulação de políticas públicas – diferentes daquelas que são formuladas por homens. Isso impactaria diretamente na questão de aborto, de aumento da licença paternidade, sem falar em outras questões como políticas públicas de creches, entre outras (RAMOS, 2015, s/p).

O movimento feminista, diante das grandes dificuldades de conseguir eliminar as tamanhas disparidades entre os gêneros nos espaços de poder e decisão, articula-se com outros movimentos sociais no intuito de pensar e propor uma reforma do sistema político brasileiro com vistas a garantir a representatividade de todos/as.

Em 2013, com as manifestações que se deram em todo Brasil, a partir do mês de junho, fruto, primeiramente do descontentamento de parcela da população com o valor das passagens de transporte coletivo e, posteriormente, outras pautas da sociedade, veio à tona o questionamento acerca da representatividade do sistema político e eleitoral no país, manifestando a necessidade de mudanças que garantam maior participação da população tanto nas proposições como nas elaborações legislativas, com mecanismos de consulta, a exemplo de referendo ou plebiscito de forma regular que garanta a opinião da população em questões nacionais amplas (SANTOS, 2015).

Em 2015 foram votadas no Congresso Nacional várias propostas direcionadas para Reforma Política. As propostas agregavam questões, tanto do campo da sociedade civil, apresentadas pela Plataforma pela Reforma Política, quanto dos parlamentares. As indicações da sociedade tinham como objetivo modificar o sistema político vigente, no qual predominam os privilégios de classe, sexo, raça e geração, e as demais da maioria dos parlamentares com intenção de manter o sistema como se encontra atualmente.

Do campo da sociedade civil, foram apresentadas as seguintes propostas: financiamento público exclusivo; democratização dos meios de comunicação; paridade de gênero para as candidaturas ao legislativo; sistema proporcional na composição do poder legislativo; regulamentação da participação popular na elaboração e fiscalização das políticas públicas; regulamentação da participação popular nas proposições legislativas; constituinte exclusiva para elaboração e aprovação da reforma política; extinção suplente para senador; fidelidade partidária; e redução de assinatura para apresentação de projeto de iniciativa popular (SANTOS, 2015). Quanto às propostas de parlamentares foram no sentido de permanecer os privilégios já existentes, como por exemplo, o financiamento público e

doações de empresas e pessoas físicas a partidos e pessoas físicas a candidatos, enquanto a sociedade propunha o financiamento público exclusivo. Algumas propostas foram aprovadas e passaram a compor a Lei 13.165/2015, a qual já vigorou nas eleições de 2016 e tem como eixos principais reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Vale destacar que maioria das questões propostas pela sociedade não foram aprovadas na Câmara dos Deputados.

Início de 2016, o descrédito no sistema eleitoral vigente se torna mais evidente, com destaque para o processo de votação para o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em que foi possível observar, a partir das justificativas de ser a favor da continuidade do processo, questões pessoais e em detrimento das públicas, o que fez a sociedade questionar em que medida tais parlamentares estão, de fato, representando o povo brasileiro. No que toca à representatividade das mulheres, podemos no mínimo salientar que foi lamentável, pois questões misóginas, machistas, dentre outras, vieram à tona de forma absurda.

Ainda podemos acrescentar, segundo Camurça (2008), que a democracia representativa brasileira está impregnada dos perfis: racista, sexista e classista da sociedade, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, carregando as diferenças político-ideológicas entre os partidos, situação que se agrava pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e ao sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa política para muitos segmentos, dentre eles, o de mulheres.

O movimento feminista defende que não basta ser mulher exercendo carreira parlamentar, é necessário que haja comprometimento com as causas das mulheres para que, de fato, possamos ser representadas enquanto tais. Para isso, elencou algumas prerrogativas que considera essenciais para a representatividade das parlamentares: 1) assumir compromisso com a luta feminista pela liberdade, autonomia, igualdade e justiça para todas as mulheres e para todas as pessoas; 2) se comprometer com a luta contra o racismo, com a liberdade de orientação sexual, com o direito à diversidade de identidade de gênero; 3) defender o Estado laico e democrático. Enfim, reivindica que as parlamentares assumam o compromisso radical de uma nova sociedade justa, livre, igualitária, democrática, sustentável e saudável (CFEMEA, 2014).

Feitas as reflexões expostas neste capítulo, queremos enfatizar que nossa proposta de debater a representatividade e o impacto das proposições das mulheres parlamentares na vida das pessoas se apresenta como uma oportunidade de trazer para discussão a atuação das deputadas paraibanas voltadas para garantir e defender os direitos das mulheres.

Vale destacar que não queremos com nosso estudo debitar a responsabilidade apenas as deputadas em pautar os direitos das mulheres nos espaços de poder, cabe também aos homens deputados também pautarem tais direitos. Queremos reafirmar que a representatividade feminina no parlamento é importante, considerando que temos uma sociedade composta em sua maioria por mulheres e que, por muito tempo, lutaram para conquistar esse espaço político.

3 MOVIMENTO DE MULHERES/FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS: INTERLOCUÇÃO COM O ESTADO

3.1 Os primeiros caminhos de articulação com o Estado

Afirmar que o movimento feminista e de mulheres foram e são de extrema relevância para conquista dos direitos sociais e políticos das mulheres no Brasil, em meio a tantos estudos que mencionam tal feito, parece até redundante, mas na conjuntura atual de desmonte de direitos conquistados por meio de muita luta, se faz necessário reafirmar a importância da luta dos movimentos sociais para conquista de direitos, para que não os tenhamos como benesses de determinados governos, mas como políticas de estado garantidas em leis fruto das pressões sociais.

Em sintonia com a plataforma da I Conferência Mundial Sobre a Mulher² de 1975, as iniciativas em defesa dos direitos humanos das mulheres desencadearam no Brasil diversos momentos significativos para a luta das mulheres, momentos estes que culminaram com realização de muitos encontros, debates e troca de experiências. Ainda resultaram em: construção de redes e articulações de grupos de mulheres; realização de campanhas de denúncia e de conscientização, especialmente de violência cometida contra as mulheres; cultivo de datas históricas e expressivas para o movimento, a exemplo do 08 de março como dia de luta para reafirmar a necessidade de direitos voltados para o segmento; da construção de alianças e parcerias no âmbito da sociedade civil para a defesa e promoção de direitos e da cidadania das mulheres, em especial com outros movimentos sociais; a apresentação de propostas para a elaboração de legislação específica e de políticas públicas; por fim, a interlocução com o estado para a promoção de intervenções e mudanças sociais a partir da perspectiva de gênero (CORTÊS; MATOS, 2010).

A partir anos 80, período em que o movimento de mulheres já era uma força mais consolidada, as ideias feministas se alastraram, havendo então uma penetração do movimento em associações profissionais, partidos, sindicatos, dentre outros espaços, legitimando a mulher como sujeito social (SARTI, 2004).

²A Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher foi realizada na Cidade do México foi patrocinada pela ONU. Reuniu cerca de 8 mil mulheres representantes de 113 países e de organizações não-governamentais. A conferência debateu três temas centrais: igualdade entre os sexos, integração da mulher no desenvolvimento e promoção da paz. Foi considerado um momento histórico e inédito na luta pelos direitos da mulher. Consolidou novas organizações como o Centro da Tribuna Internacional da Mulher, o Instituto Internacional de Fundo Voluntário para a Mulher das Nações Unidas.

Nesse interim, houve a implantação definitiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985, fruto da reivindicação de diversas organizações de mulheres. A implantação do Conselho significou o reconhecimento por parte do estado da situação de discriminação e marginalização das mulheres brasileiras e a necessidade da intervenção governamental com vistas a superar tal problema. O CNDM teve uma atuação importante no processo de articulação no período da Constituinte, por meio de sua rede de informação e de pressão que proporcionou alianças junto à bancada feminina do Congresso (BORBA, 1998).

Nesse cenário de luta pela inclusão dos direitos das mulheres na Constituição Federal de 1988, foi lançada a campanha nacional em 1985, com o mote “*Constituição prá valer tem que ter a palavra da mulher*” que estendeu a discussão para sociedade acerca das principais reivindicações da mulher brasileira, em todas as instâncias (ROCHA, 2009).

Fruto da articulação do movimento de mulheres e feminista através do CNDM, a bancada feminina na Constituinte apresentou cerca de 30 emendas constitucionais que contemplavam os direitos das mulheres. Dentre as reivindicações apresentadas estavam presentes temas gerais tais como: justiça social, educação e reforma agrária. E também específicos, direitos focalizados nas mulheres nos âmbitos mais diversos como trabalho, saúde, questões relativas à violência e ao aborto. Foi por meio da pressão do movimento feminista e da bancada feminina no Congresso Nacional que se conseguiu a incorporação de quase todas as propostas encampadas pelas mulheres na Constituição de 1988 (CORTÊS; MATOS, 2010).

Esta articulação do CNDM, movimento feminista e bancada feminina ficou conhecida como *lobby do batom*, o qual representou uma quebra nos modelos tradicionais de representação vigentes até então no país, tendo em vista que o próprio movimento defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo, sem a intermediação dos partidos políticos (COSTA, 2005).

Como marco importante, no contexto de redemocratização, ainda na década de 80, foi garantida, graças às reivindicações das mulheres que estiveram pautando a igualdade de direitos entre homens e mulheres, na Constituição de 1988 em seu artigo 5º, inciso I, a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres o que dá, a partir de então, legitimidade à luta das mulheres por igualdade em diversos espaços da sociedade (BORBA, 1998).

Em virtude da luta do movimento de mulheres e feminista no país, muito foi alcançado no campo dos direitos para as mulheres. As mulheres buscaram diversas estratégias para garantir a efetivação de tais direitos, estratégias que passaram pelo viés da entrada nos

espaços institucionais, a exemplo de Secretarias e Coordenadorias Especiais de Políticas para as Mulheres e também na participação nos espaços de controle social garantidos pela Constituição de 1988, a saber, os Conselhos de Direitos e Conferências de Políticas Públicas.

No que diz respeito às políticas públicas para mulheres, as mesmas passaram a receber atenção pelo Estado, a partir dos anos 80, com a criação de delegacias especializadas na defesa das mulheres e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), o qual era vinculado ao Ministério da Justiça (PINTO, 2003). Contudo, conforme Petinelli (2011), entre 1989 e 1994, o CNDM ficou desestruturado e sem autonomia administrativa e financeira. Nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, pouco se fez a esse respeito e o Conselho continuou a ser um órgão subordinado, administrativa e financeiramente, ao Ministro da Justiça. Somente em 2002, quando foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), no último ano de governo de Fernando Henrique Cardoso, esta situação modificou-se e a questão das mulheres tornou-se política de governo.

Os finais dos anos 90 e início dos anos 2000 foram marcados pela institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo por meio da entrada delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo e pela criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal. Neste período também se deu a consolidação da institucionalização das ONGs feministas e das redes feministas, e, ainda, a construção de nova moldura para a ação do feminismo que se pautou na atuação nos espaços de proposição e controle de políticas públicas (CORTÊS; MATOS, 2010).

3.2 Avanços e Retrocessos: de Lula a Temer

Segundo Rocha (2010), muitos ativistas e militantes dos movimentos sociais reconhecem no governo Lula, com a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), uma conquista significativa das suas demandas, pois as questões de gênero, de raça e dos direitos humanos passaram a ser referências no processo de construção de diversas políticas públicas. Antes da SPM, havia a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, a qual era subordinada ao Ministério da Justiça, conforme apontado anteriormente, com ações bastante restritas, voltadas à prevenção e combate à violência sexual e doméstica, tema importante de ser posto em pauta. No entanto, exigia políticas mais abrangentes que atingissem a vida das mulheres em todos os aspectos.

Institucionalizar as demandas das mulheres constituía-se em criar espaços, a exemplo das secretarias e coordenadorias da mulher, tanto em nível federal como nos Estados e nos municípios, e acrescentar nos planos dos governos as demandas específicas das mulheres com vistas à construção políticas públicas. Em nível federal, com a institucionalização de políticas para as mulheres, por meio da SPM com status de Ministério, tornou-se desafiante para o Estado desenvolver ações conjuntas com os demais ministérios (ROCHA, 2009). Tais ações demandaram a inserção de feministas na gestão pública com capacidades técnicas e acúmulos das trajetórias de luta para contribuir na execução das políticas.

A partir do governo Lula em 2004, com a criação da SPM, como órgão que trataria das ações específicas voltadas para as mulheres, foi possível a aproximação do governo com as demandas das mulheres e, a partir de então, formar as diretrizes de atuação da referida secretaria. Para tanto, o espaço de Conferências de Políticas para as Mulheres tornou-se um campo legítimo e necessário, já que este era composto por representações de mulheres de diversos segmentos, as quais poderiam trazer para o governo as demandas que se referem aos direitos das mulheres brasileiras que necessitavam de respostas por parte do Estado.

Conforme Faria, Lins e Petinelli (2011), as conferências de políticas públicas configuram-se como espaços institucionais de participação e deliberação acerca das diretrizes gerais de uma determinada política pública, podendo assumir caráter consultivo e/ou deliberativo.

O ciclo de conferências de políticas públicas, o qual acontece a cada quatro anos, considerado um dos espaços de participação, inclusão política e fortalecimento do controle social, conquistado com a Constituição de 1988, exerce um importante papel na proposição e deliberação de políticas públicas para diversos setores com temáticas várias. Esse ciclo de conferências possibilita aos grupos ditos minoritários a inclusão por meio da participação política e a elaboração de políticas públicas mais próximas da realidade desses sujeitos (BRASIL; REIS, 2015).

As conferências assumem objetivos e formatos que direcionam para um caráter participativo, deliberativo ou participativo e são regimentadas no processo de realização com direcionamentos em sua forma de acontecimentos. Como discorre, Faria, Lins e Petinelli (2011).

Os objetivos e o formato institucional que as Conferências assumem, bem como as normas que regulam a dinâmica participativa, deliberativa representativa são regulados, em geral, pelas leis que convocam esses espaços e por seus regimentos internos (doravante, RI). Através deles são

estabelecidos os objetivos do encontro; os eixos temáticos a serem debatidos; as etapas e as datas de realização dos debates; o número e a composição de representantes civis e estatais por unidade da federação; a dinâmica deliberativa sobre a formulação e o encaminhamento das propostas aprovadas. Em todos os níveis da federação, esse documento deve passar pelo crivo da plenária da conferência, que pode aprová-lo na íntegra, aprová-lo com mudanças ou rejeitá-lo. Neste último caso, os delegados-representantes devem formular e aprovar outro regimento antes de dar continuidade aos trabalhos. Sendo assim, esse documento torna-se uma fonte documental importante para aferirmos a estruturação dos momentos participativos, representativos e deliberativos, bem como a capacidade de integrar os mesmos em um sistema (FARIA, LINS; PETINELLI, 2011, p. 262).

Nesse sentido, as conferências de políticas públicas para as mulheres convocadas pelo governo nos três níveis federativos vêm sendo realizadas, desde 2004 no Brasil, como espaços de construção coletiva, envolvendo gestores/as públicos/as e a sociedade civil, destacando-se aí os diferentes movimentos de mulheres e feminista. Conformam-se também como ambiente oportuno para que as mulheres, em sua diversidade, exponham suas demandas no sentido destas se tornarem políticas públicas que venham a promover os direitos das mulheres em sua totalidade e os resultados dessas conferências resultam em planos nacionais e estaduais direcionadas à proposição e execução de políticas públicas voltadas às mesmas, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e igualitária.

A terceira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a qual seus desmembramentos serviram de base para elaboração do último III PNPM, se deu em 2011 com o tema “Autonomia e Igualdade para as Mulheres”. Teve os seguintes eixos principais de discussão: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas; gestão e monitoramento do plano objetivo geral. Eixos esses que guiaram a realização das conferências nos estados da federação.

A IV Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, realizada em 2016 com o tema “Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres” teve como objetivo

discutir as estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e a democratização da participação das mulheres nas diversas esferas institucionais e federativa. Nesse sentido, foram propostos eixos como: contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades; estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para mulheres no âmbito municipal, estadual e federal; sistema político com participação das mulheres e igualdade; e sistema nacional de políticas para as mulheres (BRASIL, 2015, p. 4).

Essa última Conferência se deu em um contexto de crise política no país e de ameaça ao Estado Democrático de Direito em que um processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma Rousseff, havia sido aberto sem bases legais consistentes para tal feito, orquestrado por forças oposicionistas ao governo. Na ocasião da conferência, além de discussão das temáticas propostas, a atenção voltou-se para análise da conjuntura atual de sinalização de desmonte dos direitos sociais conquistados nos últimos 14 anos. Foi emitida carta das mulheres, declarando apoio a Presidenta, “primeira e única mulher que venceu duas eleições presidenciais”, como cita a Carta das Mulheres da 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres conclamando a sociedade brasileira para a defesa da democracia.

Vale destacar que até então, no cenário político de governo de Michel Temer, não se tem sinalização de encaminhamentos concretos das propostas discutidas na 4ª Conferência de Políticas para as Mulheres. Temos um cenário de desmonte de muito que foi conquistado ao longo da história, a exemplo da SPM que passa a fazer parte do Ministério da Justiça e perde seu caráter de Ministério, ação que não diz respeito apenas à nomenclatura, mas recai na forma de tratamento das políticas voltadas para as mulheres, assim como era até os anos 90, desconsiderando as especificidades desse segmento da sociedade.

No percurso de lutas e conquistas de direitos voltados para as mulheres, o movimento feminista e de mulheres no Brasil, mais uma vez está desafiado a se fortalecer para o enfrentamento dos desmontes de direitos que vêm sendo propostos no país e que impactará diretamente a vida das mulheres, a exemplo da “reforma” previdenciária que iguala a idade de homens e mulheres para acesso à aposentadoria, desconsiderando a condição de vida e trabalho das mulheres que é diferente, o que exige então um direcionamento das políticas considerando a equidade.

4 TRAJETÓRIA DAS DEPUTADAS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA DA PARAÍBA

Neste capítulo, abordaremos em dois momentos a trajetória política partidária das deputadas estaduais, de acordo com as informações coletadas nas entrevistas, informações nos sites dos partidos e da Assembleia Legislativa. No primeiro momento, faremos uma breve biografia política das parlamentares, considerando o início da entrada destas no campo partidário até a atuação, enquanto deputadas estaduais.

No segundo momento, teceremos considerações das parlamentares acerca de suas inserções no campo político partidário, refletindo os meios que possibilitaram a aproximação destas da política partidária e a aceitabilidade delas por parte da sociedade.

4.1 Biografia Política e Partidária

A Assembleia Legislativa da Paraíba, no período que corresponde à pesquisa, contava com quatro mulheres deputadas, sendo a Camila Toscano ligada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Daniella Ribeiro do Partido Progressista (PP), Estela Bezerra do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Olenka Maranhão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a qual assumiu, enquanto titular em setembro de 2015 a dezembro de 2016, após o deputado Trócoli Junior afastar-se para assumir a Secretaria de Articulação Política do Estado.

A deputada Camila Toscano, natural de João Pessoa, tem 36 anos, advogada, formada pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Filha do ex-deputado Zenóbio Toscano e da ex-deputada Léa Toscano. É filiada ao PSDB desde janeiro de 2014, ano em que foi eleita deputada estadual da Paraíba. A eleição para Deputada Estadual foi o primeiro momento da parlamentar na política partidária.

Enquanto deputada, até o período da pesquisa, não tinha ocupado espaço na Mesa Diretora da Casa Legislativa. Fez parte das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Direitos da Mulher, na condição de titular, durante a vigência de 2015 a 2017. Presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da telefonia móvel.

A deputada Daniella Veloso Borges Ribeiro, chamada popularmente por Daniella Ribeiro, a deputada nasceu em Campina Grande, tem 45 anos, filha do ex-prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro, e da empresária e atual prefeita do município paraibano de Pilar, Virgínia Velloso Borges. É irmã do atual deputado federal e ex-Ministro das Cidades, Agnaldo Ribeiro. A parlamentar é graduada em pedagoga, titulada pela

Universidade Federal da Paraíba(UFPB) e realizou pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UNB).

Começou na vida política em 2004, quando foi candidata à vice-prefeita de Campina Grande na chapa do deputado federal Rômulo Gouveia. Em 2008, foi eleita vereadora da mesma cidade e em 2010 foi eleita deputada estadual. Em 2012 chegou a disputar o cargo de prefeita de Campina Grande, mas sem sucesso, deixando a disputa no primeiro turno. No ano de 2014 a deputada foi reeleita para seu segundo mandato que se encontra em andamento.

Em seu primeiro mandato, que perdurou de 2011 a 2015, Daniella Ribeiro compôs, na condição de titular, as comissões de Constituição Justiça e Redação, Legislação Cidadã e Direitos da Mulher, e enquanto suplente das comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Saúde, Saneamento, Assistência Social e Segurança Alimentar. Compôs ainda, a Mesa Diretora enquanto suplente. No mandato em curso, até o período de recorte da pesquisa, compunha como titular a Comissão de Direitos da Mulher.

Estelizabeth Bezerra de Souza, Conhecida como Estela Bezerra, a deputada tem 50 anos, nasceu em João Pessoa. A parlamentar é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba(UFPB).

Em 2005 foi indicada pelo movimento de mulheres para compor a primeira gestão do então Prefeito Ricardo Coutinho, em João Pessoa, momento que foi criado o primeiro mecanismo de política para as mulheres na cidade, Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM). Foi gestora também da Secretaria de Transparência Orçamento Democrático e Secretaria de Planejamento na gestão municipal.

Em 2012, com o apoio de Ricardo Coutinho, concorreu à Prefeitura de João Pessoa. No referido pleito disputou com Luciano Cartaxo, do Partido dos Trabalhadores (PT); José Maranhão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Cícero Lucena, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e recebeu um total de 74.498 votos.

No governo de Ricardo Coutinho, na condição de Governador, a parlamentar foi Secretária de Comunicação Social e chefe de gabinete.

A deputada Estela Bezerra é filiada ao PSB, desde janeiro de 2009. No ano de 2014, foi eleita para o cargo de Deputada Estadual, pelo Partido Socialista Brasileiro, com 34.929 mil votos.

Na condição de deputada estadual, até o momento considerado pela pesquisa, não havia ocupado a Mesa Diretora da Casa Legislativa. Presidia as seguintes comissões: Comissões de Direitos da Mulher e Comissão de Constituição, Justiça e Redação com vigência de 2015 a início de 2017. Compunha ainda enquanto suplente as seguintes: Comissão

de Educação, Cultura e Desportos; Comissão de de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente; Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia Móvel.

A parlamentar Olenka Targino Maranhão Pedrosa, nasceu em João Pessoa - PB, filha de Newton Pedrosa e Wilma Targino Maranhão. É graduada em direito e tem como profissão a advocacia.

A família de Olenka Maranhão tem uma tradição na política paraibana. É sobrinha de José Maranhão, o qual é Senador, foi Governador da Paraíba por três vezes, Deputado Federal e Estadual. O pai, Nilton Pedrosa, após aposentar-se da magistratura, exerceu um mandato de Deputado Estadual, e a mãe, Vilma Maranhão, reveza-se no comando da Prefeitura de Araruna. Seu irmão, Benjamin, também foi Prefeito de Araruna e é Deputado Federal pelo PMDB (PMDB Mulher,2017).

Em 1992 foi eleita prefeita do município de Cacimba de Dentro. Em 1998 foi candidata a Deputada Estadual e teve uma votação expressiva, seguiu com mais três mandatos.

No último pleito ficou na condição de suplente, ascendendo à titularidade no período de 23 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016. Em nenhum dos mandatos participou de Mesa Diretora. Segundo as informações do site da Assembleia, só a partir do quarto mandato, que durou de 2011 a 2015, compôs as comissões de Legislação Cidadã e de Direitos da Mulher, enquanto titular, e as comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Direitos Humanos e Minorias, na condição de suplente. No último mandato, o qual tomamos como análise, compôs, na condição de titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação e suplente da Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente.

4.2 Inserções e aceitabilidade na política partidária

Neste tópico, abordaremos, a partir das falas das parlamentares, suas percepções acerca de como se deu a inserção delas na política partidária e sobre a aceitabilidade por parte da sociedade, dos partidos e até mesmo da família de suas entradas no campo da política partidária.

Camila Toscano, ao ser questionada sobre sua entrada na política partidária atribuiu a influência dos pais, os quais têm uma atuação política, tanto em nível de Estado como também no município de Guarabira, localizado no brejo paraibano.

Através de meus pais, meus pais são políticos. Meu pai tem 35 anos de vida pública, foi deputado por cinco mandatos aqui nessa casa, foi prefeito de

Guarabira, é prefeito de Guarabira atualmente. Nesse meio termo minha mãe também foi prefeita de Guarabira, eu deputada. Então eu passei a vida toda acompanhando eles, por essa aproximação e por estar sempre perto deles acabei ingressando na vida pública (Camila Toscano, entrevista concedida em 06 de junho de 2017).

Com isso, percebemos que a entrada da parlamentar segue uma tradição familiar, na qual a deputada se inspirou para o ingresso na vida pública.

Sobre sua participação em movimentos sociais, Camila Toscano foi enfática ao responder: “Não, não, não”. Afirmativa que nos faz inferir o reforço da declaração anterior de ter se inserido na política partidária, por meio de influência da família.

No tocante à sua aceitabilidade na política partidária, a parlamentar mencionou que algumas pessoas tiveram receio, quando ela se propôs entrar na política, e passaram a duvidar de sua capacidade, por associarem a sua intenção à atuação do pai. A Deputada salientou que com o tempo foi mostrando o seu potencial, interesse, vontade e, sobretudo, a determinação de trabalhar pelo povo da Paraíba e, segundo ela, conseguiu quebrar todas as barreiras. Conclui que atualmente já se tem uma dissociação de sua atuação com a dos pais, apesar da mesma ter orgulho dos progenitores.

No começo, algumas pessoas tiveram um certo receio, mas por conta de meu pai. Meu pai no sentido de quê? Infelizmente a política hoje ela está muito desacreditada, então algumas pessoas criaram, inventaram que na verdade eu não teria capacidade, que meu pai queria apenas me dar um emprego, [...] mas só que com o tempo eu fui mostrando o meu potencial, o meu interesse, a minha vontade e sobretudo a minha determinação de trabalhar pelo povo da Paraíba, e consegui quebrar todas as barreiras e hoje de fato já tem uma desassociação muito grande deles dois, por mais que eu queira, por mais que eu tenha orgulho disso, de ser filha de quem sou, mas naturalmente com meu trabalho consegui essa desassociação, e eu consegui, como se diz o meu lugar ao sol (Camila Toscano, entrevista concedida em 06 de junho de 2017).

Podemos perceber na fala da deputada que o fato das pessoas desacreditarem de sua capacidade também está associado ao descrédito que atualmente a política vem demonstrando, descrédito que podemos associar aos sucessivos escândalos de corrupção em que os privilégios particulares são postos como prioridade, em detrimento das necessidades da coletividade.

Outro aspecto significativo que podemos destacar é a forte associação da deputada apenas ao pai, quando fala que “algumas pessoas tiveram um certo receio, mas por conta de meu pai”. Mesmo a mãe tendo tido histórico na política, não é feita associação da candidatura

de Camila com a vida política de sua progenitora, fato que reforça o caráter de descrédito que a sociedade tem nas ações política partidária realizadas pelas mulheres.

A deputada Daniella Ribeiro, ao falar de sua inserção na política partidária, apontou que se deu, mesmo com algumas resistências da família, por meio de sua convivência, desde criança com pessoas envolvidas na política, em especial o pai, Enivaldo Ribeiro, que foi Prefeito de Campina Grande na década de 1980, foi Deputado Estadual e Federal e atualmente é Vice-Prefeito da referida cidade.

Minha aproximação se deu, porque desde pequena, na minha casa meu pai político. Eu cresci, nasci praticamente no meio político, eu cresci convivendo nesse ambiente, onde é... Havia muitas pessoas na minha casa meu pai era prefeito, foi deputado, então essa influência, essa influência vamos dizer, assim, de ver o quanto ele gostava, de ver o quanto ele gostava de lidar com as pessoas, de ajudar e enfim, trabalhar e fazer aquela política que eu acredito né?! A política de você cuidar das pessoas, de ter a responsabilidade de buscar o melhor para o interesse do seu estado, seu município. Então, eu cresci vendo isso e eu gostava, sempre gostei, não tive imposição para entrar na política. Algumas pessoas pensaram “entrou por que é filho”. Não, pelo contrário, na realidade meu pai não queria que eu fosse candidata, nós somos quatro irmãos, dois homens e duas mulheres, e... eu insisti muito quando eu quis ser candidata, pela primeira vez a vice prefeita em Campina e após dois anos, aliás quatro anos depois, eu já tinha em minha mente, desde a eleição que fui vice de Rômulo, que eu perdi, já tinha em minha mente que eu queria começar de baixo, do começo. De baixo que eu falo é do começo da carreira, que seria como vereadora em que faria meu trabalho e mostrar a minha própria personalidade né?! Naquilo que eu acredito, e aquilo que eu defendo para o povo, especificamente como vereadora, para o povo de Campina. E assim fui eleita vereadora a mais votada naquela época, 2008. (Daniella Ribeiro, entrevista concedida em 04 de julho de 2017).

Percebe-se na fala da deputada que, por mais que afirme a entrada na política como algo que partiu dela, existiu um contexto que favoreceu sua entrada. Contexto este permeado pelas oportunidades que o âmbito familiar já apresentava, em especial de visibilidade da família no Estado. Outro aspecto que podemos considerar na fala da deputada foi a resistência por parte do pai em “permitir” a inserção da mesma na vida política. A forma que a deputada se coloca nos permite afirmar que, mesmo em famílias que tem a política partidária como tradição, “o aceitar” que as mulheres sejam as protagonistas na política partidária ainda é algo conflituoso.

Ao ser questionada sobre a participação em movimentos sociais, a Deputada afirmou nunca ter feito parte desses espaços. E que em sua trajetória política se envolveu muito em ações sociais de forma isolada.

Não, nunca participei de movimentos sociais não. Na realidade, eu me envolvia muito em ações sociais, mas assim de forma isolada, de minha própria [...]iniciativa, entendeu? E eu acho que o movimento social próprio que participava do dia a dia já era a política partidária que existia por parte da minha família que eu sempre me envolvi. Então, você se envolver com ONGs, associações, se envolver com Sociedade Amigo de Bairro(SAB), com clubes de mães né?! Com todas aquelas pessoas que procuravam de certa forma mesmo não sendo ainda política eu tinha essa [...]essa ligação também né?! junto a meu pai. Então, é... de movimento especificamente não, mas em termos de mobilidade e movimentos que eu própria criei através da inserção em diversos segmentos sociais da sociedade, da minha parte foi feito. (Daniella Ribeiro, entrevista concedida em 04 de julho de 2017).

A deputada deixa explícita sua atuação junto nas comunidades com o pai nos espaços, mesmo antes de entrar na vida pública. Afirmativa que nos faz perceber e ratificar a análise da influência direta da família, enquanto um demarcador no processo de inserção da parlamentar na política partidária.

Sobre a sua aceitabilidade na política partidária, a deputada Daniella Ribeiro avalia como positiva por considerar a expressividade de votos nos pleitos que se candidatou e obteve êxito e também por ter proposto um mandato popular em que as pessoas podem opinar e ter contato direto com ela.

Eu avalio como positiva, porque se você olhar [...]se você observar, fui vereadora tive 6.838 votos, logo após fui Deputada Estadual com cerca de 26 mil votos e no segundo mandato tive quase o dobro, tive 47 mil votos. Então, significa que[...] as pessoas aprovaram. É importante também te dizer que o mandato popular, que é essa ação que a gente realiza nos bairros, nas ruas, conversando com as pessoas e tudo, ele ecoou bastante para outros municípios. Então, as pessoas tinham conhecimento, fui votada em quase todos. Aliás, fui votada em todos os municípios do estado da Paraíba. Então até posso te dizer que [...] eu tive votos em lugares que eu não fui, que eu não tinha ido, claro. São 223 municípios. Então eu avalio como muito positivo, mas assim sempre disposta a ouvir críticas, a ouvir sugestões, é pra isso que a gente[...] é assim que a gente cresce né?! É assim que a gente vai modificando, até porque é tudo muito dinâmico. No início da minha carreira política não existia essa coisa de redes sociais e hoje a gente tem contato direto com as pessoas, as pessoas tem acesso direto não precisam, muitas vezes, de assessores, de atravessar por assessores para chegar até nós. Então, esse canal foi muito importante, esse diálogo aberto de você poder conversar diretamente também através das redes sociais. Então, muita coisa mudou, mas de fato, eu considero positivo, digo pela análise que você possa fazer da minha carreira né?! De como eu iniciei, e do segundo mandato estadual até onde eu cheguei. (Daniella Ribeiro, entrevista concedida em 04 de julho de 2017).

Percebemos na fala da deputada que a compreensão da mesma sobre sua aceitabilidade perpassa apenas pelo aspecto da aceitação para elegibilidade.

A deputada Estela Bezerra, ao ser indagada acerca de sua trajetória política e inserção na política partidária, afirmou vir da formação política do campo dos movimentos sociais e ter participado desde a juventude de diversos espaços de defesa dos direitos humanos. Em sua juventude, esteve atuando enquanto ativista dos direitos culturais, dos direitos humanos e dos direitos das mulheres.

Eu venho da formação política do campo dos movimentos sociais da democracia participativa. Estive atuando como ativista de direitos culturais na juventude e ativista dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e[...] na sequência fui indicada em 2005, pelo movimento de mulheres, para compor, na primeira gestão do então Prefeito Ricardo Coutinho[...] o primeiro mecanismo de política para as mulheres, que era o campo onde eu atuava. E eu fui a primeira gestora desse mecanismo na cidade de João Pessoa e na Paraíba. (Estela Bezerra, entrevista concedida em 21 de junho de 2017).

Por meio da fala da deputada, percebemos que a formação no campo dos movimentos sociais foi relevante na sua trajetória política. E podemos considerar que em virtude das ações que desenvolvia, enquanto ativista deu subsídios e notoriedade para adentrar na gestão pública, fato que a deputada considera como um marco pra sua inserção na política partidária.

E a minha inserção na política partidária começa na minha inserção como gestora, eu passo de secretária de políticas para as mulheres para secretária de transparência pública, para secretária de planejamento de João Pessoa e sou escolhida pelo partido, num momento de cizânia partidária, como candidata à prefeita de João Pessoa em 2012 sem antes ter concorrido a nenhum cargo e nessa condição eu estive em, em... bastante conflito e proximidade com o ativismo partidário, que eu não fazia parte, mas que a partir de 2008, 2009 eu me filiei ao PSB. Entendendo que estando no projeto administrativo de gestão eu precisava também contribuir com a construção da política partidária (Estela Bezerra, entrevista concedida em 21 de junho de 2017).

Sobre sua participação em movimentos sociais, destacou que fez parte do movimento feminista, através do qual teve diálogo com direitos reprodutivos. Apontou sua atuação com as organizações de direitos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTs), diálogos no campo da construção dos direitos da criança e do adolescente, como também na área da saúde, especificamente no que diz respeito ao movimento antimanicomial.

[...]eu sou ativista dos direitos humanos e orgânica do movimento feminista. Eu sempre dialoguei com direitos reprodutivos. Portanto com as organizações de direitos LGBTs, sempre dialoguei, com a construção no campo dos direitos da criança e do adolescente. E sempre dialoguei com direito da saúde, então nesse caso no movimento antimanicomial, o

movimento dos direitos reprodutivos. Todos eles compoem um perfil de mobilização social que se associa a minha formação primeira, que é luta pelo direito a expressão, pelo direito a liberdade e pelo direito a cultura. (Estela Bezerra, entrevista concedida em 21 de junho de 2017).

É possível notar na trajetória da deputada, um perfil de engajamento político no campo de luta por políticas públicas em várias áreas, fator que podemos apontar como contribuinte para formação política que a parlamentar hoje agrega a sua performance política.

Nesse sentido de construção política partidária e inserção na política partidária, Estela Bezerra considera que teve uma trajetória especial, pois veio da gestão municipal direto para concorrer a um cargo majoritário, no caso da eleição de 2012 na qual pleiteou o cargo de Prefeita de João Pessoa. Nesse processo, destacou o apoio e aposta que Ricardo Coutinho fez em seu nome, considerando a sua capacidade de fazer o debate assim como também sua experiência, o que influenciou, ao seu ver, uma das deputadas os/as deputados/as mais bem votados/as.

Acho que eu tive... eu fui super bem aceita na verdade, eu fui muito... eu tive uma trajetória muito especial porque vim da gestão e já compor a uma disputa majoritária na capital de um estado, e concorrendo, com, na época, três homens conhecidos na política, todos três mandatários e ainda tive um desempenho eleitoral significativo, fiquei em 3º lugar, 600 votos de ir para o segundo turno. Isso obviamente com o reconhecimento não só de minha capacidade de fazer o debate, mas principalmente, na experiência é... administrativa, do governador Ricardo Coutinho, então quando prefeito e o apoio que ele, e a escolha e a aposta que ele fazia ao meu nome. Então, eu acho que eu tive uma excelente aceitabilidade tanto é que eu me elegi como uma das deputadas, estou entre, sou a décima quarta deputada com maior número de votos, com votos muito concentrados na cidade de João Pessoa e na região metropolitana de João Pessoa, e obviamente pelo resultado dessa aprovação, tanto no debate como na disputa de 2012(Estela Bezerra, entrevista concedida em 21 de junho de 2017).

Diante disso, a deputada considera que teve uma excelente aceitabilidade, fato que associa a sua eleição como uma das deputadas mais bem votadas em 2014, na décima quarta posição, com muitos votos concentrados na cidade de João Pessoa e na região metropolitana.

Mesmo tendo uma trajetória especial, a deputada acrescentou que a política é um ambiente inteiramente masculino e que apesar de ter realizado um caminho diferente das outras mulheres, independentemente de ser mulher proveniente das oligarquias ou da democracia participativa é uma exceção a mulher nesses espaços, os quais são permeados de dificuldades e desafios de a todo momento ser posto em prova o fato de ser mulher. Diante

dessa fala compreendemos que, a trajetória especial da deputada dar-se a medida em que inicia com o apoio de pessoas que já estavam inserido no meio político a exemplo de Ricardo Coutinho, além de ter tido a possibilidade de atuar em pastas significativas tanto da gestão municipal de João Pessoa, como em âmbito estadual.

O ambiente da política é masculino, inteiramente masculino, mesmo as mulheres que estão no espaço da política precisam dialogar com esses códigos[...] apesar de fazer um caminho totalmente diferente como a maioria das mulheres, nós não somos regras, somos exceções, seja uma mulher das oligarquias ou uma mulher do campo da democracia participativa, é uma exceção a presença da mulher na política, [...]o tempo inteiro eu tive que lidar e lido constantemente com a diferença de ser uma mulher em um espaço feito para e pelo os homens e que lhe deixa, desde os marcadores sociais e culturais até a norma da disputa você sente muita [...] a porta que se abre para uma mulher entrar na política é uma porta muito mais estreita. O exercício da fala pública, a legitimidade, a sobrecarga de atribuições[...]o tempo todo tem que ser medida, a própria disputa do espaço da política ela é muito masculina. Então certamente eu tenho a percepção que o caminho é mais tortuoso (Estela Bezerra, entrevista concedida em 21 de junho de 2017).

São perceptíveis na fala da deputada as dificuldades que as mulheres necessitam enfrentar para adentrar e permanecer nesses espaços de poder e decisão, a destacar, as provações que são necessárias para que seja demonstrada a capacidade de poder assumir e se manter em espaços, como a política partidária. Fato que a deputada coloca que é válido, tanto para as mulheres das oligarquias, como do campo da democracia participativa. A dificuldade ocorre para ambas as mulheres, no entanto é mais perceptível a facilidade, para as mulheres advindas das famílias que já têm uma tradição familiar, pois além dos recursos para serem investidos têm outros aparatos que as favorecem, a exemplo do “nome de família” o qual, na maioria das vezes já tem visibilidade no local em que pleiteia o cargo.

Ao ser abordada sobre a sua inserção na política partidária, a deputada Olenka Maranhão falou que aquela se deu a partir do engajamento nos movimentos sociais e também pela convivência em ambiente político, o que a fez perceber desde cedo a vocação para política. Então, desde jovem parte para “militância” e candidata-se, primeiro enquanto prefeita, o que segundo ela a fez se aproximar dos movimentos sociais e posteriormente para deputada estadual, o que a permitiu além de conhecer o Estado acompanhar as ações do executivo estadual.

Minha inserção na política partidária teve engajamento em movimentos sociais, existia também toda uma convivência no meio político desde muito cedo e que isso promoveu uma aproximação e a vocação[...] de fazer política de apresentar propostas e encaminhamentos políticos. Muito cedo já parti

para uma militância ativa através de candidatura a prefeita do município de Cacimba de Dentro. Foi uma experiência muito boa na minha vida, eu acho que isso permitiu uma aproximação muito grande com os movimentos sociais, uma convivência direto com as comunidades mais carentes, uma aproximação do setor... de vários setores produtivos e, e estar no executivo lhe dá uma visão muito ampla da vida como um todo. Posteriormente fui candidata a Deputada Estadual e tive uma votação, votação muito expressiva e considerando até mesmo a votação que eu tive no município em que fui prefeita, tive uma votação muito expressiva naquele momento e... tive o primeiro mandato e por várias é...nas legislaturas seguintes continuei no exercício da atividade parlamentar por quatro mandatos consecutivos. Então, isso, isso foi possível por ter uma visão bem mais ampla do estado da Paraíba, porque como Deputada Estadual se faz uma presença muito efetiva nos municípios na cidade de João Pessoa, mas que se tem uma impressão e que se faz um acompanhamento no momento em que se legisla e se acompanha também as ações do executivo estadual se tira uma visão bem real da sociedade e até mesmo da repercussão social de muitas obras, o acompanhamento a fiscalização que o legislativo faz do emprego de recursos públicos. (Olenka Maranhão, entrevista concedida em 13 de julho de 2017).

Diante da fala da deputada, ao afirmar ter participado de movimentos sociais a indagamos de quais movimentos participava. Respondeu, de forma não muito explicativa, divagando, sem dar respostas à questão. Não denominou quais seriam os movimentos de que teria participado, delimitou-se a responder, que por meio do trabalho legislativo pode contribuir com o encaminhamento de demandas de alguns.

[...] Alguns movimentos sociais em apoio a algumas entidades, em apoio até mesmo na atividade parlamentar onde sempre existia uma procura muito grande... A Assembleia Legislativa é a casa do povo, então nos debates com relação a ampliação de alguns direitos estivemos presentes, sim, tanto propondo, como também defendendo alguns encaminhamentos de movimentos sociais e reivindicações das bases que representava, que sempre estive representando que acho que essa deve ser a postura de qualquer Deputado, seja Estadual ou Federal ou Vereador (Olenka Maranhão, entrevista concedida em 13 de julho de 2017).

É possível perceber a forma evasiva de responder às questões relacionadas aos movimentos sociais. Anteriormente, ao falar que inserção na política partidária, é possível apreender que sua aproximação se deu pela influência familiar do que por sua inserção em espaços na sociedade por meio de movimentos sociais. E ainda, que sua aproximação com os movimentos se dar a partir de sua entrada na política, mesmo assim não explica de forma contundente como atuou nesses espaços.

Olenka Maranhão considera que houve muita generosidade e respeito por parte da sociedade em relação à aceitabilidade de sua carreira política e afirmou que, apesar de ter tido estímulo para estar na vida pública sofreu discriminação pelo fato de ser mulher.

Eu acho que na vida dizer que nunca sofri uma discriminação é até mesmo ser insensível, mas a convivência e o respeito sempre existiu e até mesmo estímulo de muitos homens [...] outros cidadãos comuns que nos estimularam a ter uma vida pública. Então, eu sou... talvez como mulher tenha passado tanto tempo no parlamento, sou até mesmo muito grata a essa convivência. Eu acho que, nós já estamos tendo um reconhecimento bem maior, temos até que ser gratas as gerações passadas que tiveram um papel tão importante em relação a hoje alcançarmos esse nível de convivência, de respeito, de proximidade de homens e mulheres em relação a sonhos e acima de tudo a questão de inserção no mercado de trabalho (Olenka Maranhão, entrevista concedida em 13 de julho de 2017).

Ao se referir à aceitabilidade no partido de que faz parte, PMDB, Olenka falou que há uma política de incentivo à mulher para participação política. Destacou que no período que estava na Assembleia, em outros mandatos, era o partido que tinha mais mulheres Deputadas Estaduais, a exemplo da Iraê Lucena e Francisca Mota.

Falou ainda que no partido existe o núcleo PMDB Mulher, o qual tem como orientação e conscientização das mulheres para se engajarem cada vez na política. Refletiu que a participação mais efetiva das mulheres possibilita o empoderamento, o qual precisa ser assimilado e estimulado pelos partidos políticos para que as mulheres possam estar nos espaços de poder em todos os níveis, seja no executivo ou no legislativo.

Podemos inferir que as inserções das deputadas nos espaços que hoje ocupam, em sua maioria, foi possibilitado em virtude da influência da trajetória familiar, como foi possível perceber nas trajetórias de Camila Toscano, Daniella Ribeiro e Olenka Maranhão. Percebemos que, mesmo as famílias tendo possibilitado a inserção dessas mulheres na política, há a forte presença de marcadores que limitam tal participação, a exemplo do que ocorreu com a deputada Daniella Ribeiro e Camila Toscano, que no primeiro momento, os pais demonstram a resistência em aceitar que elas compusessem a política partidária.

Diferente das demais deputadas, Estela Bezerra apresentou maior vinculação com os movimentos sociais e atuação em espaços que permitiram o contato com diversos segmentos da sociedade civil, a exemplo do de mulheres e da população LGBT. Mesmo tendo trajetória vinculada aos movimentos sociais deixa explícito que sua inserção na política partidária vem a partir da participação na gestão pública municipal, o que lhe possibilitou pleitear cargos políticos.

A análise da trajetória política das deputadas nos permite perceber que a inserção das mulheres do campo da democracia participativa no campo político partidário é um desafio. Primeiro, um sistema que não favorece, além da candidatura a elegibilidade advindas do

campo da democracia participativa. Segundo, por existir a constante e forte presença, ainda, do caráter oligárquico e patriarcal que predomina na política, em que as sucessões familiares em cargos de poder e decisão ainda predominam no meio político, dificultando a visibilidade de novos nomes. E fica o desafio de nessas trajetórias de vida e de luta que virão insistir em um sistema político que possibilite a representação das mulheres na vida política paraibana, sem que esteja atrelada a uma sucessão familiar ou apadrinhamento.

5. PROPOSIÇÕES DAS DEPUTADAS ESTADUAIS ELEITAS NO PLEITO DE 2014 NA PARAÍBA

Neste capítulo, nos propomos analisar as proposições apresentadas pelas Deputadas no período correspondente de janeiro de 2015 a junho de 2016. Primeiramente, faremos considerações sobre a compreensão do que seja proposições, conforme o estabelecido no Regimento Interno da Casa Legislativa. Em seguida, a análise das proposições que estas apresentaram na Casa, no período correspondente à pesquisa no que diz respeito às temáticas gerais e às considerações das mesmas sobre as proposições que consideram relevantes.

No segundo tópico, analisaremos as proposições que foram direcionadas para garantia e defesa dos direitos das mulheres no Estado, fazendo um estudo comparativo dessas proposições com as demandas apresentadas pelas mulheres na III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres que culminaram no I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Foram analisadas 605 proposições. Das proposições analisadas, 555 foram com pautas que consideramos gerais, ou seja, que envolvem diversas áreas de atuação e 50 voltadas especificamente para as mulheres.

5.1 Deputadas da Paraíba e suas proposições gerais

Cabe-nos definir as atribuições dos/as deputados/as estaduais para que tenhamos maior compreensão do papel que cabe às deputadas, na ocasião das proposições postas por elas na Casa Legislativa.

Enquanto representante do povo, uma das principais funções do/a deputado/a é legislar. Compete a ele/a propor, emendar ou alterar os projetos de lei que representem os interesses da população, desde que eles não entrem em conflito com as normas federais ou municipais. Compete também a função de fiscalizar o trabalho do governador, garantindo a boa administração do Estado, como também a execução orçamentária. É o/a deputado/a estadual o responsável por avaliar e julgar anualmente as contas prestadas pelo Executivo estadual e fiscalizar outras ações administrativas (SOUZA, 2017).

Além disso, o/a Deputado/a Estadual também discute a elaboração do orçamento do Estado, instituindo os impostos estaduais e distribuindo a verba, conforme cada área de interesse público, a exemplo da saúde, educação, cultura, segurança, entre outros. E também tem o poder de criar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), para averiguar possíveis

ilícitos na administração pública, como também receber denúncias e encaminhar processos em caso de crime de responsabilidade cometido pelo governador do Estado (SOUZA, 2017).

Conforme o Regimento Interno (2012), em seu Art. 101, “[...] proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia” e poderá, de acordo com § 1º “[...] consistir em proposta de emenda à Constituição, projeto, emenda, indicação, requerimento, recurso, parecer e proposta de fiscalização e controle” (PARAÍBA, 2012, p. 54).

Para composição analítica da presente Dissertação, utilizamos o Sistema de Apoio de Processo Legislativo (SAPL), disponíveis na aba “parlamentares”, onde visualizamos os tipos de proposições efetivadas pelas deputadas.

Numa visão geral, dentre todas as deputadas pesquisadas foram identificados, no recorte temporal da pesquisa, os seguintes tipos de proposições: Projeto de Lei Ordinária, Projeto de Resolução, Pedido de Informação e Requerimento direcionado para indicação, sessão especial e audiência pública, e por fim Pedido de Informação.

O Projeto de Lei é proposto no sentido de “regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Governador do Estado” (PARAÍBA, 2012, p. 56). Estes projetos dispõem, instituem, proíbem e obrigam sobre matérias voltadas para diversos temas.

Quanto ao Projeto de Resolução, é proposto quando demanda posicionamentos sobre determinados assuntos, conforme suas competências privativas. Neste sentido, o Regimento Interno reza que o Projeto de resolução se destinam no sentido de

[...] regular, com eficácia de lei ordinária, matérias da competência privativa da Assembleia Legislativa, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando deva a Assembleia pronunciar-se em casos concretos como:

- a)** perda de mandato de Deputado;
- b)** conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- c)** conclusões de Comissão Permanente sobre proposta de fiscalização e controle;
- d)** conclusões sobre as petições, representações ou reclamações da sociedade civil;
- e)** matéria de natureza regimental;
- f)** assuntos de sua economia interna e dos serviços administrativos;
- g)** proposta de emenda à Constituição Federal;
- h)** delegação de competência (Regimento Interno, 2012, pág. 56).

Os Pedidos de Informações são proposições das deputadas no sentido de solicitar esclarecimentos acerca de serviço em execução a órgão responsável. No SAPL tem a

denominação de Pedido de Informação, no entanto no Regimento interno, por vezes trata enquanto requerimento de informação, como veremos a seguir.

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Secretário de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Assembleia, observadas as seguintes regras:

[...]

II - os requerimentos de informação somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência da Secretaria, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão:

- a) relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação da Assembleia Legislativa ou Comissões;
- b) sujeito à fiscalização e ao controle da Assembleia Legislativa ou Comissões;
- c) pertinente às atribuições da Assembleia Legislativa;

III - não cabem, em requerimento de informação, providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige (PARAÍBA, 2012, pág. 44).

Quanto ao requerimento “é considerado todo pedido verbal ou escrito formulado sobre qualquer assunto que implique decisão ou resposta” (PARAÍBA, 2012, pág. 58). Os requerimentos podem ser apresentados, considerando os seguintes aspectos: indicação, sessões especiais e audiências públicas.

O requerimento de indicação é a proposição através da qual o/a deputado/a “sugere a outro Poder a adoção de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva” (PARAÍBA, 2012, pág. 58).

Quanto às sessões especiais, o Regimento Interno aponta que poderão ser realizadas para:

I - debater temas gerais e relevantes do Estado ou de Municípios, com autoridades de todos os níveis e representantes da sociedade civil organizada ou entidades de classe, a juízo do Presidente ou por deliberação do Plenário, mediante requerimento de um doze avos dos Deputados ou de Líder que represente este número;

II - receber Secretário de Estado, o Procurador Geral de Justiça e os Procuradores Gerais do Estado e da Defensoria Pública, por convocação da Assembleia Legislativa, a requerimento de qualquer Deputado ou Comissão, ou, ainda, mediante solicitação de qualquer um destes, para expor assunto de relevância do órgão que dirige. [...]

§ 9º Nas sessões especiais para ouvir Secretários de Estado convocados, somente poderão ter acesso ao Plenário os Deputados e servidores em serviço (PARAÍBA, 2012, págs. 50-51).

A audiência pública pode ser requerida, levando em consideração os seguintes aspectos:

Art. 302. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.

Art. 303. Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.

[...]

Art. 304. Não poderão ser convidados a depor em reunião de audiência pública os membros de representação diplomática estrangeira.

Art. 305. Da reunião de audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópias aos interessados (PARAÍBA, 2012, pág. 114).

Para efeito de nossa análise, estabelecemos uma categoria que acoplasse temas vinculados a homenagens, os quais estavam dispostos nos projetos de leis, projetos de resolução e requerimentos. Nos Projetos de Leis, consideramos como homenagens, matérias concernentes à concessão de título de cidadania e declaração de utilidade pública. Nos Projetos de Resolução, os que foram em forma de concessão de medalhas. Quanto aos requerimentos foram direcionados temas vinculados a votos de congratulações, votos de aplausos e votos de pesar.

Feitas as devidas considerações anteriormente apresentadas passaremos a analisar as proposições das deputadas tomando como base, as propostas versadas no sentido de intervir em benefício da população em geral. Dessa forma, as denominamos de proposições gerais.

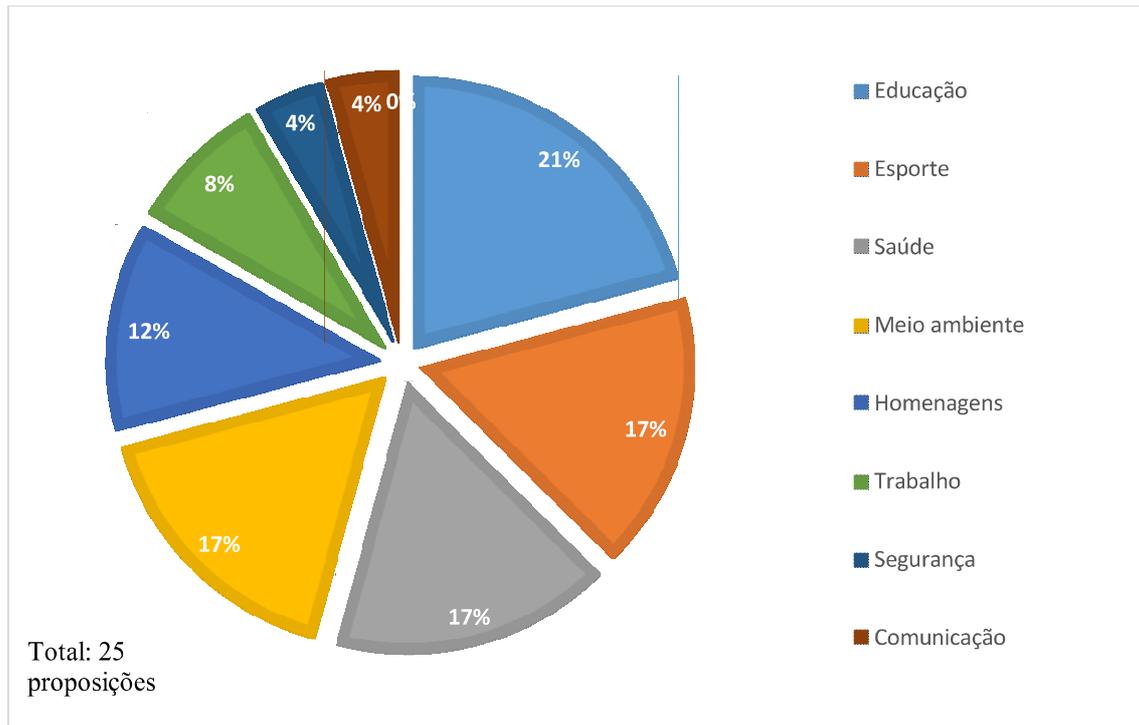
A deputada Camila Toscano foi autora de 114 proposições no período de janeiro de 2015 a junho de 2016, destas proposições 104 foram voltadas para temas gerais.

No que toca à análise das proposições gerais apresentadas por Camila Toscano que constam no sistema de informação da Casa Legislativa, identificamos que foram apresentadas enquanto Projeto de Lei Ordinária, Projeto de Resolução, Pedido de Informação, por requerimentos de indicação e sessão especial, sendo 25, 01, 11 e 67, respectivamente, dos 67 requerimentos, 64 estavam voltados para indicação e 03 para sessão especial. Essas proposições se subdividem em diversas áreas de atuação a exemplo da educação, esporte,

saúde, meio ambiente, homenagens, trabalho, segurança, comunicação e pessoa com deficiência, saneamento básico, abastecimento de água, pavimentação, cultura, dentre outros.

Em relação ao quantitativo dos projetos de leis nas temáticas apresentadas por Camila Toscano, temos o seguinte gráfico:

Gráfico 01- Projetos de Leis Ordinárias apresentados pela deputada Camila Toscano



Fonte: Site da Assembleia Legislativa, 2016.

A respeito da educação, apresentou propostas no sentido de incentivar o turismo pedagógico, bibliotecas nos hospitais públicos, estágios em escolas públicas de estudantes advindos de universidades estaduais públicas, criar Programa “Aluno Saudável Aprende Melhor” e divulgação nos espaços escolares dos contatos de telefone dos Conselhos Tutelares.

Em relação ao esporte, propôs pautas no sentido de incentivar as empresas a adotarem áreas esportivas no Estado; conceder a profissionais *Personal Trainer* acesso livre a academias com os seus alunos; campanha de divulgação de incentivo ao esporte e de instituir o dia 22 de setembro como dia do atleta paraolímpico e ingresso gratuito de ex-atletas em campeonatos.

Sobre saúde, propôs a inserção do Pilates e a Reeducação Postural Global (RPG) no Instituto de Assistência à Saúde do Servidor do Estado da Paraíba; obrigatoriedade dos hospitais e clínicas públicas e privadas divulgarem os médicos plantonistas por área de atuação e seus respectivos horários de entrada e saída; programa de incentivo ao cultivo da

“Citronela” e “Crotalária”, como forma natural de combater a dengue e criar Programa de Conscientização, Reaproveitamento, Doação e Distribuição de Medicamentos para população hipossuficiente no estado da Paraíba.

No campo do meio ambiente, incentivo a plantações de árvores; reaproveitamento da água da chuva em prédios e moradias construídas pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) e incentivo à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, a partir de adoção de áreas públicas específicas por empresas privadas.

A respeito das homenagens, propõe instituir as festividades em memória de Padre Ibiapina na cidade de Solânea e Utilidade Pública, Associação ANAJÔ arte e cultura e criação do Dia do Atleta Paraolímpico.

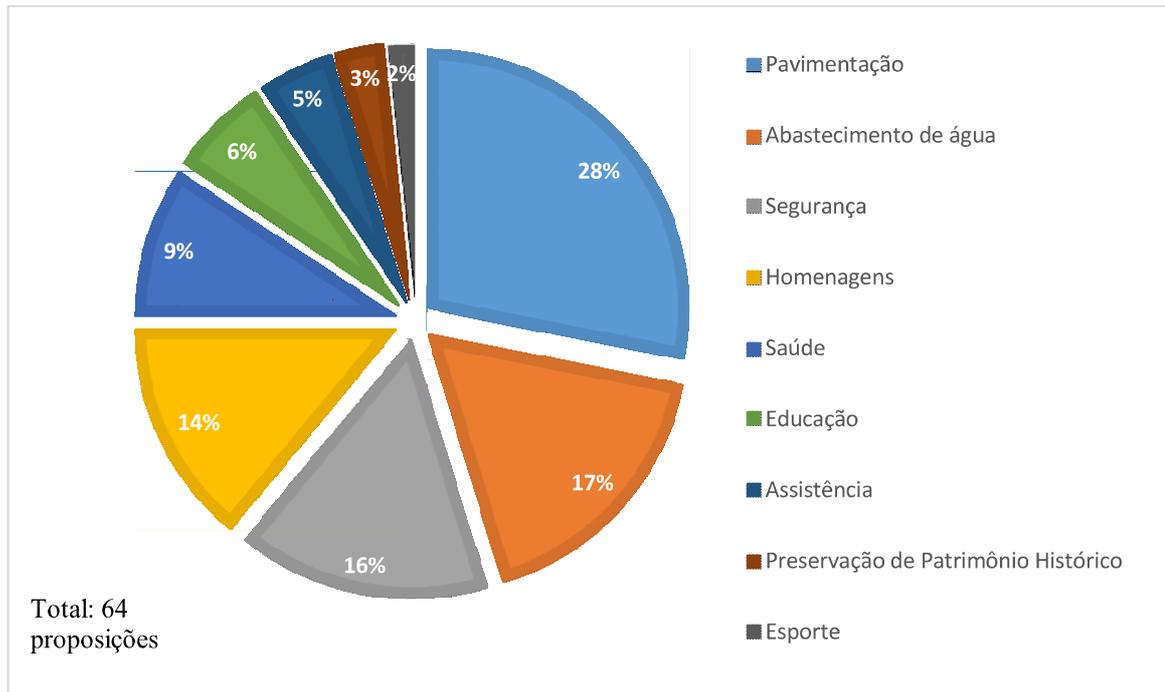
No aspecto do trabalho, propôs o incentivo à profissão de cuidador de idosos, garantia de provisões e encargos trabalhistas a serem pagos a empresas contratadas para prestarem serviços de forma contínua no Estado, e inclusão de pessoa com deficiência nos editais e licitações públicas no Estado da Paraíba, incluindo cláusula direcionada ao preenchimento de vagas às pessoas com deficiência.

No que toca à Segurança, proposta de lei para cadastro dos guardadores e lavadores de carro. Quanto à comunicação, divulgar nos meios de comunicação, contatos telefônicos de utilidade pública.

Por fim, relacionado à Comunicação, a deputada propõe lei que determina aos meios de comunicação a divulgação e colocação dos telefones de utilidade pública dentro da programação.

Enquanto Projeto de Resolução, a deputada propôs a criação da medalha do Mérito Empresarial José de Paiva Gadelha.

Ainda no que diz respeito à indicação de propostas, tiveram 67 requerimentos, sendo 64 de indicação, os quais pautaram as temáticas de pavimentação/recuperação asfáltica, abastecimento de água, segurança, homenagens, saúde, educação, assistência, preservação de patrimônio histórico e esporte, sendo distribuídos da seguinte forma, apresentada a seguir no gráfico.

Gráfico 02 - Requerimentos de indicação apresentados pela deputada Camila Toscano

Fonte: Site da Assembleia Legislativa, 2016.

A respeito da pavimentação/recuperação asfáltica, foram requeridas propostas de construção de rodovia que passam no percurso de Sertãozinho e Araçagi. Rejuvenescimentos e sinalização de BRs e estradas estaduais que passam os municípios de Araçagi, Alagoinha, Cuitegi, Belém, Pilões, Logradouro, Caiçara, Gurinhém, Mulungú, Remígio, Alagoa Grande, Areia e Arara.

Acerca do abastecimento de água, manutenção de caixa d'água, construção de adutora Araçagi e perfuração de poços em comunidades dos municípios de Cuité, Cuité de Mamanguape e Pilões.

Sobre segurança, solicitação de delegados e policiais para o município de Itapororoca; instalação de delegacias; instalação de unidades de corpo de bombeiro em Sapé, Mamanguape e Solânea; policiais e equipamentos em Lagoa de Dentro, Pedro Regis, Curral de Cima e Jacaraú e construção de cadeia pública em Arara.

No que diz respeito às homenagens, estas se apresentaram em forma de votos de aplausos alusivos às felicitações de aniversário a entidades do Brejo Paraibano e de reconhecimento ao trabalho desenvolvido por personalidades do Estado, a exemplo do Procurador Geral da Justiça por Reforma de Promotoria de Guarabira e Presidente da Federação de Esportes Aquáticos da Paraíba (FEAP), por ter proposto projeto para Guarabira.

Além de votos de pesar a personalidades como, ex-prefeito e ex-vereador de determinadas cidades do Estado.

No tocante à saúde, as proposições pautaram-se em solicitar devolução de ambulância, regularização de contratos, retorno de serviços de hemodíalises em Guarabira e solicitação de ambulâncias para Hospital Regional e UPA de Guarabira.

Quanto à educação, há pedido de recuperação e reformas de escola em Guarabira e Arara.

Na assistência, foi requerida finalização do Prédio do Programa de Apoio à Família e a Egressos em Guarabira, instalação de Unidade de Casa da Cidadania no Município de Solânea e destinação para programas sociais do estado dos produtos como vestuário, cama, mesa e banho, apreendidos pela receita estadual.

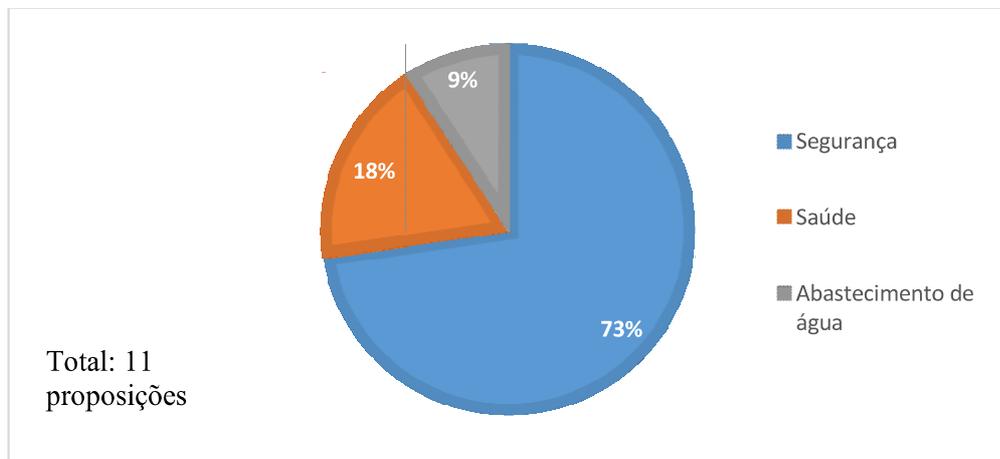
Quanto à Preservação de Patrimônio Histórico, solicitação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) cadastros de imóveis do início do século XX em Guarabira e de fazenda em Alagoinha.

No campo do esporte, requisição de construção de ginásio poliesportivo no município de Arara.

No que diz respeito às proposições no sentido de fiscalizar e de acompanhar serviços em execução, apresentou propostas em forma de pedidos de informação, requerimentos de sessão especial.

Os pedidos de informação foram acerca de políticas públicas de segurança, saúde, saneamento, abastecimento de água, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 03 - Pedidos de Informação apresentados pela deputada Camila Toscano



Fonte: Site da Assembleia Legislativa, 2016.

Os pedidos de informações pautados na área de segurança destinaram-se a solicitar elementos sobre questões específicas relacionadas a concurso na área de segurança, disponibilidade de viaturas, funcionamento de delegacias e não reintegração de servidores públicos, militar à corporação.

Na saúde, informações da Secretaria de Saúde sobre suspensão de serviços em hospital e equipamentos para hospital de cidades do Brejo Paraibano e sobre abastecimento de água, maiores esclarecimentos por parte do diretor da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), acerca de pesquisa que seria realizada na Paraíba pela Universidade Federal da Paraíba sobre a poluição existente nas bacias fluviais, vegetação e contaminação do solo.

Os três requerimentos de pedido de sessão especial foram nas áreas de meio ambiente, segurança e saúde, com as respectivas propostas: alusiva ao Dia do Meio Ambiente (05 de junho); debater a não convocação dos aprovados para Agente de Segurança no concurso de 2008 e discutir a suspensão, por parte da Secretaria Estadual de Saúde os serviços de cirurgias e internações no hospital do município de Belém.

Foi possível perceber nas proposições da deputada, principalmente a de fiscalização e acompanhamento de políticas públicas, que estão voltadas para região do Brejo Paraibano, reduto político da família da deputada, fator que contribui para perpetuação de uma cultura clientelista na política paraibana.

Indagamos à deputada acerca das pautas propostas na Assembleia que considerava mais relevantes. Destacou que têm muitas proposições interessantes, algumas viraram lei, outras, segundo ela, tiveram veto do governador, em virtude de questão política.

Veja, tem muita proposição e muito projeto de lei interessante e relevante, alguns viraram lei, outros infelizmente tiveram veto do governo, por conta da questão política (Camila Toscano, entrevista concedida em 06 de junho de 2017).

Vale considerar que a deputada encontra-se atualmente como oposição ao governador, fator que, em nossa compreensão, a faz afirmar que por questões políticas, às vezes os projetos políticos passam por sanção negativa.

A parlamentar acrescentou que considera relevante suas propostas na área do esporte. Citou, como exemplo, a que se tornou lei acerca do não pagamento por parte do *personal trainer* de taxas em academia para acompanhar seus alunos. Sinalizou a existência de outros projetos. No entanto, não os mencionou, alegando esquecimento.

Puxo também muito para área do esporte, que, por exemplo, a questão do

personal trainer, não pagar mais taxas é um projeto de lei nosso que hoje é lei na nossa Paraíba. São vários projetos, que inclusive eu posso pedir para minha assessoria lhe envie um relatório com esses projetos porque são muitos e acaba que você se esquece (Camila Toscano, entrevista concedida em 06 de junho de 2017).

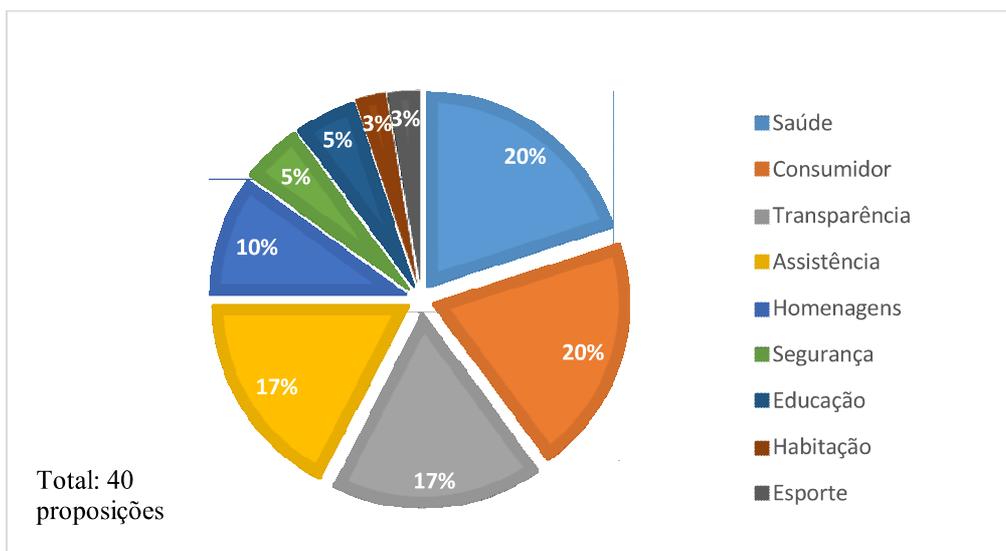
Tendo em vista a fala e observação durante o momento de entrevista, foi possível perceber o pouco interesse em falar acerca das proposições e também pouco conhecimento sobre as pautas colocadas na Casa Legislativa.

A deputada Daniella Ribeiro foi autora de 387 proposições no período de janeiro de 2015 a junho de 2016, destas proposições 362 foram voltadas para os temas gerais.

Estas propostas foram requeridas, em forma de Projeto de Lei Ordinária, Projeto de Resolução, Pedido de Informação e por Requerimentos, sendo 40, 03, 13 e 306, respectivamente. Dos 306 requerimentos, 294 foram de indicação e 12 com pedido de sessão especial. As propostas abrangeram diversas áreas como homenagens a personalidades do Estado, saúde, segurança, saneamento básico, abastecimento de água, educação, trabalho, transparência, esporte, comunicação, meio ambiente, assistência, pavimentação, cultura, dentre outros.

Os 40 Projetos de Lei Ordinária contemplam as temáticas de saúde, direito do consumidor, transparência/impostos, assistência, homenagem, segurança, educação, habitação e esporte, conforme gráfico e detalhamento a seguir.

Gráfico 04 - Projetos de Leis Ordinárias apresentados pela deputada Daniella Ribeiro



Fonte: Site da Assembleia Legislativa, 2016.

A respeito da saúde, pauta as seguintes propostas: institui banco de doadores de remédios, tipo sanguíneo e fator RH no RG; cria lei que obriga o Estado oferecer à criança com pré-diagnóstico de câncer realização de exames complementares e tratamento em 30 dias; sensor sonoro em recém-nascido; cria lei que autoriza o Poder Executivo a criar mutirão médico cirúrgico para pacientes em filas de espera da Rede Estadual e Institui a Política de Prevenção e Combate às drogas, entre outras.

No que toca ao Direito do Consumidor indica as seguintes propostas: impedimento de inclusão de nome em sistema de proteção de crédito, sem antes informar ao consumidor; criar cadastro de bloqueio de recebimento de chamadas de serviços de *telemarketing*; Proibição de emissão de comprovantes em papéis termo sensíveis e vedação de exigência de valor mínimo em compras no cartão de crédito ou débito.

Sobre transparência, dentre as proposições, a deputada propõe as seguintes: mecanismo de participação popular no acompanhamento de proposições legislativas em tramitação; lei que dispõe sobre o uso dos símbolos oficiais do Estado e dos municípios em bens públicos; lei sobre obrigatoriedade de divulgação de bibliografia a ser utilizada nos concursos e seleções públicas; lei que dispõe sobre anúncios publicitários da administração direta, empresas públicas, estatais, autarquias, fundações, Assembleia Legislativa, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal Contas no final da inserção, de forma visível, o valor pago e propor também lei que torna obrigatória a instalação de catracas eletrônicas nos estádios de futebol administrados pelo Governo do Estado da Paraíba com vistas a ter controle do que é arrecado nos eventos esportivos.

Quanto à assistência, propõe: manutenção e implantação de cadastro de pessoas com deficiência; estatística sobre casos de violência com crianças e adolescentes; monitoramento de asilos e criação de cadastro de crianças desaparecidas.

As propostas voltadas para homenagens se deram por meio de concessão de título de cidadania a personalidades do Estado, a exemplo do título de cidadania ao Coordenador da Procuradoria da República no Estado da Paraíba e título de cidadão a tributarista; criação de datas comemorativas; concessão de medalhas e votos de congratulações, institui a Banda de Música PM e Orquestra Tabajara, enquanto patrimônios imateriais da Paraíba e reconhecimento de Utilidade Pública da Associação de Apoio aos portadores de Câncer-Esperança e Vida.

Quanto às propostas na temática de segurança, propõe a sinalização de alerta em estacionamento quanto ao esquecimento de crianças dentro de veículos.

No que toca à educação, institui o “Programa Merenda Escolar Orgânica”.

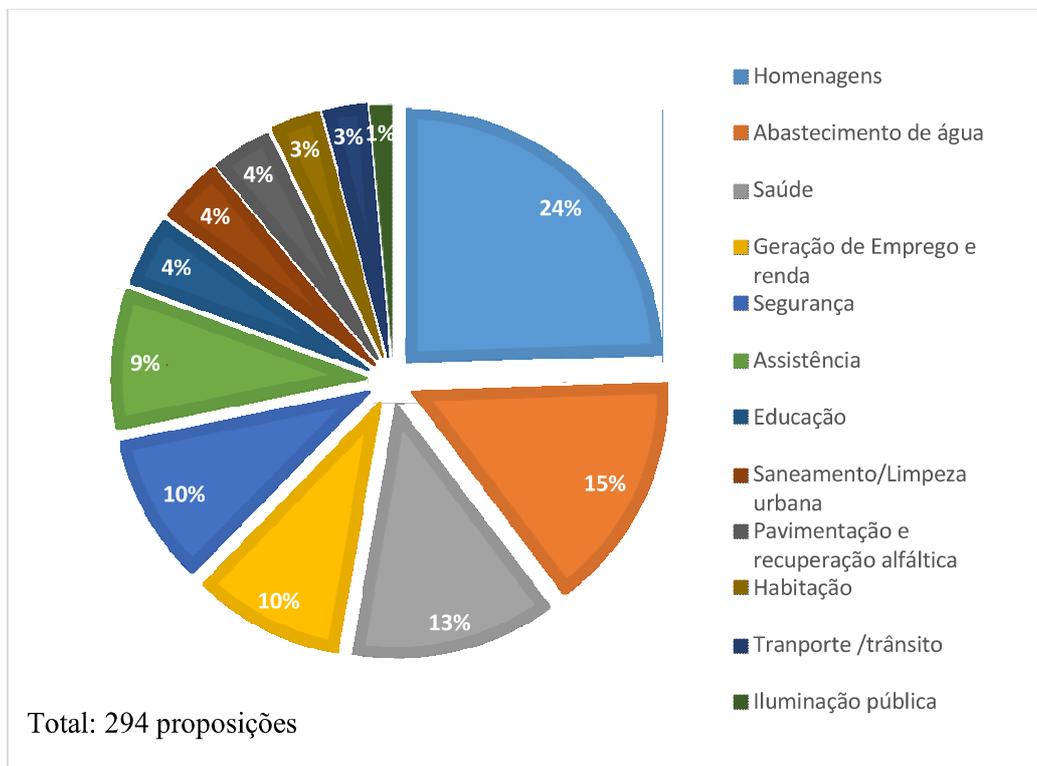
Sobre habitação, sinaliza proposta que dispõe sobre cadastro de programas habitacionais obedecendo às porcentagens previstas em leis nacionais.

Em relação ao esporte, pauta proposta que determina aos clubes de futebol sediados no Estado da Paraíba que assegurem em matrícula em instituições de ensino aos jogadores menores de 18 anos a eles vinculados.

Quanto aos Projetos de Resolução postos por Daniella, os três estavam no campo das homenagens e se deram por meio das seguintes concessões de medalhas: concessão de medalha Epitácio Pessoa ao Desembargador José Ricardo Porto; concessão de medalha Mérito Literário “José Lis do Rêgo” ao Empresário Humberto Flávio Rocha Neno Rabelo e concessão de medalha Epitácio Pessoa ao Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

Também sobre indicação de propostas tiveram 294 requerimentos, os quais foram pautados, considerando as seguintes temáticas: homenagens; abastecimento de água; saúde, geração de emprego e renda; segurança; assistência; saneamento/limpeza urbana; pavimentação/recuperação asfáltica; habitação; transporte/trânsito e iluminação pública, sendo distribuídos da seguinte forma apresentada abaixo.

Gráfico 05 - Requerimentos de indicação apresentados por Daniella Ribeiro



Fonte: Site da Assembleia Legislativa, 2016.

Em homenagens, há propostas direcionadas no campo de votos de congratulações, a exemplo da direcionada à família do ex-servidor do TRE-PB Flávio Rogério de Aragão Ramalho, pelo lançamento do livro póstumo “Polêmicas Eleitorais” e a Comunidade escolar da cidade de Várzea pelo menor índice de analfabetismo na região e conquista de 34 medalhas de ouro e prata na Olimpíada Brasileira de Matemática e Astronomia das Escolas Públicas. Votos de aplausos, como, por exemplo, a que foi voltada para Álvaro Magliano de Moraes Filho e a Vitor Gonçalves Felipe, pela conquista da Medalha de Prata nos Jogos Pan-Americanos de Toronto 2015 e votos de pesar, a exemplo dos que foram encaminhados para família do professor Eraldo César de Araújo, assassinado em 12 de maio de 2015, na cidade de Campina Grande.

Sobre abastecimento de água, há solicitação dos serviços de fornecimento de carros pipas, perfuração de poços, construção de barragens e cisternas para diversos municípios do Estado.

No que toca à temática da saúde, dentre as proposições estão as seguintes: construção de centro de reabilitação; solicitação de unidade móvel; construção de academias; solicitação de mais profissionais em serviços de saúde; construção de unidades de saúde.

Sobre geração de emprego e renda, houve solicitação de formação para alguns municípios por meio do programa empreender e linhas de créditos para pequenos grupos.

As direcionadas no campo de segurança foram no sentido de pautar os seguintes serviços: aumento de rondas no meio urbano e rural; construção de delegacias e reativação de serviços.

No campo da assistência, dentre as propostas, solicita ao Estado a possibilidade de atender à população do município de sapé com o “Programa Cidadão”, e instalação do Programa do Leite em bairro de Campina Grande.

Na educação, entre as pautas, há as que são voltadas para construção e reformas de creches e escolas em Campina Grande.

Sobre saneamento/limpeza urbana, a deputada faz apelo ao prefeito de Campina Grande, por meio dos órgãos responsáveis para realização de serviços de saneamentos e limpeza urbana em bairros da cidade.

Quanto à pavimentação/recuperação asfáltica, pedidos no sentido de asfaltar ruas em Campina Grande e recuperação de rodovias.

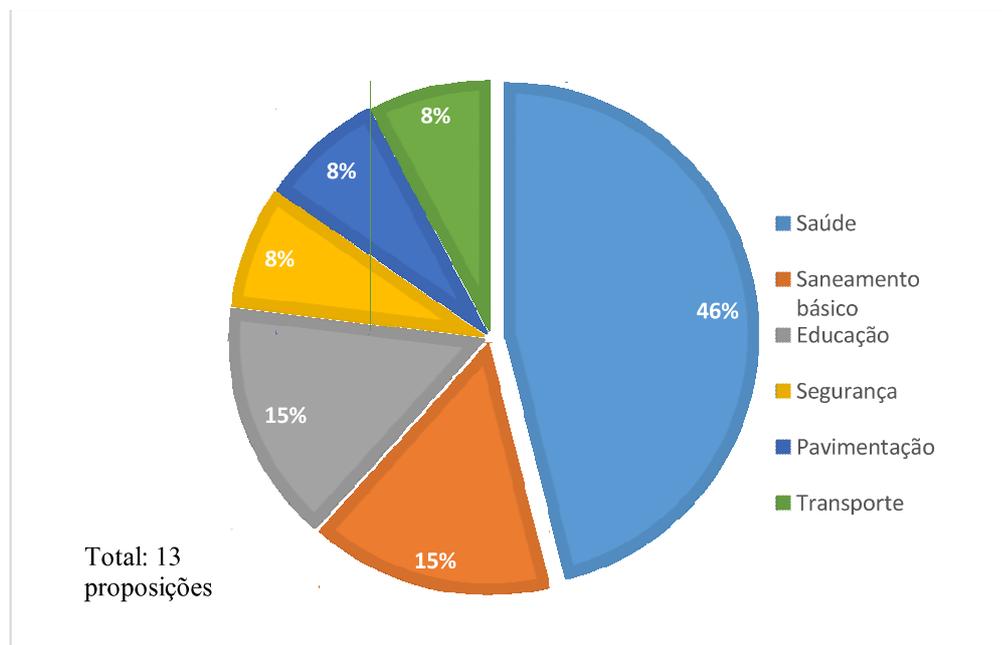
Sobre habitação, construção de moradias, por meio do Programa Pró-Moradia em alguns municípios do Estado.

No que diz respeito a transporte/trânsito e iluminação pública, a deputada solicita retorno de determinada linha de ônibus e sinalização de ruas e instalação e/ou melhoria de iluminação pública em Campina Grande.

No tocante ao aspecto de fiscalização e acompanhamento de políticas públicas, a parlamentar pautou enquanto pedido de informação e requerimentos, sendo o quantitativo de 13 e 12, respectivamente.

Acerca dos pedidos de informações, foram abordados os seguintes temas: saúde; saneamento básico; educação; segurança e transporte.

Gráfico 06 - Pedidos de Informação apresentados pela deputada Daniella Ribeiro



Fonte: Site da Assembleia Legislativa, 2016.

Sobre saúde, a deputada solicitou esclarecimentos à Secretária Municipal de Saúde de Campina Grande, acerca de serviços que não estavam sendo realizados em unidades de saúde do município e informações ao Secretário Estadual de Saúde sobre construção de hospital na cidade de Patos.

No que diz respeito ao saneamento básico, solicitou informações ao Secretário de Obras de Campina Grande acerca de finalizações de obras dos canais de escoamento de esgotos em dois bairros do município, Malvinas e Bodocongó.

No campo da educação, realizou indagações ao Secretário de Educação do Estado sobre falta de merenda escolar em unidade de ensino em Campina Grande e ao Secretário de Campina Grande sobre reforma de creche em determinado bairro da cidade.

No tocante à segurança, a deputada propôs a obrigatoriedade de instalação de placas de alertas em estacionamentos sobre o esquecimento de crianças dentro dos carros.

Quanto à pavimentação, solicitou esclarecimento à secretaria responsável em Campina Grande sobre calçamento de determinada rua no município.

Em relação à transporte, solicitou junto ao governo estadual informações sobre problemas estruturais do conjunto habitacional Ronaldo Cunha Lima e no campo do transporte solicitou informações ao Superintendente de Transporte de Campina Grande sobre circulação de linha de ônibus em determinada rua da referida cidade.

Os 12 requerimentos de sessão especial solicitaram momentos para discutir as seguintes temáticas: política pública para pessoa idosa e da pessoa com deficiência; os reflexos para Campina Grande, da reforma administrativa do governo federal, que transforma o Instituto Nacional do Semi-árido (INSA), em uma coordenadoria; situação dos agentes penitenciários e crise de abastecimento em Campina Grande. E também de homenagens alusivas a datas comemorativas, a exemplo de comemorar o dia do servidor público e comemorar 50 anos do Alcoólicos Anônimos na Paraíba e 35 anos de pastorado de determinado pastor da Igreja Batista.

Vale salientar que a maioria de suas proposições, relacionadas à fiscalização e acompanhamento de serviço e/ou política pública da deputada estava voltada para a região de Campina Grande, principalmente nas temáticas de abastecimento de água e serviços de saúde. Cabe destacar que Campina Grande também é reduto eleitoral da família da deputada Daniella Ribeiro.

A deputada, ao ser entrevistada, apontou que suas proposições mais relevantes voltadas aos temas gerais estão pautadas em questões como direito do consumidor e da segurança. Nesse sentido, propôs projetos como a lei do ponto extra, a qual possibilita que os usuários de TV a cabo coloquem pontos extras em suas residências. Outro projeto que obriga as instituições bancárias colocarem dispositivos nos caixas eletrônicos que intimidem os bandidos e o projeto que limita o tempo para atendimento nas agências bancárias, em dias de semana normais 20 minutos e 30 minutos em dias de muito movimento e véspera de feriado, outro projeto que a deputada considerou relevante foi o da obrigatoriedade de constar o fator sanguíneo no RG.

Tenho em várias frentes[...] é a questão do consumidor, a questão da segurança, a questão[...] aí vou te passar especificamente, vou pedir para minha assessora elencar e passar pra você acho que fica mais fácil, mas aquele que obriga que as instituições bancárias coloquem dispositivo para os caixas eletrônicos para que em explosões de banco[...] intimide os bandidos.

Nós temos também o projeto que obriga, inclusive o governo já começou a modificar, que esteja em sua carteira de identidade escrito o fator RH, fator sanguíneo e o RH. Então a importância de que isso seja feito muita gente muitas vezes perde tempo chegando no hospital e tendo que saber o tipo sanguíneo e isso aí as vezes até leva vidas né?! porque não dá tempo pra você fazer transfusão. Então, isso também é lei hoje na Paraíba. Nós temos a lei do ponto extra, que considero uma lei importantíssima, por que as pessoas pagavam por pontos extras que fossem colocados para TV a cabo e hoje já sabe que, [...] não é obrigado, muito pelo contrário ele busca o direito dele na justiça que ele vai ter assegurado. Temos o da fila de bancos que, que, limita é, em dias de semana normais, até trinta minutos para espera, aliás, 20 minutos e 30 minutos, em dias de muito movimento quando é véspera de feriado. Essa lei inclusive foi motivo de matéria agora no Jornal da Paraíba por que a lei foi decisão do Superior Tribunal de Justiça e agora o pessoal tá indo buscar seu direito para fila ser cumprida. Isso também diz respeito as questões de interesse do povo paraibano. E muitas outras que a gente tem que lembrar que, enfim tenho que realmente passar pra você por minha assessoria porque é muita coisa na cabeça((risos)). Muita luta nossa graças a Deus e muitos projetos, muitos requerimentos também, muitas sessões especiais, muitas audiências públicas com discussões de vários temas que a gente considera de importância fundamental. Então, é isso aí. É importante frisar que a gente sabe a quantidade de leis e que muitas ficam no papel né?! E muitas não são realmente cumpridas, e essa da fila de bancos é uma que estou te falando que inclusive saiu a reportagem ontem de... do quanto as pessoas tem buscado seus direitos na justiça tem ganho, porque a justiça entendeu que é[...] um direito mesmo adquirido. Então, e a do ponto extra também, é importante você saber que são leis pra consumidor que no final das contas é lei pra todo mundo, pra homens e pra mulheres né?! (Daniella Ribeiro, entrevista concedida em 04 de julho de 2017).

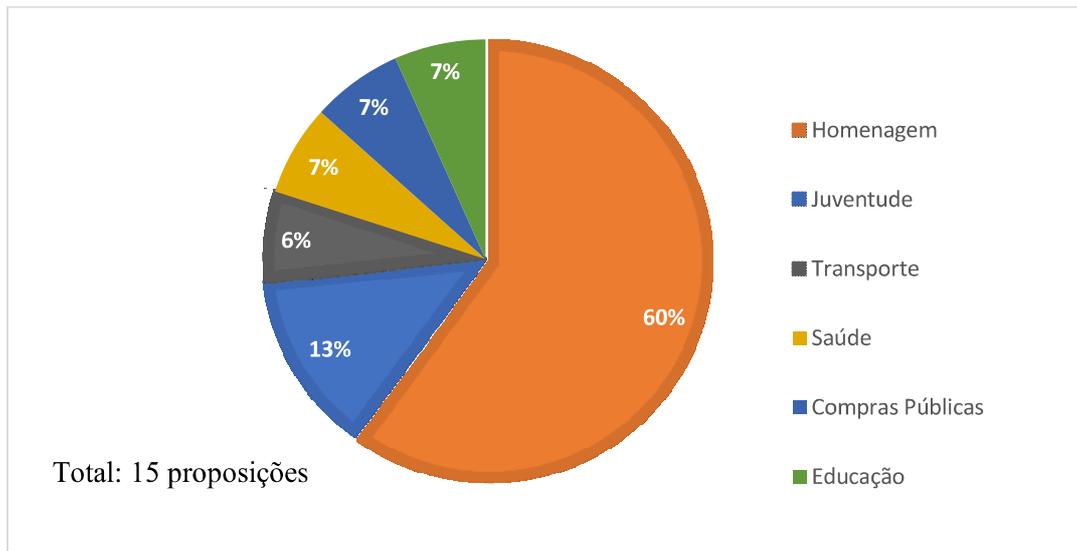
Vale dizer que solicitamos, via e-mail, o recebimento das propostas conforme acordado pela deputada, mas nos foram enviadas apenas as que são voltadas para as mulheres. As propostas de temas gerais não foram encaminhadas.

A parlamentar Estela Bezerra foi autora no período correspondente à pesquisa apresentou 96 propostas, destas 83 foram enquadradas no que denominamos de temas gerais.

Identificamos que estas propostas foram pautadas em forma de Projeto de Lei Ordinária, Projeto de Resolução e por requerimentos, constituindo 15, 01 e 67, respectivamente. As proposições estão no campo das homenagens, saúde, educação, transporte, compras públicas e legislações.

Em relação aos 15 Projetos de Lei Ordinária, suas temáticas contemplaram abordagens no campo das homenagens, juventude, transporte, saúde, compras públicas e educação, distribuídas conforme gráfico a seguir.

Gráfico 07 - Projetos de Leis Ordinárias apresentados pela deputada Estela Bezerra



Fonte: Site da Assembleia Legislativa, 2016.

No que toca às homenagens, a deputada propôs título de cidadania paraibana ao Professor Dr. Wilfredo José de Jesus Maldonado Diaz, atual Coordenador Geral do Núcleo de Produção em Comunicação e Artes da Universidade Federal da Paraíba, ao Sr. Inaldo Alexandre da Silva, fundador e moderador geral da Comunidade Doce Mãe de Deus e ao João Vicente Machado Sobrinho, atual Superintendente da Superintendência de Administração do Meio Ambiente(SUDEMA). Revoga a Lei nº 3.184, de 20 de julho de 1964, que concede o Título de Cidadão Paraibano ao Coronel do Exército Ednardo O'ávila Mello e ainda institui o dia da Polícia Civil na Paraíba e o dia 05 de agosto, como feriado, data magna do Estado da Paraíba.

Quanto à temática juventude, altera a lei nº 7.801 de 13 de setembro de 2015 que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Juventude da Paraíba e cria Dia Estadual da Juventude a ser comemorado dia 12 de agosto.

Acerca da proposta voltada ao transporte, determina que as concessionárias e permissionárias do serviço de transporte intermunicipal de passageiros são obrigados a garantir aos pais ou responsáveis legais de crianças e adolescentes, com comprovada necessidade de deslocamento para tratamento de enfermidade grave, o direito à passagem gratuita.

No que diz respeito à saúde, solicita fornecimento de alimentação para acompanhante de parturientes, crianças e idosos nos hospitais públicos e privados.

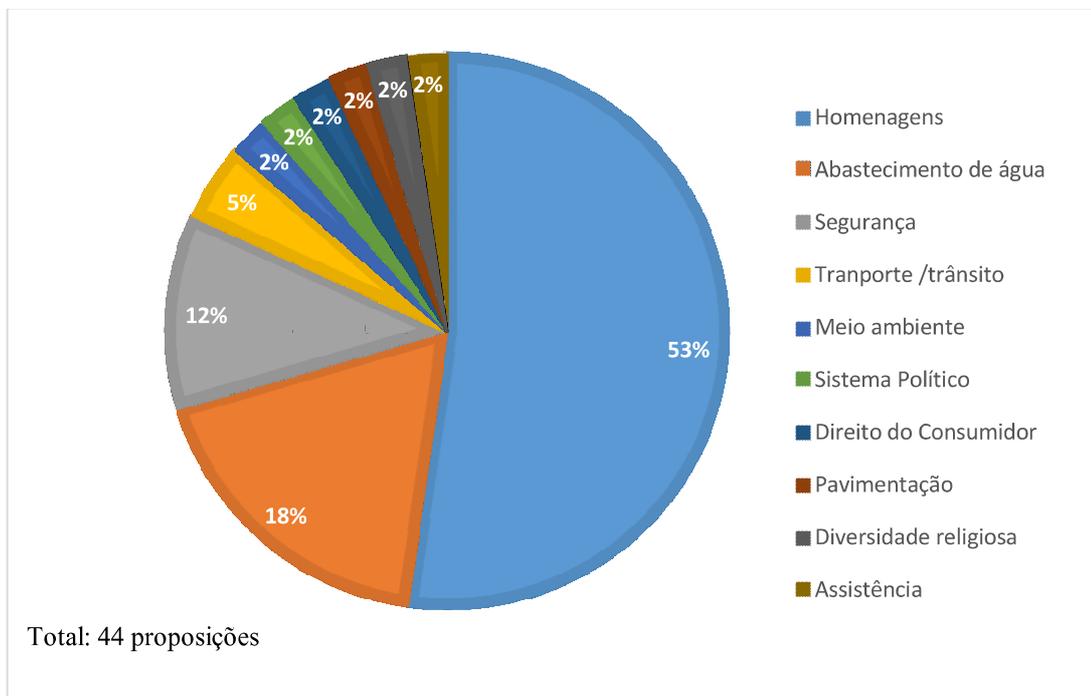
Sobre as compras públicas, propõe lei que dispõe sobre obrigatoriedade de aquisição de móveis de madeiras de reflorestamento por parte do Estado nas compras institucionais.

No campo da educação, estabelece a realização de atividades escolares e culturais, na rede estadual de ensino, de combate ao tabagismo.

Sobre o Projeto de Resolução proposto pela deputada, foi no sentido de conceder a medalha, Governador Antônio Mariz ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Ainda referente a propostas no sentido de indicar políticas públicas, tiveram 44 requerimentos de indicação. Estes sobre indicação contemplavam as pautas de homenagens, abastecimento de água, segurança, transporte/trânsito, meio ambiente, sistema político, Direito do Consumidor, pavimentação, religião e assistência.

Gráfico 08 - Requerimentos de indicação apresentados por Estela Bezerra



Fonte: Site da Assembleia Legislativa, 2016.

Nas homenagens, havia propostas no sentido direcionar votos de aplausos, título de cidadania, utilidade pública e votos de pesar. Dentre os votos de aplausos, a deputada direciona votos ao Governador Ricardo Coutinho e a Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano, Aparecida Ramos de Meneses, pelo pagamento da 4ª edição do Abono Natalino; ao Governador Ricardo Coutinho pela Construção e entrega do Condomínio Cidade Madura em Campina Grande e Pela criação e implementação do Programa SOS Mulher na Cidade de João Pessoa e aos Sindicatos das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos de João Pessoa e Campina Grande.

Concede utilidade pública à Associação de Feirantes de Cruz das Armas, ao Grupo Argila Amigos da Arte e ao Auto Esporte Clube.

Propõe votos de pesar pelo falecimento do paraibano Raimundo Nonato Marques Braga, ocorrido no dia 14 de setembro de 2015, na cidade de João Pessoa.

Sobre abastecimento de água, requereu perfurações e instalação de poços artesianos e construção de chafariz.

No campo da segurança, propõe ampliação e melhorias nos equipamentos e serviços de segurança em bairros de João Pessoa e na cidade de Pilõeszinho e ainda Instalação de Unidade do Corpo de Bombeiro na cidade de Itabaiana.

Voltadas para o meio ambiente, requereu a Criação de Frente Parlamentar Ambientalista.

Sobre sistema político e direito do consumidor, propõe criação de Frente Parlamentar sobre a Reforma Política e implantação de agência bancária em bairro de João Pessoa, respectivamente.

No que diz respeito ao trânsito, propõe redução de taxa de veículos ciclomotores. E sobre pavimentação, a recuperação da estrada que liga serra de Arara a Santa Helena.

Quanto à diversidade religiosa, propôs indicação ao Governador do Estado, Ricardo Vieira Coutinho que o mesmo envie a Assembleia Projeto de Lei que cria Comitê Estadual de Diversidade Religiosa

Acerca da temática assistência, propõe moção de apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República Michel Temer, para que o novo governo reconsidere as decisões político administrativas estabelecidas, através da Medida Provisória nº 726/2016 que desmonta o comando único da Política Nacional de Assistência Social, promovendo a fusão do Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

No tocante ao aspecto de fiscalização e acompanhamento de políticas públicas, a deputada, diferente das demais, não apresentou pedidos de informação. Propôs, por meio de requerimento, 12 propostas solicitando audiência pública e 10 sessões especiais.

No que diz respeito às sessões especiais, foram propostas alusivas às seguintes questões: ao dia 19 de março "Dia Nacional do Artesão"; discutir PL 3.011/2011-Inclusão na CLT de afastamento de pessoa cuidadoras de familiares com câncer; Dia do Psicólogo; debater obra e vida de Geraldo Vandré; situação do Rio Gramame; Dia Mundial de Luta contra Aids; Dia Nacional da Consciência Negra; Dia Mundial de Conscientização do Autismo; Dia Estadual de Enfrentamento a Homofobia.

Em relação às audiências públicas, foram pautados para discutir as seguintes questões: 25 anos do ECA; políticas para pessoas com deficiência; PLC 30/2015- relações de trabalho; regiões metropolitanas; regularização de motocicletas. Redução da Maioridade Penal; políticas públicas de juventude; o direito e respeito à diversidade religiosa; o Estado Democrático de Direito e sua importância para as garantias de liberdades civis, dos direitos humanos e dos direitos fundamentais; a preservação do Centro Histórico de João Pessoa; Medida Provisória nº 726/2016 que extingue a Controladoria Geral da União e transfere sua estrutura e atribuições para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, em data e hora a serem definidas pela mesa; e a Medida Provisória nº 726/2016 fusão do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome como Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Ao indagarmos a deputada Estela Bezerra acerca das proposições que considerava mais relevantes, afirmou não ter grande número, e que sua atuação estava voltada para o campo da intervenção política, assim como a implementação das leis existentes. Após falar não ter grandes proposições, “Olhe, eu não tenho uma grande proposição legislativa” e em seguida delimitou-se a falar apenas das proposições voltadas para as mulheres.

Por perceber nas análises das proposições da deputada Estela Bezerra um número significativo de sessões especiais dentre as proposições, questionamos a ela sobre a avaliação acerca do impacto que esse tipo de proposições causaria, momento em que falou de forma incisiva que não propõe sessão especial e sim audiências públicas, as quais teriam como foco discutir de forma mais ampla as temáticas propostas. Reafirmamos que nos documentos constam propostas, enquanto sessão especial, a deputada afirmou que solicitará a retificação. Falou da importância dos momentos de discussão, pois possibilita a mobilização da sociedade civil e a pressão para que as políticas públicas sejam garantidas e afirmou que ela, enquanto deputada, cabe zelar para que a legislação seja cumprida e o poder público está cumprindo suas atribuições.

[...] não fiz sessão, inclusive se tem sessão tem que corrigir, [...] eu faço audiências públicas. [...]é mais do que sessão especial e discussão, é mobilização do campo da sociedade civil e mediação, negociação e pressão para que as políticas públicas que é dever do Estado sejam instauradas e garantidas. É muito diferente, é fazer valer o que tem na lei que é uma parte da obrigação do parlamentar, não cabe ao parlamentar apenas legislar, cabe ao parlamentar que a legislação seja cumprida principalmente no executivo, onde ele é o monitor, ele é a pessoa que faz o monitoramento por competência. Então cabe a mim monitorar se o poder público está cumprindo com as suas atribuições, e aí dialogando com as comunidades de quilombolas, ciganos, e nesse ambiente com o segmento de mulheres. (Estela Bezerra, entrevista concedida em 21 de junho de 2017).

A fala da deputada nos remete a entender que a mesma considera as audiências públicas e sessões especiais são de extrema relevância para o cumprimento do que está posto nas legislações, a partir do momento que existem as negociações.

Outra forma que pode ser cobrada do Executivo é por meio dos pedidos de informação sobre a execução de determinados serviços, ação que permite que haja resposta direta por parte do Estado. Entretanto, não houve dentre as proposições da deputada pedidos de informação, talvez pela deputada ser “base e sustentação do governo”, como ela mesma afirma, o que seria um empecilho para questionar serviços que não estão sendo executados.

A deputada segue falando que não se pode ser reducionista, ou seja, pautar a atuação das deputadas apenas na proposição de leis, e em sua percepção tal situação não seria bom, pois considera que a cidadania no papel é perfeita no papel e o que precisa é ser efetivada. De forma incisiva destaca que é uma legisladora que faz a “a roda andar”.

Aí, eu acho que não pode ser reducionista, a ideia, isso é uma coisa muito ruim, isso é minha percepção pessoal. É... nós temos uma cidadania de papel perfeita, a melhor que existe, e muita gente querendo aperfeiçoar, tá faltando um “o” tá faltando um “a”, agora é a mulher do cabelo redondo a mulher da cabeça branca. Então, o que a gente precisa é que a política e o que está na lei aconteça, que alguém que está lá sentado se comprometa a fazer acontecer, isso é fundamental, então nisso a gente tem trabalhado muito, isso tem feito uma grande diferença, porque o governo de Ricardo Coutinho é sensível a isso. [...] é que o legislativo criou uma ideia que “fulano tal foi que mais fez lei” e aí você diz assim: “mudou em quê a vida das pessoas?! Mudou em que na vida de alguém?” Eu não sou legisladora para inventar a roda não, sou legisladora para fazer a roda andar! (Estela Bezerra, entrevista concedida em 21 de junho de 2017).

Identificamos na fala da deputada a menção ao Governador Ricardo Coutinho e a sensibilidade dele para determinadas políticas acontecerem.

Foi possível identificar nas proposições de Estela Bezerra pautas consideradas progressistas, a exemplo do racismo, homofobia e diversidade religiosa. Suas proposições foram colocadas, de forma mais abrangente, sem considerar região específica do Estado, e são pautas que fogem do conservadorismo que por vezes identificamos em pautas legislativas.

A deputada Olenka Maranhão foi autora de 08 proposições durante 15 meses de mandato, dessas propostas, 7 dizem respeito às temáticas gerais.

Essas proposições apresentadas na Assembleia foram expostas na forma de projeto de lei e requerimento de sessão especial, sendo 07 e 01, respectivamente.

Os projetos de leis, os quais estavam voltadas para o campo das homenagens, cultura, trânsito, saúde, direito do consumidor e denominação rodoviária.

Em homenagem, institui o Dia da Juventude Cristã na Paraíba para o dia 20 de dezembro.

Relacionada à cultura, inclui no Calendário de Eventos Turísticos do Estado da Paraíba o "Réveillon da Cidade de Riachão/PB", a ser realizada anualmente nos dias 31 de dezembro e 1 de janeiro, em comemoração à chegada do novo ano.

Acerca do trânsito, propõe lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação nos postos de gasolina do Estado, placas indicativas sobre o uso do cinto de segurança e denominação da Rodovia PB-200 do Comerciante José Carlos de Farias.

No campo da saúde, institui a semana Estadual de conscientização e orientação sobre o Vitiligo e dá outras providências.

Em relação ao direito do consumidor, cria lei que dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de serviços de TV por assinatura e *internet* manterem lojas físicas ou escritórios para atendimento ao consumidor na forma presencial.

Quanto ao aspecto de fiscalização e acompanhamento de política pública, apresentou requerimento de sessão especial para discutir Segurança Pública no Curimataú e buscar soluções para conter os índices crescentes de criminalidade e violência.

Indagamos à deputada sobre as proposições consideradas relevantes e apontou que não recordava no momento e que poderia encaminhá-las em outro instante. Solicitamos posteriormente as proposições que ficou de encaminhar, no entanto não obtivemos retorno.

Pontuou em sua fala que durante o período em que esteve como deputada neste último mandato recebeu muitas demandas sociais e o fato de estar na Comissão de Constituição e Justiça possibilitou o acompanhamento e debate dessas demandas. Afirmou ter proporcionado momentos de audiências públicas como forma de debatê-las de maneira ampla e democrática. As temáticas que envolveram essas demandas, segundo a deputada, foram a convivência com as diferenças, questão do acesso ao emprego e o acesso à saúde. Nesse sentido, falou ter composto a Rede Estadual de Saúde para acompanhar as discussões que estavam envolvendo o tema.

Eu faço o encaminhamento pra você dessas, dessas propostas, e, e aí é uma avaliação que será feita bem mais próximo. Nesse período nós estivemos recebendo muitas demandas sociais e a questão do, do debate e do acompanhamento, o fato de está presente na Comissão de Constituição e Justiça sempre tinha um debate em primeira mão e naquela época as propostas não eram somente analisadas do ponto de vista da admissibilidade, mas se houve uma oportunidade de se democratizar bem mais e garantir a realização de audiências públicas onde as pessoas diretamente interessadas, sejam segmentos é, é, setores da sociedade, do funcionalismo, demandas

encaminhadas que tenham repercussão direta na vida das pessoas eram debatidas e de forma muito ampla e democrática. (Olenka Maranhão, entrevista concedida em 13 de julho de 2017).

Vale informar que, nas proposições apresentadas pela deputada na Casa Legislativa durante o período que assumiu, não há registros de audiências públicas ou sessões especiais que abordem as temáticas apontadas pela parlamentar.

A deputada acrescentou que esteve acompanhando outra temática que considera muito relevante dentre as comissões formadas pela Assembleia Legislativa, a Comissão que em 2012 realizou diagnóstico da situação da seca no Estado e sobre a relação com a chegada das águas do Rio São Francisco. Como resultado dessa comissão, segundo a deputada, foi realizado encaminhamento ao governo estadual sobre a necessidade de adequações na infraestrutura para que as águas não evadissem, mas que fossem viabilizados equipamentos de barragens de adutoras para garantir o armazenamento das águas do Rio São Francisco no estado.

[...]estivemos presentes e acompanhando uma comissão, que foi uma das mais importantes e mais participativas e propositivas que já se teve na Assembleia Legislativa, foi a comissão que fez um diagnóstico da situação da seca e que propôs alguns encaminhamentos ao Governo Estadual em relação a questão da eminente chegada das águas do São Francisco e de algumas adequações e algumas ações de infraestrutura seriam necessárias para que as águas simplesmente não passassem, mas que fossem, através desses equipamentos de barragens de adutoras fosse possível garantir o armazenamento das águas do São Francisco e que se tivesse um projeto nesse sentido que contemplasse[...] o cidadão paraibano que enfrentava toda dificuldade e enfrenta com relação a convivência com a seca (Olenka Maranhão, entrevista concedida em 13 de julho de 2017).

Percebemos que a deputada fugiu da temática e do recorte temporal o qual a pesquisa se embasa. Fato que compreendemos ao analisar as proposições expostas no site da Assembleia e perceber a pouca atuação da deputada na Casa Legislativa no período de interesse da pesquisa.

Foi possível perceber a falta de compromisso com o trabalho desenvolvido na Casa da deputada, levando em consideração o tempo que passou, 15 meses, diferença de 3 meses das demais e não ter registro da atuação acerca do que compete a um/a parlamentar de estar acompanhando as políticas em execução e indicando-as assim como as demais parlamentares.

5.2 Proposições voltadas para defesa e garantia dos direitos das mulheres na Paraíba

Por várias vezes, ao participar dos espaços de organização social que se discutia a participação das mulheres na política partidária, ficávamos nos perguntando: por que mais mulheres no poder? Será que, de fato, ser mulher é garantia de que irão representar as demais? Questionamentos que muitas vezes eram pautados pelo próprio movimento de mulheres, seja em nível nacional ou estadual. Tais indagações pessoais e coletivas foram uma das motivadoras de propor estudo que viesse, de alguma forma, responder como as mulheres que estão nos espaços de poder, a exemplo da Assembleia, estão pautando os direitos das mulheres.

Nesse sentido, neste tópico nos propomos analisar as proposições das deputadas voltadas para defesa e garantia dos direitos das mulheres da Paraíba, buscando perceber possíveis articulações dessas propostas com as demandas expostas na III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres que serviram de base para elaboração do I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Antes, cabe-nos situar e contextualizar a III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Esta conferência seguiu as orientações nacionais da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, a qual foi realizada em 2011 com o tema “Autonomia e Igualdade para as Mulheres”, tema que norteou os eixos da mesma. A III Conferência Estadual foi realizada por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) juntamente com o Conselho Estadual de Direitos das Mulheres da Paraíba. Um dos objetivos principais da conferência estadual foi elaborar o I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.

O I PEPM da Paraíba foi lançado no final de 2014 e encontra-se em seu período de vigência. Para elaboração do I PEPM, segundo informações que constam no documento, foram consideradas as demandas apresentadas pelo movimento de mulheres e feministas do Estado na III CEPM, momento de culminância dos resultados das 91 conferências municipais e regionais que aconteceram no estado e que mobilizaram mulheres de diferentes regiões da Paraíba e ainda o plano se baseou em demandas postas no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Vale destacar que o I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres é um instrumento de interlocução entre governo do Estado, os governos municipais, os Poderes Legislativo e Judiciário e o movimento feminista e de mulheres (I PEPM-PB, 2013).

O I PEPM está estruturado em dez capítulos, os quais são denominados de eixos, sendo os seguintes: Eixo I – Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica; Eixo II – Educação para a Igualdade e Cidadania; Eixo III – Saúde integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Eixo IV – Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres; Eixo V – Fortalecimento e Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão; Eixo VI – Desenvolvimento Sustentável com Igualdade Econômica e Social; Eixo VII – Direito à Terra com Igualdade para as Mulheres do Campo e Trabalhadoras Rurais; Eixo VIII – Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia; Eixo IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia; e Eixo X – Igualdade para as Mulheres Jovens, Idosas e Mulheres com Deficiência.

Os eixos apresentam propostas no sentido de contribuir para melhoria da vida das mulheres do campo e da cidade da Paraíba. Nesta estrutura, constam os objetivos gerais e específicos, ações, responsabilidades e parceiros para execuções das ações. A Assembleia Legislativa encontra-se enquanto órgão responsável e também parceiro na execução das ações. Cabe salientar que as ações propostas no I PEPM são resultados das demandas postas pelas mulheres na III Conferência Estadual de Políticas que se tornaram ações para serem executadas pelo governo em parceria com diversos segmentos, dentre eles o movimento feminista e de mulheres do estado.

Considerando que a realidade da mulher paraibana, de desigualdade no mundo do trabalho, não difere da situação nacional, o eixo I, “Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica”, tem como objetivo promover a participação das mulheres no mundo do trabalho de maneira a estimular a autonomia financeira e econômica, por meio de capacitação e promoção de iniciativas que estimulem tal autonomia e efetivação de legislações trabalhistas que garantam os direitos das mulheres paraibanas.

Neste sentido, no eixo são propostas ações que são direcionadas para os seguintes campos: fortalecimento dos grupos produtivos de mulheres de base da Economia Solidária já existentes sejam formais ou informais, propondo estruturação, assessoria técnica e condições de comercialização dos produtos; qualificação profissional, considerando a questão geracional, especificamente de mulheres jovens; promoção de equipamentos sociais que dêem condições das mulheres trabalharem, a exemplo de creches, lavanderias comunitárias, restaurantes e cozinhas comunitárias, dentre outros; e inserção das mulheres em construções de habitações populares.

Ainda nesse eixo, no que diz respeito aos parceiros da Secretaria Estadual da Mulher e Diversidade Humana para execução das ações, consta a Assembleia Legislativa na ação

referente à criação de “um Fundo Especial de Apoio às mulheres, para iniciativas produtivas e de comercialização, com gestão participativa e deliberativa compostas por mulheres, envolvendo representação governamental e da sociedade civil” (IPEPM, p. 9). Sabemos que para ações que envolvem o uso de recursos demandam que sejam tramitadas pela Assembleia Legislativa (AL). Isso na maioria das vezes dá-se na ocasião da discussão Lei Orçamentária Anual (LOA) e caso não haja parlamentar sensível para importância da demanda, possivelmente não serão contempladas.

O eixo II, que trata da Educação para a Igualdade e Cidadania, tem como objetivo contribuir no enfrentamento das desigualdades de gênero, favorecendo a inclusão e diversidade social e cultural na construção de políticas educacionais igualitárias. Para tanto, o eixo propõe ações de formação para os profissionais de educação e uma política educacional estadual igualitária e inclusiva.

Dentre as ações propostas no plano no eixo II, são contemplados os aspectos de capacitação, criação e/ou fortalecimento de equipamentos sociais e garantia de acesso à educação. No que toca à capacitação, propõe ações para professores/as nas temáticas de gênero em todos os níveis de ensino (básico, fundamental, médio e superior) enfocando os aspectos que permeiam as discussões sobre violência contra a mulher, equidade de gênero, étnicoracial e orientação sexual.

Sobre os equipamentos sociais têm propostas no sentido de ampliar e garantir brinquedotecas nos níveis de ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos e garantia de creches nas universidades e nos demais espaços educacionais do campo e da cidade.

Acerca do acesso educacional e inclusão, além dos já mencionados acima, que contribuem para que as mulheres possam frequentar os ambientes de ensino, as ações do plano direcionam para o enfrentamento ao analfabetismo das mulheres no campo e na cidade, como as quilombolas, ciganas e indígenas, com metodologias diferenciadas e acessíveis a esse público. E nesse processo, contemplar as mulheres com deficiência com linguagens acessíveis, a exemplo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Ainda propõe a utilização da linguagem de forma a fomentar a equidade de gênero.

O eixo III, correspondente à Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, tem como objetivo garantir o atendimento de qualidade às mulheres paraibanas em todas as esferas. Para isso, propõe a efetivação das normativas existentes, a exemplo da Política Nacional de Atenção Integral da Saúde da Mulher (PNAISM), implementando um atendimento humanizado, eficiente e qualificado para as mulheres.

Dentre estas ações, estão presentes os seguintes aspectos: planejamento familiar, com foco nos métodos anticoncepcionais; prevenção de doenças/campanhas, a exemplo dos cânceres de colo do útero e mama e do HIV/AIDS; garantia de atendimento humanizado as mulheres que passaram por situação de abortamento; estruturação de serviços de atendimento aos casos de violência sexual, HIV/AIDS e garantia de aquisição de equipamento para Aspiração Manual Intra-Uterina (AMIU) nas maternidades públicas; qualificação profissional nos temas de violência contra a mulher, atendimento humanizado e abortamento legal. O eixo ainda traz ação de avaliações dos serviços de atendimento às mulheres e divulgação para sociedade.

No eixo IV, Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres, as ações foram propostas no sentido de enfrentar de forma direta e indireta as violências contra as mulheres com vistas a proporcionar uma cultura de paz. Neste sentido, é garantido ampliar a Rede de Serviços e Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e promover, por meio de políticas públicas intersetorias, a qualidade de vida das mulheres e a erradicação da violência contra as mulheres.

As ações propostas encontram-se no campo da qualificação e criação de serviços. No que diz respeito à qualificação propõe ações voltadas para os profissionais das Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres (DEAMs) e voltadas para as mulheres que são atendidas pela Rede de Serviços.

Quanto à criação de serviços, são propostas novas unidades de DEAMs, o estímulo para criação de Centros de Referências da Mulher Regionais e Municipais, e Política de Enfrentamento ao Tráfico de Mulheres e Exploração Sexual.

Esse eixo de Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres tem a seguinte ação direcionada para Assembleia Legislativa, enquanto um dos órgãos responsáveis pela execução da ação: “garantir a dotação orçamentária para as ações de erradicação à violência contra as mulheres em todos os setores da administração pública, com transparência e visibilidade” (IPEPM, p. 22).

Considerando que a ocupação nos espaços de poder e decisão por mulheres é uma forma de tornar uma sociedade de fato democrática, imprimindo a marca da igualdade e da justiça social, o eixo V, Fortalecimento e Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, propõe ações com o objetivo de estimular a ampliação da participação das mulheres nos partidos políticos e nos cargos de liderança e decisão, de maneira a também proporcionar a autonomia das mulheres. Para tanto, o plano propõe incentivar a qualificação permanente para atuação política, social, cultural e econômica e ainda promover a criação e

institucionalização de organismos de políticas para as mulheres que acompanham as ações voltadas para este segmento.

As ações estão direcionadas com vistas a fomentar a inserção das mulheres nos poderes Executivos e Legislativos considerando a paridade e propondo plano de cargos e carreiras específicos para as mulheres. As ações voltam-se ainda para a criação de espaços, tanto de debates da condição da mulher nos espaços de poder e decisão, como também estímulo aos municípios criarem Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres com dotações orçamentárias próprias.

O eixo VI, Desenvolvimento Sustentável com Igualdade Econômica e Social, tem ações no sentido de promover o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres no campo e na cidade, de maneira a proporcionar qualidade de vida para as futuras gerações. Aponta ainda ações como prioridades para as mulheres no acesso às linhas de créditos dos programas governamentais e fomento do espaço de participação.

Dentre as ações do eixo ainda constam o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de ações sustentáveis como incentivo à coleta seletiva e reciclagem e usinas de compostagens. Apesar desse eixo não propor ações direcionadas para AL, percebemos existirem propostas de ações que podem ser acompanhadas pelos parlamentares quanto à sua execução, a exemplo dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O eixo VII, Direito à Terra com Igualdade para as Mulheres do Campo e Trabalhadoras Rurais, trata de ações específicas para mulheres que, por muito tempo, ficaram à margem das ações governamentais, muitas vezes pelo não reconhecimento do seu trabalho como produtivo.

Assim, o eixo tem por objetivo promover e incentivar a vivência da cidadania plena das mulheres rurais com políticas que incentivem desenvolvimento e efetivação das políticas públicas que objetivem garantir os seus direitos. Portanto, direciona as ações nos campos da saúde, acesso a moradia e educação e ainda incentivos à produção de base agroecológica e a isenção de impostos para regularização das associações e cooperativas de mulheres rurais. Nesse eixo não há ações direcionadas para AL enquanto parceira de execução.

O eixo VIII, Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia traz ações no sentido de impulsionar a produção cultural no Estado de maneira a enfrentar as desigualdades de gênero, por meio do estímulo da produção cultural desenvolvidas por mulheres, e ainda a promoção da participação das mulheres em eventos esportivos, visando a uma vida saudável e plena para

as mulheres paraibanas. As ações são direcionadas nos campos do controle social, estímulo à criação de projetos culturais voltados para as mulheres e ainda no campo da comunicação.

No que diz respeito ao controle social, o I PEPM tem ações de proposição de criação de conselho de comunicação com representação do movimento de mulheres e feminista, de mecanismo com vistas a fiscalizar o uso de recursos públicos com expressões culturais e artísticas que desrespeitem as mulheres, banalizem a violência e violem os direitos humanos de maneira a não conceder tal permissão. E ainda no campo do controle tem-se proposto a ampliação das mulheres nos movimentos culturais e no Conselho Estadual de Cultura.

Sobre o estímulo à implementação de projeto de cultura voltados para as mulheres têm ações direcionadas para a proposição de editais por seleções públicas de projetos de mulheres tanto de cunho artístico como de formação no campo da cultura.

No campo da comunicação têm ações de capacitação de assessores de comunicação e mídias sociais, no sentido de proporcionar um exercício de uma comunicação igualitária não estereotipada e anti-machista, como também estimular na mídia estatal a produção e difusão dos conteúdos não discriminatórios e não estereotipados, dentre outras.

Foi possível perceber nesse eixo do I PEPM que a temática de esporte não foi contemplada com ações, de maneira que possibilitasse alcançar o objetivo proposto no referido no eixo.

O eixo IX, Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia, visa com suas ações contribuir para superação de todas as formas de discriminação e de violência institucional, cultural, social e política que atingem as mulheres. Para tanto, estimula a construção de políticas públicas e sociais mais igualitárias que visam a erradicar a cultura discriminatória.

As ações estão propostas no campo de capacitação, criação de equipamentos sociais e promoção de debates. No que se refere à capacitação, as ações estão direcionadas para rede de atendimento às mulheres em situação de violência, para profissionais dos serviços públicos, para preenchimento de formulários, também propostos a serem criados, com os quesitos raça/cor, identidade de gênero e orientação sexual, assim como nas temáticas de equidade racial e orientação sexual. Capacitação também dos profissionais das ouvidorias para acolher denúncias de racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia.

Quanto aos equipamentos sociais, foi proposta a criação dos seguintes: Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial na Paraíba, com dotação orçamentária; Delegacias Especializadas em Crimes Raciais; Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial; Casa de Apoio às Mulheres Lésbicas que são expulsas de casa em virtude de sua orientação sexual; e Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI).

No que toca às ações de promoção de debates na sociedade, propõe-se realizar por meio de encontros, seminários, campanhas de afirmação da identidade negra, enfrentamento ao racismo, a lesbofobia, contra o machismo e as desigualdades de gênero.

O eixo X, Igualdade para as Mulheres Jovens, Idosas e Mulheres com Deficiência, propõe ações no sentido de garantir o acesso e permanência das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência às políticas, equipamentos e serviços públicos do estado com intuito dessas ações proporcionarem a autonomia destas mulheres.

Dentre as ações desse eixo estão as que são voltadas para disseminar os direitos da juventude por meio da divulgação do Estatuto da Juventude, desenvolver campanhas educativas sobre saúde com enfoque nas especificidades dos segmentos em questão.

Propõe ainda criar projetos para fortalecimento de empreendimento compostos por esses segmentos com programas de capacitação permanente para as mulheres do campo e da cidade.

Podemos perceber que o I PEPM tem ações específicas direcionadas para Assembleia Legislativa. No entanto, cabe destacar que as parlamentares não podem se limitar apenas a estas, mas acompanhá-lo em sua totalidade assim como fazem com as demais políticas.

Veremos a seguir as propostas das deputadas direcionadas para as mulheres, buscando verificar em que medida estas proposições estão assentadas nas ações indicadas nos eixos do IPEPM.

Nosso intuito aqui não é avaliar quais eixos e/ou ações que compõem o I PEPM foram executados pelo governo estadual, enquanto política pública, mas avaliar em que medida tais demandas foram contempladas nas proposições das deputadas. Quanto à execução do plano por parte do governo, deixamos enquanto sugestão para pesquisas futuras no sentido de analisarem a implementação do I PEPM e seu respectivo impacto na vida das mulheres paraibanas.

A deputada Camila Toscano (PSDB), na ocasião de concessão da entrevista, ao ser questionada acerca das proposições voltadas para as mulheres, afirmou ter propostas nesse sentido, no entanto nem todas foram sancionadas pelo Governador.

Temos lei em benefício da mulher, por exemplo, a obrigação de ter um relatório socioeconômico anual das mulheres paraibanas, para que a gente possa saber o grau de escolaridade e a questão de emprego. Eu fiz um projeto de lei para que as empresas tivessem obrigatoriamente à contratação de 10% das mulheres nas licitações do estado, mas foi vetada pelo Governador Ricardo (Camila Toscano, entrevista concedida em 06 de junho de 2017).

Na redação da mesma proposta disponível no site da AL, encontramos no texto a referência à reserva de vagas que é de 5%, não de 10%, demonstrando incongruência na informação prestada por Camila.

Acrescentou que considerava relevantes as proposições que criavam o relatório socioeconômico da mulher paraibana, e a proposta que trata sobre conscientização de homens agressores. Lamentou que enfrentam dificuldades para conseguir aprovar algumas propostas em virtude de posicionamentos de negativa por parte do Governador Ricardo Coutinho (PSB), o que segundo a Deputada faz com que muitos projetos relevantes não sejam aprovados por questão política.

Esta do relatório socioeconômico é muito importante, a questão do marido e do agressor é muito importante, foi um projeto de lei importante que passou aqui nesta Casa, [...] eu considero importante, mas como eu lhe disse, nós passamos muitas dificuldades ainda pra conseguir aprovar por conta do governo. Então, muitos projetos relevantes não são aprovados por questão política e, isso, infelizmente ainda acontece na nossa Paraíba (Camila Toscano, entrevista concedida em 06 de junho de 2017).

A deputada aponta mais uma vez a dificuldade de aprovação de pautas políticas por parte do governo, em virtude de colocação em situação de oposição, ou seja, não fazer parte da base do Governador.

Ao analisarmos as proposições da deputada identificamos que dentre as 114 propostas apresentadas, 10 estão voltadas especificamente para as mulheres, as quais foram apresentadas em forma de Projeto de Lei, Projeto de Resolução e requerimentos, sendo, 05, 01 e 04, respectivamente.

Por meio de Projeto de Lei, apresentou propostas nas temáticas de trabalho e renda, autonomia e enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. Sendo as seguintes: lei que reserva 5% das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas e propôs a criação de programa de conscientização dos homens agressores.

Por meio de Projeto de Resolução, instituiu o Prêmio Prefeitura Amiga da Mulher, com objetivo de premiar as prefeituras que desenvolvem políticas públicas em favor das mulheres e, o qual a deputada falou no momento da entrevista.

Através dos quatro requerimentos, dois foram com propostas relacionadas à homenagem. Neste sentido, a deputada expôs votos de aplausos à médica Adriana Melo que descobriu a causa da microcefalia e também voto de pesar pela morte de Josefa Diôgo de Lima, pedagoga de Guarabira, em relação à temática do enfrentamento à violência.

No aspecto relacionado à avaliação e acompanhamento de políticas para as mulheres, contemplou os temas de saúde da mulher e enfrentamento à violência contra a mulher. Assim, apresentou propostas de audiência pública para discutir a mortalidade materna no Estado e discussão de matéria do Jornal Correio Paraíba sobre violência contra a mulher e ainda propõe a criação do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher Paraibana com a justificativa de acompanhar as políticas em execução para as mulheres em todos os âmbitos.

Mesmo sem a deputada ter conhecimento do I PEPM, de certa forma contemplo em suas proposições, minimamente alguns eixos do Plano.

Ao fazermos a análise comparativa com as demandas expressas no I PEPM, percebemos que há por meio das proposições da deputada, relação com alguns eixos as seguintes propostas: a que reserva 5% das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas; a que cria programa de conscientização de homens agressores no âmbito familiar e a que discute a mortalidade materna se articulam com os eixos de Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica, Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres e de Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos, respectivamente.

No momento da entrevista, questionamos a deputada sobre o conhecimento da mesma acerca do I PEPM, a mesma afirmou não ter conhecimento do mesmo: “Não. Sinceramente. Com sinceridade, não cheguei a ver” (Camila Toscano, entrevista concedida em 06 de junho de 2017).

Talvez tal revelação contribua para compreendemos a incipiente atuação voltada para garantia e defesa dos direitos das mulheres, seja por desconhecimento ou falta de prioridade em suas ações.

Quanto à deputada Daniella Ribeiro, dentre as 387 proposições dispostas no site da AL, apenas 25 foram voltadas diretamente para as mulheres. Estas voltadas para as mulheres são: 04 Projetos de Lei, 01 Projeto de Resolução e 20 Requerimentos, estes enquanto indicação, pedido de sessão especial e audiência pública.

Os Projetos de Lei contemplam os aspectos de saúde e instituição de datas alusivas a questões ligadas a temáticas que envolvem as mulheres. Sendo as seguintes propostas: a que dispõe sobre o teor do aviso de que trata o Artigo 19-J da Lei Federal 8.080 “Toda Parturiente tem direito a acompanhante durante todo período de trabalho de parto e pós-parto imediato”; institui Semana da Mulher; institui o dia 19 de julho como Dia da Mulher empreendedora; e institui o ano de 2016 como ano de empoderamento da mulher na política e esporte.

O projeto de resolução foi concedendo a medalha Epitácio Pessoa à médica paraibana Adriana Melo, especialista em medicina total que descobriu a relação da microcefalia com o do vírus *zika*.

Quanto aos requerimentos, dos 20, 14 foram direcionados no sentido de prestar votos de congratulações, aplausos e de pesar. As congratulações foram dirigidas às seguintes mulheres: a Dr^a Adriana Melo, pelo seu grande empenho na tentativa de descobrir as causas da microcefalia no Nordeste brasileiro; a Beatriz Ribeiro, secretária executiva do movimento “Nós Podemos Paraíba” e organização da feira “Carrossel de Boas Práticas para debater os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); a Professora Margareth Almeida coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Mídia da UFPB; a realização do 7º Encontro Estadual de Mulheres Jornalistas da Paraíba; a Sony Lacerda, diretora de Jornalismo do Sistema Correio de Comunicação, única finalista do prêmio “Os Mais Admirados Jornalistas Brasileiros”; a Kássia Lavínia Pereira Costa, advinda de escola pública de Campina Grande, pela conquista da final do 9º Prêmio de Redação do Programa COOPERJOVEM e ainda ao Supremo Tribunal Federal pelo tema “Justiça e Paz em Casa” a ser trabalhado no dia 08 de março nos Tribunais de Justiça no País.

Os votos de aplausos às seguintes mulheres: a presidente do Centro de Atividades Especiais (CAEHH), Helena Maria Duarte de Holanda pela sua premiação no Programa televisivo da Eliana no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), no quadro “Minha História Vale Mil”; a Senhora Maria Lúcia Jurema, pela sua iniciativa em realizar evento social com intuito de "Contribuir com a Rede Feminina de Combate ao Câncer"; e a professora e cronista Ana Adelaide Peixoto, pelo lançamento dos livros "Brincos, Prá Que te Quero?" E "De Paisagens e De Outras Tardes”.

Os votos de pesar foram pelo falecimento das seguintes mulheres: Senhora Maria Magdalena de Albuquerque Souza, mãe dos Jornalistas Arimatéa Souza e Edson Souza; da Professora Adyla Rabelo, integrante da Academia Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; Escritora Molina Ribeiro colunista do portal Paraíba Online; e de Maria Helena Pessoa de Mello Ribeiro Coutinho, mãe da Defensora Pública Maria Berenice Ribeiro Coutinho Paulo Neto.

As homenagens que são prestadas, em sua maioria são voltadas para mulheres que fazem parte da classe social alta e que na maioria das vezes não tem nenhuma relação com defesa de direitos ou conquistas coletivas, mas por méritos individuais.

Três requerimentos foram direcionados para indicação a Presidência da República a implantação da Casa da Mulher Brasileira³ na Paraíba e ainda solicitar ao Prefeito de Campina Grande conclusão de reforma creche e ao Governador, construção creche no município de Várzea.

No aspecto da fiscalização e acompanhamento de políticas e direitos das mulheres, apresentou propostas para discutir na Assembleia por meio de audiência pública da Lei Maria da Penha e sessão especial alusiva ao Dia Internacional da Mulher e ao Outubro Rosa, mês alusivo ao enfrentamento ao câncer de mama.

A deputada, ao ser questionada sobre as proposições voltadas para defesa e garantia dos direitos das mulheres, afirmou não lembrar de todas, mas que havia no campo de participação da mulher na política e outra que obriga pessoas estranhas só podem adentrar no ambiente escolar mediante acompanhamento de funcionário da escola. Citou leis que considera contemplar as mulheres de forma indireta como a que obriga que em todo caderno das escolas estaduais tenham escrito “Diga não às Drogas”.

Como eu te falei, eu tenho várias proposições eu vou pedir pra Valéria te passar [...] certo? Mais entre elas eu te comentei sobre a participação da mulher na política, [...] tem outra questão também que diz respeito [...], a gente tem que entender que o universo feminino não está quando você faz uma lei específica para mulher, mas também quando você garante que[...] uma lei de minha autoria que obriga que as pessoas estranhas só podem adentrar no ambiente escolar se for acompanhado por alguém da escola por um funcionário da escola pra que? Pra garantir segurança para as crianças. Uma mãe, por exemplo, pra você compreender, uma mãe que tá trabalhando e tá tranquila por que se ela souber que isso acontece ela fica mais tranquila no seu ambiente de trabalho. Então assim, nós temos além de leis específicas com relação a mulher nós temos também leis que vão atender a mulher através de outras ações como por exemplo, questões de drogas. A gente tem uma lei que , que em todo caderno das escolas estaduais tenham escrito “Diga não às Drogas”. Então, assim, são ações que no dia a dia você vai puxando para que não só as mulheres, mulheres e mães deve também... ser atingidas naquilo que servem as leis, agora vou pedir pra passar pra você, tanto Valéria fazer isso por mim, por que vai ficar mais fácil do que pelo áudio, ela passa pra você uma relação dessas leis e dos requerimentos também que é importante e das audiências públicas que já tivemos com relação a isso (Daniella Ribeiro, entrevista concedida em 04 de julho de 2017).

³A Casa da Mulher integra um dos eixos do programa “Mulher, Viver sem Violência” lançado em 2013 pela Ex-Presidenta Dilma Rousseff. A casa é um espaço que integra os serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes(SPM,2015).

É possível identificar na fala da deputada que, ao fazer lei voltada para as crianças e jovens, acredita que beneficia também as mulheres. Segundo nossa análise, trata-se de uma visão conservadora em que a responsabilidade para com os filhos é da mulher, o que reforça a cultura de delegação à mulher a obrigação pelo cuidado e proteção dos/as filhos/as.

A deputada acrescenta, dentre as ações que considera importantes, sua atuação enquanto presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres e as parcerias que foram possíveis realizar para desenvolver ações de disseminação de informações sobre os direitos das mulheres.

Outra ação importante é com relação a comissão da mulher, eu fiz uma parceria com o Tribunal de Justiça quando fui presidente a primeira vez, há dois anos, e nós levamos para os bairros o conhecimento da Lei Maria da Penha, como também eu levei as lei que existe. Nós temos um livro, né?! de cópias de todas as lei que tem a favor das mulheres. Então, eu fiz essa ação em conjunto como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres e lá podemos fazer várias inserções, inclusive em Corpo de Bombeiros, universidade, escolas públicas. Foi, assim, uma experiência maravilhosa e a gente tá retomando agora pela segunda vez, quando eu, eu sou agora presidente da comissão (Daniella Ribeiro, entrevista concedida em 04 de julho de 2017).

No momento da coleta de dados já estava compondo a Comissão de Direitos da Mulher pela segunda vez. No entanto, enquanto integrante titular passou a presidente, após o recorte de tempo da pesquisa. Assim, quando entrevistada falou estar desenvolvendo parcerias com órgãos públicos e da sociedade civil por meio do Fórum Todas por Uma, o qual tem a proposta de discutir os direitos das mulheres paraibanas. Destacou que nesse Fórum têm sido pontuadas questões que envolvem a temática da violência contra a mulher. Segundo a deputada, já foram realizadas duas reuniões, dos quais saíram deliberações como o pedido de mais uma Vara em defesa dos direitos da mulher e acompanhamento das legislações propostas em nível de estado para garantia e defesa dos direitos das mulheres, especificamente as que dizem respeito ao enfrentamento à violência contra a mulher e da execução da lei que proíbe que bandas que tocam músicas afetem negativamente as mulheres.

Te dizer do Fórum que foi criado agora eu como presidente da Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher, nós criamos o Fórum todas por Uma, onde já tivemos a segunda reunião. Na primeira reunião tivemos a participação de representantes de várias entidade e instituições diferentes, inclusive importante dizer da participação de pessoas que não tem o mesmo vínculo político partidário, isso demonstrando que precisamos nos dar as mãos para as questões que as mulheres precisam. De lá saímos com encaminhamentos

importantes, por exemplo, pedimos mais uma vara em defesa dos direitos da mulher, porque uma das questões mais levantadas foi o aumento da violência contra a mulher, violência doméstica. Então, outra questão também é leis que existe na Paraíba que não são cumpridas, a exemplo a lei que proíbe que músicas que denigram a imagem da mulher sejam tocadas e sejam é... e bandas sejam pagas para tocar com dinheiro público. Isso é uma cobrança que iremos fazer através dessa ação. Então nós criamos o Fórum, o Fórum é Todas por Uma, e participa diversos segmentos (Daniella Ribeiro, entrevista concedida em 04 de julho de 2017).

Identificamos que a deputada falou muito das ações que desenvolvia por meio da Comissão de Direitos da Mulher, a partir de relações externas, e não falou de proposições que considera relevante voltada para as mulheres, alegando esquecimento, e que posteriormente solicitaria a assessora para enviar. Vale dizer que solicitamos e de pronto fomos atendidas, no entanto nos foram enviadas propostas que não correspondiam ao período do ano de 2015 e primeiro semestre de 2016.

Ao perguntarmos à deputada sobre o conhecimento acerca do I PEPM, a mesma fala não ter conhecimento e ainda alega a falta de divulgação.

Não, não tenho conhecimento do I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, assim como garanto a você que 90% das mulheres, a não ser as que trabalham ou estudam, por exemplo, como você que está fazendo uma pesquisa, ou as da própria secretaria. Mas infelizmente, falta divulgação acerca do tema [...] o despertar do interesse que isso é fundamental (Daniella Ribeiro, entrevista concedida em 04 de julho de 2017).

Concordamos com a deputada sobre a falta de visibilidade que é dada à existência de um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. No entanto, consideramos que tomar conhecimento acerca do Plano é uma obrigação da parlamentar, afinal uma de suas funções é acompanhar as políticas em execução e as que estão previstas para serem executadas com o I PEPM não é diferente.

No que diz respeito à articulação das propostas da deputada com o IPEPM, notamos que contemplou em certa medida nos seguintes eixos: de Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica quando solicita esclarecimento sobre conclusões de creches, tendo em vista que muitas mulheres, por não terem onde deixar seus filhos têm sua entrada no mercado de trabalho dificultada; de Saúde Integral das Mulheres Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos ao propor lei que reforça as normativas existentes sobre o direito a parturiente a ter acompanhante; no eixo de Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres, ao exigir mesmo que indiretamente, o funcionamento das delegacias aos finais de

semana; e no eixo de Fortalecimento e Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão e Educação para a Igualdade e Cidadania ao instituir o ano de 2016 como ano de empoderamento da mulher na política e esporte.

A parlamentar Estela Bezerra, em meio às suas 96 proposições, 14 foram direcionadas para as mulheres. As direcionadas para as mulheres foram apresentadas por meio de projeto de lei e requerimento, sendo 04 projetos de lei e 10 requerimentos, estes na condição de indicação, sessão especial e audiência pública.

Os quatro projetos de lei estão direcionados para a temática de homenagens e estavam direcionadas da seguinte forma: para conceder o Título de Cidadã Paraibana a médica Sandra da Silva Mattos, presidenta do Projeto Círculo do Coração; conceder o título de Cidadã Paraibana a Lucinéia Maia de Souza Bezerra (Lu Maia), atual coordenadora do Programa de Artesanato da Paraíba; conceder título de cidadania a Eleonora Mecucci, Ex-Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres em reconhecimento ao trabalho que desenvolveu junto a esta Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e dá denominação de “Clemilda Tavares dos Santos” ao Prédio do Centro de Formação de Professores, instalado no município de Campina Grande - PB.

No que toca aos requerimentos, os de indicação voltaram-se para temática de homenagem e de direitos da população LGBTs. No que diz respeito à homenagem, a deputada propôs votos de aplausos a Ângela Cândida Chaves Silva, professora de carreira do Estado, defensora dos Direitos Humanos das Mulheres e população LGBT e atual coordenadora do Centro de Referência LGBT da Paraíba, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados a esses segmentos no Estado. Quanto aos direitos LGBTs, indica ao Governador do Estado Ricardo Vieira Coutinho que envie a Casa Parlamentar Projeto de Lei que cria o Conselho Estadual dos Direitos de LGBTs da Paraíba.

No que concerne à avaliação e acompanhamento de políticas voltadas para as mulheres propôs sessões especiais e audiências públicas.

As sessões especiais foram alusivas ao Dia Internacional da Mulher e ao Dia do Enfrentamento à Homofobia.

Quanto às audiências públicas, foram propostas para discutir as seguintes temáticas: Dia da Mulher Afro-Latina, Americana e Caribenha; o Dia da Trabalhadora Doméstica, 27 de abril, e os aspectos do trabalho doméstico; Dia Internacional da Mulher e políticas públicas para o segmento; a cultura do estupro; o Programa “Alô Mãe”, do Governo do Estado- Mortalidade Materna, que tem o objetivo acompanhar por meio de ligações telefônicas rotineiras,

o processo de cuidado no Pré-Natal das gestantes e das crianças no primeiro ano de vida, em todo o estado da Paraíba.

Estela Bezerra, no momento da entrevista, falou que no campo de proposições voltadas para as mulheres, enquanto “base de sustentação do governo” na Assembleia Legislativa, tem contribuído para que as políticas já previstas fossem efetivadas, pois considera que muito já se tem garantido em lei que merecem ser efetivadas. Portanto, afirmou que sua atuação tem sido de contribuir para ampliação dos serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência, a exemplo das delegacias, ampliação dos Centros de Referência para População LGBT, e ainda no campo das discussões acerca de temáticas como direitos das mulheres negras e violência obstétrica.

Com relação aos direitos das mulheres, nós temos do campo do direito muita coisa assegurada. O que nós temos é uma falta de importância simbólica e de implementação de políticas públicas de fato, né?! Isso é uma visão concreta que eu tenho. Quando você vai olhar o Plano de Políticas Públicas para as Mulheres, a construção do marco legal é o mínimo, o que você tem ali é uma formulação de ações do campo do executivo que precisam ser implementadas, né?! [...] A minha maior atuação como Deputada, do campo do governo, né?! Sou base e sustentação do governo, foi contribuir muito para ampliação das delegacias das mulheres pra estruturação, assim como pra estruturação e ampliação dos Centros de Referência à População LGBT, promovemos as audiências mais consistentes com relação ao direito da mulher negra, apoiamos a participação das mulheres, isso inclusive financeiramente, das mulheres negras na I Marcha. É uma atuação muito mais de dar visibilidade, de dar legitimidade ao campo do movimento social que reivindica as políticas públicas (Estela Bezerra, entrevista concedida em 21 de junho de 2017).

Sobre a ampliação das delegacias, perguntamos se seria no campo das discussões ou teria proposta nesse sentido. A deputada respondeu que não teria outras propostas, mas sim por meio de construção política.

Não, tem, tem construção política, por exemplo, a delegacia que foi para Mamanguape é uma construção política com participação de fórum, minha participação, diálogo com o governo, apoio para estruturar brinquedoteca pra coisa ficar melhor, presença física diálogo. É uma coisa que exige muitas horas de trabalho para poder ser garantida. Agora mesmo, a gente estava trabalhando para estruturar e dar uma melhor condição de funcionalidade a Delegacia da Mulher de Cajazeiras, assim[...] é você empenhar a sua figura pública e seu apoio político para transitar, dialogar e valorizar a política pública. Isso é fundamental (Estela Bezerra, entrevista concedida em 21 de junho de 2017).

Sabemos que hoje, umas das pautas principais do movimento de mulheres paraibanas é o aumento do número de delegacias especializadas, em virtude da necessidade de ter espaço especializado e adequado para recepção de mulheres vítimas de violência, ter isso garantido é uma conquista significativa. No entanto, outro problema que se apresenta para as mulheres é o não funcionamento das delegacias nos finais de semana, período quando se tem registro de maiores índices de violência contra as mulheres e o papel de um/a parlamentar para indicar essa necessidade é um reforço ao pedido das mulheres, por vezes ignorado.

Ao indagarmos à deputada sobre o I PEPM a mesma respondeu ter conhecimento e tem realizado algumas ações relacionadas a alguns eixos, como o de enfrentamento a violência, saúde reprodutiva da mulher e da participação política. Por fim, diz tomá-lo como base para nortear sua ação política.

Tenho. Tenho visão, tenho compreensão, e dentre os eixos que compõe o plano, o enfrentamento a violência contra a mulher foi os exemplos que te dei, a interiorização da política, a negociação com o judiciário para constituição das comarcas ou da comarca né?! dos fóruns, aliás do Fórum de Violência Contra a Mulher foram áreas que a gente, que eu tenho atuado bastante. Assim, como na área da saúde, que é uma garantia da gente, tem enfrentado muito, debatido muito e construído muito com as secretarias e com o movimento. O tema da saúde da mulher, da saúde reprodutiva, da mortalidade materna que é bastante preocupante e da violência obstétrica. Na área de participação política que é outra área do Plano Estadual, falo com algum[...]conhecimento porque assim, eu tive o privilégio, a oportunidade de ser formuladora dos primeiros planos. Consegui participar, acho que até a IV Conferência de Políticas para as Mulheres, onde foram consolidados todos esses documentos né? E, e a formulação voltada ao Estado é muito dirigida ao campo da, ao campo da... do Poder Executivo né?! E a gente tem trabalhado muito naqueles eixos de enfrentamento a violência, da garantia de participação econômica das mulheres e na área da saúde da mulher. Na área da cultura é que acho algumas coisas que podem ser formulada no campo do estado, algumas legislações já existiam e outras ainda podem ser formuladas. Agora mesmo eu estava conversando com uma pessoa que estava discutindo, uma... um eixo da política de proteção da cultura que podem muito bem ser aplicada as mulheres. É uma ideia que surge aí, mas a gente conhece, eu conheço, o Plano Estadual e tenho trabalhado muito com ele para nortear a minha ação política (Estela Bezerra, entrevista concedida em 21 de junho de 2017).

É possível perceber na fala da deputada que, por vezes, há a um hibridismo no que seria ação da mesma enquanto deputada, e o que seria função do Estado executar. Esta mistura causa confusão no entendimento acerca das ações que a deputada desenvolve enquanto parlamentar. Compreendemos a importância de um/a parlamentar da base de governo apoiá-lo nos projetos executados, o que não é nenhum favor, mas ele/a tem por obrigação cumprir suas atribuições enquanto deputado/a, a exemplo de solicitar informações

formais, aos setores responsáveis pelo não funcionamento de serviços voltados para as mulheres, a exemplo das delegacias especializadas abertas nos finais de semana.

As propostas da deputada Estela Bezerra dialogaram, mesmo que de forma superficial com o I PEPM nos seguintes eixos: Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica; Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres; e Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia.

A deputada Olenka Maranhão, das suas 8 propostas apresentadas, 1 foi direcionada para as mulheres. Esta proposição identificada foi uma em forma de Projeto de Lei Ordinária, que dispõe sobre a criação do Dia da Mulher Empreendedora.

Na ocasião da entrevista, a parlamentar pontuou ter discutido temas como a igualdade de oportunidade, a inserção da mulher no mercado de trabalho, ações de divulgação da Lei Maria da Penha com vistas a não tornar-se letra morta no estado. No mais, falou ter algumas proposições, as quais não citou e disse encaminhá-las. Posteriormente solicitamos as propostas, no entanto, não houve retorno.

Veja só, a lei Maria da Penha que devido a ampla divulgação e por de fato não ser letra morta é, e nos estados também houve uma participação das Assembleias Legislativas no sentido de promover um melhor debate de aproximar posições de tentar divulgar e dar um mais amplo conhecimento para que não fosse letra morta[...] em muitos momentos na Assembleia Legislativa, houve debates bem sérios em relação a discussão, é de meios de garantir maior dignidade as mulheres da aplicação da lei Maria da Penha, e em decorrência disso, houve algumas iniciativas legislativas quer conjuntas quer individuais que foram apresentadas [...] no sentido de garantir maior dignidade a vida de muitas mulheres. Então[...] eu posso elencar algumas iniciativas e até encaminhar a você as cópias para que possa fazer um acompanhamento melhor (Olenka Maranhão, entrevista concedida em 13 de julho de 2017).

Percebemos que o tempo o qual a deputada fala não é dissonante do tempo que elegemos para pesquisa, pois os temas referendados pela deputada, em nenhum momento estavam registrados nas proposições da parlamentar disponíveis no site da Assembleia.

Indagamos a deputada acerca do conhecimento da mesma sobre o I PEPM, falou conhecer e que foi algo discutido na Assembleia. Ainda ponderou da importância da sociedade também acompanhar.

Sim, foi algo discutido na Assembleia, e que no momento em que se estabelece uma política pública se amplia sim de forma mais efetiva até mesmo o direcionamento de recursos públicos para efetivação dessas

políticas, então é algo que tem que ser muito acompanhado pela sociedade não é somente o legislativo, mas é a sociedade acompanhar (Olenka Maranhão, entrevista concedida em 13 de julho de 2017).

É de lamentar, o fato da deputada dizer conhecer, ter sido debatido. No entanto, não ter ações específicas voltadas para efetivação do mesmo, de maneira que o I PEPM não seja apenas uma política de governo, mas uma política de estado em que seja garantido de fato ações que venham fortalecer os direitos das mulheres do campo e da cidade.

Quanto à interação da proposta da deputada com o I PEPM, podemos afirmar que se aproximou de forma superficial do eixo de Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica por contemplar apenas aspecto comemorativo referente ao dia da mulher empreendedora.

Identificamos que alguns eixos do I PEPM foram de alguma forma contemplados nas proposições das deputadas. Contudo, vale considerar que, de forma superficial, o que nos leva a afirmar que a atuação no que toca as políticas para as mulheres foi incipiente até o momento da coleta de dados, tendo como referência o I PEPM.

Quanto às ações que foram propostas no I PEPM, que demandavam a atuação da Casa Legislativa previstas, a saber: no eixo I, Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, enquanto órgão parceiro na ação: “Estruturar um Fundo Especial de Apoio às mulheres, para iniciativas produtivas e de comercialização, com gestão participativa e deliberativa compostas por mulheres, envolvendo representação governamental e da sociedade civil” (IPEPM, p. 9); eixo IV, Enfrentamento de todas as formas de violência contra as Mulheres, na condição de órgão responsável, na ação seguinte: “garantir a dotação orçamentária para as ações de erradicação à violência contra as mulheres em todos os setores da administração pública, com transparência e visibilidade” (IPEPM, p. 22); e eixo V, Fortalecimento e Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, nas ações “Ampliar a participação das mulheres nos cargos de poder e decisão do 1º e 2º escalão, com paridade nos poderes Executivo e Legislativo” e “Ampliar dentro das peças orçamentárias (LOA, LDO e PPA) recursos para execução da política de equidade de gênero” enquanto órgão responsável e parceiro, respectivamente (IPEPM, p.24), não identificamos nas proposições das deputadas disponíveis no site da AL.

Por mais que ações específicas voltadas para Assembleia Legislativa no I PEPM sejam mínimas, as parlamentares podem contribuir, de maneira significativa, para o acompanhamento do que está em execução no Estado direcionado para o segmento de mulheres direta ou indiretamente, a exemplo de pedido de informação acerca do

funcionamento das creches, das lavanderias e da execução do Programa Jovem Aprendiz, que insere as mulheres jovens.

E também acompanhamento e avaliação das ações de geração emprego e renda para as mulheres, a exemplo da Política Estadual de Economia Solidária, de maneira a apropriar-se e conhecer como se encontra a implementação de tal política está a considerar as especificidades das mulheres, tendo em vista que atualmente vários empreendimentos de mulheres do campo e da cidade de diversos segmentos (agricultoras, artesãs, catadoras, pescadoras, dentre outros) enquadram-se nesta política. Como também acompanhar as ações que dizem respeito aos demais eixos do I PEPM, de maneira a contribuir, de fato, com as ações voltadas para fortalecer e garantir os direitos das mulheres paraibanas em todos os âmbitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto de desmonte de direitos e retrocesso nas conquistas advindas do campo da sociedade civil, associado ao acentuado conservadorismo cada vez mais presente na sociedade brasileira, o percurso da pesquisa se tornou mais desafiador, na medida em que vivenciamos um ataque progressivo aos direitos das mulheres que foram duramente conquistados nas últimas décadas, bem como a propagações de ideias misóginas e discriminatórias acerca da atuação das mulheres nos espaços de poder e decisão, a exemplo do que aconteceu no processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Vimo que a partir das análises das proposições apresentadas pelas deputadas na Assembleia Legislativa, foi possível constatar a incipiente atuação dessas, voltadas para defesa e garantia dos direitos das mulheres na Paraíba, considerando que das 605 proposições apresentadas apenas 50 foram direcionadas para mulheres, destas, 23 foram de homenagens e às demais em sua maioria com direcionamentos que não proporcionam mudanças efetivas na vida das mulheres, números que nos fizeram afirmar a ínfima inserção das pautas das mulheres na atuação das deputadas, em especial, aquelas advindas da atuação do movimento de mulheres/feminista.

Camila Toscano, de trajetória política, fruto da tradição familiar e que nunca participou de movimentos sociais, pautou 114 proposições, destas 10 voltadas para as mulheres. A deputada afirma não conhecer o I PEPM e em suas proposições relacionadas a temas gerais, pautam-se na solicitação de serviços para região que é considerada o reduto eleitoral da sua família, brejo paraibano. Já nas propostas voltadas para as mulheres, a deputada se pautou em quatro temáticas: trabalho e renda; enfrentamento à violência; mortalidade materna; e incentivo ao acompanhamento e execução de políticas públicas para as mulheres.

Daniela Ribeiro, também de trajetória política advinda do contexto familiar, no recorte de tempo considerado pela pesquisa, apresentou 387 proposições, destas 25 voltadas para as mulheres e a maioria direcionada para homenagens. A deputada não conhece o I PEPM. Suas proposições gerais têm se pautado em propor homenagens e solicitações de serviços, a maioria destes voltados para cidade de Campina Grande, reduto eleitoral de sua família. Em várias proposições, a deputada apresentam características semelhantes as propostas de legislativo municipal desta cidade, que eram atribuições da Câmara Municipal. Quanto às propostas voltadas para as mulheres, vimo que são em sua maioria direcionadas para homenagens.

Estela Bezerra, sempre participou de movimentos sociais, porém sua trajetória política se deu por meio de sua inserção enquanto gestora pública na Prefeitura Municipal de João Pessoa e do Governo do Estado. Apresentou 96 propostas no período correspondente à pesquisa, 14 são voltadas para as mulheres. Tem conhecimento sobre o I PEPM. Suas proposições gerais estão voltadas para o campo de discussão com a sociedade civil sobre diversas temáticas. Nas que são voltadas para as mulheres, tem investido no debate com as representações do movimento de mulheres ou segmento interessado. A deputada tem afirmado realizar negociações políticas para implantação de serviços para as mulheres, a exemplo das delegacias especializadas.

No que tange ainda a deputada Estela Bezerra, considerando que foi a única a mencionar possuir trajetória nos movimentos sociais, em especial, o de mulheres e feminista, chama-se atenção o fato de conhecer as demandas das mulheres, bem como as ações do I PEPM, no entanto, não apresentar proposições mais incisivas e assertivas no atendimento as demandas das mulheres. A atuação da deputada nos deixou alguns questionamentos: o fato de não pautar as demandas das mulheres de forma incisiva seria por ser base e sustentação do governo e não querer enfrentá-lo? Ou considera que a construção política é suficiente?

Olenka Maranhão, que também possui trajetória política familiar, especificamente o município de Araruna, apresentou 08 proposições num período de 15 meses, sendo 07 para os temas gerais e 01 voltada para as mulheres. Afirmou conhecer as ações postas no I PEPM. No entanto, a proposta a qual apresentou voltada para as mulheres não traz indicação de mudanças significativas na vida delas nem faz relação com o I PEPM, sendo apenas de cunho comemorativo.

Em relação à representatividade das demandas dos feminismos, a partir das proposições, percebemos que as deputadas Camila Toscano e Daniella Ribeiro se relacionavam de forma ínfima com essa questão, pois apesar de pautarem temas como o da violência contra a mulher, câncer de mama e mortalidade materna, ainda os tratam de forma tradicionais reforçando o papel cultural e historicamente destinado as mulheres, do cuidado, da proteção e responsabilidade pelas atividades relacionadas ao âmbito privado. Já a deputada Estela Bezerra, difere das demais, apresenta temas de discussão com o cunho mais progressista, ao questionar estruturas demarcadas na sociedade relacionadas as relações de gênero e as temáticas LGBTs. A atuação da deputada Olenka Maranhão não nos permite realizar considerações sobre representatividade, pois apresentou apenas uma proposta voltada para as mulheres.

O resultado deste trabalho nos consternou, enquanto pesquisadora, por percebermos que a expectativa histórica do movimento de mulheres e feminista em ter mais mulheres no poder para garantir a representação e legitimar suas demandas históricas nas instâncias decisórias, ainda é algo distante da realidade, tanto por termos um sistema político que ainda não permite a equidade entre homens e mulheres, como por parte significativa das mulheres que estão nesses espaços não assumem a bandeira de defesa dos direitos das mulheres. Isso nos desafia a cada dia seguir na luta, tanto pela representatividade em quantidade, como também no acompanhamento da atuação dessas mulheres de maneira a garantir a incidência dessas sobre os direitos das mulheres.

Vimos que se faz necessário, uma atuação que represente os direitos das mulheres com um olhar mais amplo para as legislações, tanto em nível nacional como estadual, se configurando como proposituras, indicações e recomendações que impactem diretamente na vida das mulheres, expressando de fato a representatividade desse segmento na Casa Legislativa, podendo se configurar também numa atuação de resistência frente ao que está posto na conjuntura nacional de desmonte dos direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres e participação política**. Disponível em:<<http://www.ufpa.br/ifch/administrador/mulheresepolitica.pdf>> Acesso em 08 de ago. de 2012.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na Elite Política Brasileira**. SP: Editora da UNESP, 2001.

_____, Lúcia. Participação Política. In: L. Avelar e A. Cintra (Orgs.). **O Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. RJ: Fundação Konrad Adenauer, p. 261-280. 2007.

Bardin, L.. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. (2011).

Bauer, M.W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (Tradução de Pedrinho A. Guareschi). Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUER, M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BORBA, Ângela. Legislando para as mulheres. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. SP: Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/uploads/Mulher_e_politica.pdf > Aces. em: 09 de mai. de 2016.

BRASIL, Flávia de Paula Duque; REIS, Girlene Galgani. **Democracia, participação e inclusão política: um estudo sobre as conferências de políticas para as mulheres de Belo Horizonte**. Revista do Serviço Público Brasília 66 (1) 07-27 jan/mar 2015. p.08-29.

_____. **As mulheres nas eleições 2014: eu assumo esse compromisso**. 2014.

_____. Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1º out. 1997. Seção 1, pp. 21801.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Programa Mulher, Viver em Violência. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf> > Acesso em: 07 de abr. de 2017.

CAMURÇA, Silvia. O Feminismo e a situação das mulheres na política. AMB, 2008.

CARMO, Maria Marli da Silva; SILVA, Maria Ladjane Cavalcante da. **Participação das mulheres: gênero e política na assembléia legislativa de Pernambuco.** Recife-PE. 57p. Monografia (Gestão Pública e Legislativa). Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia de Garanhuns – FACETEG, Universidade de Pernambuco. 2008.

CFEMEA. Guia feminista para as eleições 2014. Brasília 2014.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** V.5, n.2, p.9-35, Niterói, 2005.

_____. **As donas do Poder: Mulher e Política na Bahia.** Salvador: NEIM/UFBA. Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

COUTO, Priscila Alves Juvino. **Mulheres e política das vereadoras de Campo dos Goytacazes.** 2012. 122p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)- Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012. Dinâmicas de uma intervenção política, 2005.

FARIA, Cláudia Feres; LINS, Isabella Lourenço; SILVA, Viviane Petinelli. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?. In: **Revista Brasileira de Ciência Política.** nº7. Brasília, jan - abr de 2012, pp. 249-284. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n7/a11n7.pdf>> Acesso em: 29 de abr. de 2017.

FERREIRA, Maria Mary. **Nos Bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão / Maria Mary Ferreira.** – Araraquara (São Paulo), 2006. 235 p. il. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Letras e Artes Araraquara, 2006.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho; RISCAL Sandra Aparecida. Notas sobre o conceito de participação política e sua articulação com a concepção de gestão democrática. **Revista Eletrônica de Educação,** v. 4, n. 2, nov. 2010. Artigos. ISSN 1982-7199. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/176/102>> Acesso em: 09 de ago. de 2012.

GODINHO, Tatau. Democracia no cotidiano das mulheres brasileiras. In: OLIVEIRA, Suely de; RECAMÁN, Marisol; VENTURINI, Gustavo. **A mulher brasileira nos espaços públicos e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.149-159.

GONÇALVES, **Betânia Diniz**. Impactos da participação política na vida das mulheres versus impactos da participação das mulheres na vida política, XIVENA, 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_84.pdf> Acesso em: 29 de jun. de 2013.

GONÇALVES, Danyelle Niilin. **A participação política feminina sob a ótica dos dirigentes partidários**. Disponível em: <http://www.simposiodemode.unb.br/mesas/14_mesa/Gon%C3%A7alves%20%20A%20participa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20feminina%20sob%20a%20%C3%B3tica%20dos%20dirigentes%20partid%C3%A1rios.pdf> Acesso em: 09 de ago. de 2012.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: mulheres na política**. Rev. Estudos feministas, vol.9.n.1. 2001. p 167-206.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; NÓBREGA, Luciana Nogueira. **Democratizando a democracia**: a participação política das mulheres no Brasil e a reforma do sistema político. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/ana_maria_davila_lopes2.pdf> Acesso em set de 2016.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Interseções entre Política, Mídia e Tecnologia**: novos dizeres, novos fazeres. 1. ed. Campina Grande: EDUFPG, 2014.

. **Gênero e Política: a disputa das mulheres por espaços de poder**. 1. ed. Campina Grande: EDUFPG, 2016.

MATOS, M.; CORTÊS, I. R.(Org.). **Mais mulheres no poder**: contribuição à formação política das mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/Contribuicao%20a%20formacao%20politica%20das%20mulheres.pdf>>. Acesso em: 7 abr. de 2017.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. p. 21-65.

PARAÍBA. Parlamentares/proposições, site da Assembleia legislativa. Disponível em: <http://sapl.al.pb.leg.br:8080/sapl/consultas/parlamentar/parlamentar_index_html> Acesso de mar. de 2017.

REDE MULHER DE EDUCAÇÃO. Marcos da trajetória de luta das mulheres. In: Rede mulher de educação. Disponível em: < <http://www.redemulher.org.br/mundo.html>> Acesso em: 23 de maio de 2017.

PARAÍBA. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa.** 2012. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2017/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-1.578-2012-RIAL-Atualizada-at%C3%A9-a-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-1.667-de-03.09.2015.pdf>> Acesso em: 10 jul. de 2016.

PETINELLI, Viviane. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). In: **Opinião Pública.** Campinas, vol. 17, nº 1, Jun. 2011, p.228-250.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Paradoxo da participação política da mulher no Brasil.** REVISTA USP, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001. PLATAFORMA PELA REFORMA POLÍTICA. **Reforma política.** 2013. Disponível em: < <http://www.reformapolitica.org.br/> > Acesso em 07 de set. de 2013.

PMDB Mulher. **Olenka Maranhão.** Disponível em: <http://pmdbmulher.org.br/mulheres-no-poder/olenka-maranhao/> Acesso em: 30 de outubro de 2017.

PROCURADORIA DA MULHER SENADO FEDERAL. **Mulheres na Política:** Pesquisa realizada pelo DataSenado. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>> Acesso em: 07/03/2016

RAMOS, Luciana. **Sub-representação feminina no Congresso, afeta os direitos sociais da mulher.** In: Carta Capital, 2015. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/politica/sub-representacao-feminina-no-congresso-afeta-direitos-sociais-da-mulher-4112.html>> Aceso em março de 2017.

ROCHA, Maria Beatriz Pires da. **O movimento de Mulheres em interlocução com o Governo Federal na construção de Políticas Públicas para as mulheres no Brasil (2002-2006).** Dissertação, PUC-SP- 2009.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba:** Histórias de vida e luta. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2010.

SANTOS, Ubiratan Félix Pereira dos. **Entendendo a reforma política no Brasil.** Salvador: Sindicato dos engenheiros da Bahia,2015.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos de 1970**: revisitando uma trajetória. Estudos feministas. Florianópolis.2004.

SOUZA, Isabela. **Quais são as atribuições de um deputado estadual?**. Politize, 2017. Disponível em: <http://www.politize.com.br/deputado-estadual-o-que-faz/> Acesso em: 05 de dezembro de 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação de candidaturas**. Disponível em:< <http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/> > acesso em: 06 de set. de 2013.

TSE (TSE). **Eleições**. 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>. Acesso em: 29/04/2016

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista com as Deputadas

1 Identificação

1.1 Nome

1.2 Estado Civil

1.3. Idade

1.4. Naturalidade

1.5. Nº de filhos

1.6. Escolaridade

1.7. Religião

2 Inserção na Política Partidária

2.1 Inserção na política partidária

-Como se deu sua aproximação com a política partidária?

- Como foi a aceitabilidade de sua participação na política partidária?

2.2 Se a inserção advir de movimento social, indagar como se deu a aproximação com os movimentos sociais os quais fez ou faz parte.

3 Proposições e I PEPM

3.1 Quais proposições encaminhadas na Assembleia Legislativa, considera mais relevante?

3.1.1 Que proposições no campo da defesa e garantia de direitos das mulheres tem apresentado?

3.1.2 Como avalia a relação: ser mulher tem que defender e garantir os direitos das mulheres.

3.1.3 Tem conhecimento sobre o I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres? Se sim, tem apresentado alguma proposta sobre os eixos que o compõe?

4 Feminismo e direitos

4.1 O que achas das pautas feministas? Com quais concordam e porquê? Com quais discordam e porquê?

6 Últimas Considerações

Deseja fazer alguma consideração sobre a participação política partidária das mulheres na Paraíba?